

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES E SISTEMAS
PÚBLICOS

ADRIANA LUCIA VITALINO

**PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS EM DISSERTAÇÕES DE MESTRADOS
PROFISSIONAIS NA ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS: ESTUDOS DE
CASOS MÚLTIPLOS NO CAMPO DE PÚBLICAS**

São Carlos-SP
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES E SISTEMAS
PÚBLICOS

ADRIANA LUCIA VITALINO

**PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS EM DISSERTAÇÕES DE MESTRADOS
PROFISSIONAIS NA ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS: ESTUDOS DE
CASOS MÚLTIPLOS NO CAMPO DE PÚBLICAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de mestre em Administração Pública.

Linha de Pesquisa: Gestão de Organizações Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Eloisa Bueno Pimentel.

São Carlos-SP
2019

Vitalino, Adriana Lucia

Procedimentos metodológicos em dissertações de mestrados profissionais na área de ciências sociais aplicadas: estudos de casos múltiplos no campo de públicas / Adriana Lucia Vitalino. -- 2019.

122 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador: Andréa Eloisa Bueno Pimentel

Banca examinadora: Sérgio Azevedo Fonseca, Elenise Maria de Araújo

Bibliografia

1. Abordagem Metodológica. 2. Dissertação de Mestrado Profissional. 3. Campo de Públicas. I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Bibliotecário(a) Responsável: Ronildo Santos Prado – CRB/8 7325

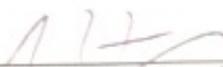


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos

Folha de Aprovação

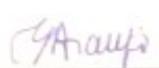
Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Adriana Lucia Vitalino, realizada em 30/04/2019:



Profa. Dra. Andréa Eloisa Bueno Pimentel
UFSCar



Pro. Dr. Sérgio Azevedo Fonseca
UNESP



Profa. Dra. Elenise Maria de Araujo
USP

AGRADECIMENTOS

A Deus sobre todas as coisas da vida, e no enfrentamento desse desafio, por me dar ânimo e me abençoar colocando pessoas especiais no meu caminho.

À Orientadora, Professora Dra. Andréa Eloisa Bueno Pimentel, pela atenção e confiança, pelas sugestões e tempo despendido nas leituras e correções;

Aos Professores Dra. Elenise Maria de Araújo, da Universidade de São Paulo (USP), e ao Dr. Sérgio Azevedo Fonseca, da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP), pelo aceite ao convite para compor a banca examinadora desta dissertação e pelas valiosas contribuições;

À Érica Kushihara Akim, minha eterna gratidão, pela amizade, disposição e por sua valorosa contribuição;

A todos aos professores do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos (PPGGOSP) da UFSCar, pela oportunidade de crescimento e conhecimentos transmitidos;

Ao secretário do PPGGOSP, Guilherme, por sempre mostrar-se solícito em nos atender e auxiliar;

A todos aos meus amigos, colegas e companheiros, de turma do mestrado, do ambiente de trabalho e de torcida, pelo convívio, experiências compartilhadas e apoio, em especial a Luciana e Luís.

À minha família, pela força e palavras fraternas, em especial à minha mãe, pelos cuidados e amor incondicional.

RESUMO

VITALINO, A. L. **Procedimentos metodológicos em dissertações de mestrados profissionais na área de ciências sociais aplicadas: estudos de casos múltiplos no campo de públicas.** 2019. 122f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

O objetivo deste estudo foi identificar a opção metodológica dos autores das Dissertações dos Mestrados Profissionais em Administração Pública, de Instituições Federais de Ensino, de 2013 a 2016, e contribuir com a caracterização do perfil da pesquisa nos Mestrados Profissionais do Campo de Públicas brasileiro. Para identificar as abordagens metodológicas utilizadas nas dissertações foram estabelecidas seis categorias de análise metodológica: enfoque de pesquisa (ou como abordar o problema), objetivo da pesquisa, estratégia de pesquisa, fonte / ambiente de pesquisa, instrumento de coleta de dados e natureza do problema de pesquisa. A amostra do estudo compreendeu 76 dissertações, as quais foram analisadas por métodos qualitativos e quantitativos. As metodologias utilizadas foram a pesquisa bibliográfica, documental e análises de conteúdo e estatística. Os resultados mostraram que a abordagem qualitativa (42%) foi a mais utilizada em relação aos estudos qualitativos e quantitativos (34%) e quantitativos (24%); os objetivos descritivos foram encontrados em 49% das dissertações; a estratégia de pesquisa estudo de caso teve o maior número de ocorrências, 43 (57%). Quanto ao ambiente de pesquisa, verificou-se que 83% das dissertações são de campo, a entrevista (33%), o questionário (27%) e múltiplos instrumentos (37%) foram utilizados como instrumentos de coleta de dados; Quanto à natureza do problema de pesquisa, a natureza aplicada foi identificada em 80% das dissertações. A análise das dissertações evidenciou que os autores priorizaram estudos qualitativos descritivos, de natureza aplicada, com dados de pesquisa de campo e estudo de caso como estratégia de pesquisa. Denota-se que as dissertações analisadas estabeleceram relação com os elementos teóricos deste estudo. Considera-se que este estudo possa contribuir para a reflexão de estudantes, programas profissionais do Campo de Públicas e demais interessados sobre os procedimentos metodológicos empregados nas dissertações e identificar oportunidades de melhorias nos delineamentos de pesquisas. E aponta rumos para novas pesquisas no Campo de Públicas brasileiro.

Palavras-chave: Abordagem metodológica. Dissertação de mestrado. Mestrado Profissional. Campo de Públicas.

ABSTRACT

VITALINO, A. L. **Methodological procedures in dissertations of professional masters in applied social sciences:** multiple case studies in the field of public administration. 2019. 122f. Dissertation (Management of Organizations and Public Systems). Federal University of São Carlos, São Carlos, 2019.

The objective of this study was to identify the methodological option of the authors of the Master's Theses of Professional Masters in Public Administration from Federal Institutions of Education, from 2013 to 2016. And contribute with the characterization of the profile of the research in the Professional Masters from the Field of Public Administration Brazilian. In order to identify the methodological approaches used in the master's theses, six categories of methodological analysis were established: research focus (or how to approach the problem), research objective, research strategy, research source / environment, data collection instrument. And nature of the research problem. The study sample comprised 76 master's theses which were analyzed using qualitative and quantitative methods. The methodologies procedures used were the bibliographical research, documentary and content analysis and statistics. The results showed that the qualitative approach (42%) was the most used in relation to the qualitative and quantitative studies (34%) and quantitative (24%); the descriptive objectives were found in 49% of master's theses; research strategy case study had the highest number of occurrences, 43 (57%); as to the research environment, it was found that 83% of MSc thesis are of field, the interview (33%), the questionnaire (27%) and multiple instruments (37%) were used as data collection instruments; As to the nature of the research problem, the applied nature was identified in 80% of the master's theses. Analysis of the master's theses showed that the authors prioritized qualitative descriptive studies, of an applied nature, with field research data; and research strategy case study. It is pointed out that the master theses analyzed established a relation to the theoretical elements of this study. It is considered that this study can contribute to the reflection of students, professional programs of the field of public administration and stakeholder other interested about the methodological procedures used in the master's theses and identify opportunities for improvements in research designs. And it points out directions for new research in the Field of Public Administration Brazilian.

Keywords: Methodological Approach. Master Theses. Professional Master's. Public Administration Field.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Etapas do procedimento metodológico.....	60
Figura 2: Recorte da pesquisa.....	62
Gráfico 1: Notas dos MPs da Área de Avaliação de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo da CAPES.....	51
Gráfico 2: Número de dissertações defendidas em Mestrados Profissionais em Administração e/ou Gestão Pública (Nota 3) em IFES defendidas de 2013 a 2016 estratificadas por atributos.	65
Gráfico 3: Natureza do problema de pesquisa.....	70
Gráfico 4: Objetivo da pesquisa.....	71
Gráfico 5: Enfoque de abordagem e tratamento do problema de pesquisa.....	72
Gráfico 6: Estratégias para alcançar os objetivos de pesquisa.....	73
Gráfico 7: Ambiente/fonte de informações para abordar e tratar o objeto da pesquisa.....	75
Gráfico 8: Instrumentos de coleta de dados da pesquisa mais adotados.....	76

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Dimensões do processo de produção de conhecimento científico em síntese.....	19
Quadro 2: Tipologia de pesquisa científica por categoria de análise metodológica	23
Quadro 3: Quadro referencial dos tipos de pesquisas e suas propriedades, por categoria analítica.....	38
Quadro 4: Etapas históricas do PNPG.....	44
Quadro 5: Resumo histórico do Mestrado Profissional.....	49
Quadro 6: Critérios de avaliação específicos para os Mestrados Profissionais na Quadrienal-2017	52
Quadro 7: Alteração de parâmetros na avaliação da qualidade e aplicabilidade de trabalhos produzidos no MP.....	54
Quadro 8: Classificação metodológica da pesquisa	59
Quadro 9: Instrumento de Critérios Roteiro para Análise de Dados, em síntese.	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Relação dos Mestrados Profissionais em Administração Pública e quantidade de dissertações defendidas no quadriênio 2013-2016	64
Tabela 2: Amostra por estrato e ano (2013-2016).....	66

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
EAESP	Escola de Administração de Empresas de São Paulo
EBAPE	Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
MEC	Ministério da Educação
PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação
PPG	Programa de Pós-Graduação
SBAP	Sociedade Brasileira de Administração Pública
SNPG	Sistema Nacional de Pós-Graduação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

LISTA DE LEGENDA

AE	Administração de Empresa
AP	Administração Pública
B	Bom
D	Doutorado
E	Estrato
EC	Estudo de Caso
F	Fraco
I	Insuficiente
M/D	Mestrado e Doutorado integrado
M	Mestrado Acadêmico
MB	Muito Bom
MP	Mestrado Profissional
N/A	Não aplicável
P	População

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	13
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA	14
1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA	15
1.4 JUSTIFICATIVAS E RELEVÂNCIA DA PESQUISA	16
1.5 APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	17
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1 DIMENSÕES DA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO: PESQUISAS EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS.....	18
2.2 PESQUISAS QUANTO À NATUREZA DO PROBLEMA INVESTIGADO.....	24
2.3 PESQUISAS QUANTO AOS OBJETIVOS DO ESTUDO	26
2.4 PESQUISAS QUANTO AO ENFOQUE DO PROBLEMA	28
2.5 PESQUISAS QUANTO AOS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS OU ESTRATÉGIAS DE PESQUISAS.....	30
2.5.1 Pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, de campo e de laboratório	31
2.5.2 Pesquisa experimental e pesquisa <i>ex-post facto</i>	35
2.5.3 Pesquisa-ação, pesquisa participante, <i>survey</i> e estudo de caso.....	36
2.6 QUADRO REFERENCIAL DA TIPOLOGIA DE PESQUISAS	38
3 FUNDAMENTAÇÃO HISTÓRICA	43
3.1 PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL	43
3.2 MESTRADO PROFISSIONAL NO RECINTO DA PÓS- <i>STRICTO SENSU</i>	45
3.2.1 Regulamentação do Mestrado Profissional.....	48
3.2.2 Avaliação dos Mestrados Profissionais: resultados do quadriênio 2013-2016, da Área de Avaliação de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo da CAPES	50
3.3 CAMPO DE PÚBLICAS NO BRASIL	55
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DO TRABALHO	59
4.1 ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.....	60
4.2 UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA	62
4.3 INSTRUMENTO DE ANÁLISE METODOLÓGICA.....	66
5 RESULTADOS: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS	69
5.1 CATEGORIA NATUREZA DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	69
5.2 CATEGORIA OBJETIVO DA PESQUISA	70

5.3 CATEGORIA ENFOQUE DA PESQUISA	72
5.4 CATEGORIA TÉCNICAS E/OU ESTRATÉGIA DE PESQUISA	73
5.5 CATEGORIA AMBIENTE/FONTE DE INFORMAÇÕES DA PESQUISA	74
5.6 CATEGORIA INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	75
5.7 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	77
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES DE PESQUISAS	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82
APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE CRITÉRIOS ROTEIRO PARA ANÁLISE DE DISSERTAÇÕES	92
APÊNDICE B – COLETA DE DADOS.....	95
ANEXO A - RELAÇÃO DE IES E PPG POR CURSOS, NOTAS E TCC, NO QUADRIÊNIO 2013-2016, DA ÁREA DE AVALIAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (...), DA CAPES.....	99
ANEXO B – POPULAÇÃO E AMOSTRA ESTRATIFICADA PROPORCIONAL....	102
ANEXO C – RELAÇÃO DAS DISSERTAÇÕES, NO QADRIENIO 2013-2016, DA ÁREA DE AVALIAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (...), DA CAPES	103

1 INTRODUÇÃO

Nesta seção apresentam-se a contextualização da pesquisa, sua problemática, seus objetivos, as justificativas para sua realização e a estrutura da dissertação.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A pós-graduação tem papel estratégico na promoção do desenvolvimento econômico e social do país, pois contribui para a formação de profissionais para atuar nas mais variadas áreas do conhecimento (NEPOMUCENO; COSTA; SHIMODA, 2010) e no desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas.

Na pós-graduação brasileira, tradicionalmente as pesquisas são concretizadas a partir da defesa de teses de doutorado e de dissertações de mestrado (DANTAS, 2004; HAYASHI; BELLO, 2007).

Além de contribuir para a comunicação e disseminação dos resultados dos estudos, as teses e dissertações são relevantes para a avaliação da pós-graduação brasileira conduzida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Dentre os critérios avaliados, nesse quesito, estão a qualidade e a quantidade de teses e dissertações defendidas no período avaliado, em relação ao corpo docente do programa de pós-graduação, além da eficiência do programa no tempo de formação de mestres e doutores (CAPES, 2018).

No entanto, pesquisar é uma atividade complexa (SANTOS et al., 2017), sobretudo na condução de uma dissertação, pois exige a apropriação de fundamentos que alicercem as opções metodológicas dentro de um curto espaço de tempo. Ressalta-se que no Brasil os mestrandos em geral são pesquisadores iniciantes (SEVERINO, 1986), exigindo um grande esforço no processo de ensino-aprendizagem.

A elucidação do problema de pesquisa é influenciada pelas escolhas metodológicas do pesquisador, que podem interferir na interpretação dos dados produzidos (THIOLLENT, 1986). Nesse aspecto, Minayo e Sanches (1993) consideram o método como fio condutor entre uma teoria e a realidade empírica, fazer pesquisa está relacionada à capacidade de manipulação de um conjunto de métodos e técnicas operacionais específicos de cada Ciência, adequados à exploração das fontes e aos objetos pesquisados, além de outros requisitos (SEVERINO, 2007).

Por meio da aplicação do instrumental científico aos objetos e situações estudados, tanto a tese de doutorado quanto a dissertação de mestrado deve contribuir com o desenvolvimento da Ciência, fazendo avançar o conhecimento nas várias áreas do saber. E também deve concorrer para o desenvolvimento dos próprios cursos deste nível de ensino (SEVERINO, 1986).

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Buscando orientar o ensino para a aplicação, na década de 1990 surgiram os primeiros cursos de Mestrado Profissional (MP) no Brasil. O MP busca formar profissionais capazes de utilizar a pesquisa para agregar valor às atividades e práticas do dia a dia, no setor privado, público ou terceiro setor (QUELHAS; FARIA FILHO; FRANÇA, 2005; RIBEIRO, 2005).

De acordo com Bertero (1998) e Ribeiro (2005), enquanto o mestrado acadêmico visa formar pesquisadores e a produção de conhecimento é voltada ao avanço científico, o mestrado profissional tem como objetivo a formação de profissionais externos à academia e o conhecimento produzido é voltado ao aprimoramento de práticas do mundo do trabalho.

Apesar dessas singularidades, é relevante destacar que os MPs garantem aos seus egressos as mesmas prerrogativas e direitos do mestrado acadêmico. Tal equiparação gerou críticas na gênese dos mestrados profissionais (NEPOMUCENO; COSTA; SHIMODA, 2010; TAKAHASHI et al., 2010). Para Fischer (2005), a resistência ao formato do MP fundamentou-se na inércia estrutural da pós-graduação brasileira e na hipervalorização do mestrado acadêmico.

Outro ponto de inquietação da comunidade acadêmica sobre o MP referia-se ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no MP pode ser aceito diferentes formatos de trabalhos, além da tradicional dissertação (BARROS, VALENTIM, MELO, 2005; RIBEIRO, 2005; TAKAHASHI et al., 2010). Quanto à dissertação, Mattos (1997) argumenta que no mestrado profissional deve ser um produto híbrido, cuja aplicabilidade é uma característica predominante, mas que não deve afastar e nem deixar de abordar e ensinar teorias.

Nessa direção, a avaliação da Pós-Graduação (2013-2016) realizada pela CAPES para os mestrados profissionais de programas que integram a área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, das ciências sociais aplicadas,

examinou a qualidade de trabalhos de conclusão, a produção técnica e bibliográfica de discentes e egressos, bem como a aplicabilidade dos trabalhos produzidos (CAPES, 2018). Na ocasião foram avaliados o objetivo do estudo, a adequação dos métodos empregados, a qualidade e atualidade da teoria adotada, além do aspecto aplicável das dissertações.

No tocante à escolha do método, Ribeiro Filho et al., (2017) consideram-no como fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, pois revela a lógica da pesquisa empreendida e aspectos da visão de mundo do pesquisador. Para Thiollent (1986) a preocupação metodológica do aluno-pesquisador possibilita criar condições satisfatórias para uma combinação de procedimentos apropriados aos objetivos das pesquisas.

Na literatura existe um vasto número de procedimentos metodológicos, de diferentes autores, que podem articular planos e estruturas de pesquisa a fim de alcançar respostas aos problemas colocados pelos estudantes. Alguns autores assemelham-se na forma de apresentar tipologias de pesquisas para o delineamento metodológico do estudo e outros mostram discrepâncias entre os tipos de pesquisas. Embora esse fato dificulte a escolha metodológica, há possibilidades de encontrar àquelas que mais se adéquem a investigação de problemas de determinada área do conhecimento (RAUPP; BEUREN, 2006).

Neste contexto, delimitou-se o seguinte problema de investigação: Quais abordagens metodológicas destacaram-se nas dissertações defendidas nos cursos de Mestrados Profissionais em Administração Pública, de Instituições Federais de Ensino (IFES), no quadriênio 2013-2016?

1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo principal do estudo foi identificar as abordagens metodológicas predominantes nas dissertações defendidas no período de 2013-2016, dos cursos de MP em administração de pública, ou que façam correlação (gestão pública, gestão de organizações públicas, gestão de sistemas públicos etc.), de universidades federais brasileiras.

O objetivo geral foi alcançado a partir dos seguintes objetivos específicos:

- a) Realizar um levantamento bibliográfico de categorias metodológicas de pesquisa, a fim de elaborar um instrumento para análise de abordagens metodológicas em dissertações;
- b) Descrever os resultados dos Mestrados Profissionais na Avaliação Quadrienal (2017) da Área de Administração Pública e de Empresas,

- Ciências Contábeis e Turismo, a fim de reunir informações sobre o objeto de estudo e demonstrar como os MPs foram avaliados; e
- c) Apresentar um panorama da opção metodológica nas dissertações dos mestrados profissionais em administração pública.

1.4 JUSTIFICATIVAS E RELEVÂNCIA DA PESQUISA

O presente trabalho insere-se no escopo de estudos que buscam contribuir com a caracterização do perfil de pesquisas no campo de conhecimento das ciências sociais aplicadas. Neste caso, tem como diferencial tornar conhecidas as abordagens de pesquisas que norteiam as investigações nos cursos de mestrados profissionais.

O Mestrado Profissional é considerado uma modalidade relativamente nova no sistema de pós-graduação brasileiro (NEGRET, 2008) e em contínuo processo de formação e discussão quanto a sua operacionalização (TAKASHI et al., 2010).

Logo, esse estudo, ao lançar luz sobre a opção metodológica dos autores das Dissertações dos Mestrados Profissionais em Administração e/ou Gestão Pública, além de contribuir com um quadro do perfil metodológico das pesquisas em MPs da área, pode contribuir para o debate sobre o Campo de Públicas como área de conhecimento e de formação profissional (COELHO, 2008).

O fato das dissertações constituírem um dos itens de avaliação dos mestrados profissionais brasileiros justifica esta pesquisa, na medida em que ao conhecer o sistema avaliativo e as escolhas metodológicas adotadas nas dissertações, os programas e os pesquisadores possam refletir sobre as ações empregadas e identificar oportunidades.

Essa pesquisa tem relevância, no âmbito específico de um curso de MP em gestão de organizações e sistemas públicos, ao oferecer uma ferramenta para analisar abordagens metodológicas em dissertações e que também pode servir para auxiliar alunos no planejamento e estruturas de trabalhos de pesquisa.

Outra contribuição dessa ferramenta é que sistematiza um conjunto de conceitos metodológicos de pesquisas, provenientes das áreas ou disciplinas das ciências sociais aplicadas, além de atender a área e/ou disciplina da Administração Pública, tem potencial para ser usado em outros campos do saber.

Espera-se, assim, contribuir para o embasamento de pesquisas futuras, tornando a ferramenta e o método utilizados replicáveis para a atualização dos resultados obtidos e a comparação com outras áreas do conhecimento. Ou ainda para outros focos que possa ser útil.

1.5 APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Os assuntos selecionados para desenvolvimento deste estudo encontram-se organizados por seções, da seguinte maneira:

Na primeira seção, apresentam-se a contextualização do tema e do problema de investigação, os objetivos e as justificativas e relevância da pesquisa, além da estrutura da dissertação;

Na segunda seção apresenta-se a fundamentação teórica, que trata dos elementos que se adotam neste estudo para a realização da análise;

A terceira seção aborda a pós-graduação e o mestrado profissional no Brasil, com destaque para sistemática de avaliação da CAPES, voltada para os programas da área da Administração Pública, e apresenta o Campo de Públicas, perfazendo um histórico;

Na quarta seção são apresentados os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento desta pesquisa;

Na quinta seção os resultados são apresentados e discutidos; e

Na sexta, as considerações finais e sugestões de pesquisas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para a composição do objeto deste estudo, constituído pelo perfil metodológico das Dissertações dos Mestrados Profissionais em Administração Pública, nesta seção discorre-se sobre as características da construção do conhecimento científico nas Ciências Sociais. A Administração Pública insere-se nas Ciências Sociais, assim como a Contabilidade, Administração, Direito, Economia, Política, Educação, História, Sociologia, Psicologia, Antropologia etc.; (GIL, 2002; MARCONI; LAKATOS, 2003, DRESCH et al., 2015, SILVA et al., 2015). Algumas ciências, como a Contabilidade, Administração e Direito, por exemplo, são chamadas de ciências sociais aplicadas por se voltarem à aplicação de teorias sociais e as mais tradicionais, como a Educação, História, Sociologia, Psicologia Sociologia e Antropologia, geralmente, são àquelas com maior densidade teórica (SILVA et al., 2015).

2.1 DIMENSÕES DA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO: PESQUISAS EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

A ciência como um tipo de conhecimento se processa a partir da articulação da teoria com os dados, fatos da realidade (SEVERINO, 2007) e, entre a teoria e a realidade empírica, o método é o fio condutor, dizem Minayo e Sanches (1993).

A teoria pode ser entendida como toda generalização relativa aos fenômenos físicos ou sociais, estabelecida com o rigor científico necessário para servir de base segura à interpretação da realidade (MARCONI; LAKATOS, 2003). E os dados podem ser compreendidos como todo o tipo de informação, que está, fundamentalmente, em torno de um fenômeno que se quer estudar, é o que se extrai dele (TRIVIÑOS, 1987).

Assim, os dados empíricos precisam ser caracterizados mediante uma leitura teórica para serem considerados como científicos e gerar o conhecimento de ciência, o que é feito por meio de trabalhos de pesquisa especializada (SEVERINO, 2007).

Por Pesquisa, Marconi e Lakatos (2003, p. 155), compreendem que se trata de “um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

Gil (2002) define pesquisa como um procedimento racional e sistemático que tem por objetivo proporcionar respostas aos problemas que são colocados pelo pesquisador. Requer o uso de conhecimentos já disponíveis e o uso cuidadoso de métodos, técnicas e demais procedimentos científicos para ser desenvolvida.

Severino (2007) considera que a pesquisa com rigor científico trata-se de abordar determinada problemática, apoiado num esforço de fundamentação teórica, de reflexão e de um rigoroso levantamento e tratamento de dados e informações. A atividade de pesquisa exige capacidade de manipulação de um conjunto de recursos e instrumentos científicos adequados à exploração das fontes, adequados aos objetos pesquisados e específicos de cada Ciência (SEVERINO, 2007).

As ciências são identificadas ou classificadas em razão de sua ordem de complexidade, sobretudo, ao que se refere à diversidade de fenômenos, ou por seu conteúdo, no que diz respeito, ao seu objeto de estudo ou temas, diferenças de enunciados e metodologia específica (MARCONI; LAKATOS, 2003).

A Ciência Social tem como propósitos científicos: descrever, compreender e fazer reflexão sobre o ser humano e suas ações (DRESCH et al., 2015). Nesse sentido, Fraser e Gondim (2004, p. 141) afirmam que “conhecer as razões e os motivos que dão sentido às aspirações, às crenças, aos valores e às atitudes dos homens em suas interações sociais é o mais importante para as ciências sociais”.

Para Richardson et al., (2012), a Ciência Social refere-se à realidade, a uma situação social e, sob essa ciência, um problema de pesquisa não pode emitir juízos de valor, isto é, ser tratado em termos do que seria o melhor ou pior, do que é o ideal ou deveria ser o ideal. A pesquisa realizada sob os pressupostos das Ciências Sociais tem por objetivo, descrever, explorar, explicar e, quando possível, também prever (DRESCH et al., 2015).

Na concepção de Theóphilo e Iudícibus (2005), o processo de construção do conhecimento científico é organizado em quatro polos ou níveis: epistemológico, teórico, metodológico e técnico, apresentados em síntese no Quadro 5.

Quadro 1: Dimensões do processo de produção de conhecimento científico em síntese

Polo	Descrição
Epistemológico	É o espaço onde são debatidas as questões do texto, onde é explicitada a problemática do estudo e considerados os aspectos do objeto, é o nível do processo de conhecimento que tem uma função de vigia crítica da pesquisa.
Teórico	É o espaço onde se define as hipóteses, constroem-se os conceitos e elabora as linguagens científicas. É a dimensão que compreende as abordagens e posturas teóricas.
Metodológico	Refere-se à dimensão que busca as explicações para os fenômenos estudados, é o espaço onde se situam os métodos de pesquisa que possuem um nível de abstração mais ampla no trato do

	fenômeno, tais como: o método indutivo, o método dedutivo, o método histórico, o método comparativo etc.
Técnico	É ligado às escolhas feitas pelo pesquisador para operacionalizar a coleta de dados e sua transformação em informações pertinentes à problemática de pesquisa. Neste espaço se conduzem os procedimentos de investigação, tais como: estudos de casos, experimentos e outras estratégias de pesquisas.

Fonte: Adaptado de Theóphilo e Iudícibus (2005, p. 149)

Cada polo, de acordo com Theóphilo e Iudícibus (2005), é concebido com aspectos particulares do processo de produção do conhecimento e articula-se em diferentes instâncias. A dimensão epistemológica, de acordo com Severino (2007), faz referência à maneira pela qual é concebida a relação entre sujeito e objeto no processo de conhecimento. Está ligada à forma como o pesquisador tende a ver e a interpretar o mundo que o rodeia (RICHARDSON et al., 2012).

Hühne et al., (1997) comentam que a relação sujeito/objeto é explicitada através do discurso daquele que, debruçado sob o objeto, diz algo dialeticamente a respeito dele, isto é, por meio de um trabalho de elaboração mental do sujeito sobre o objeto, os dois se mostram pela linguagem. O problema se processa pela ação da razão, pela lógica individual (SEVERINO, 2007), o pesquisador ao formular a problemática de investigação segue uma linguagem e paradigma científico, dizem Ribeiro Filho et al., (2007).

Um paradigma pode ser entendido como um “composto de suposições teóricas gerais e de leis e técnicas para a sua aplicação adotadas por uma comunidade científica” (CHALMERS, 1993, p.112). O paradigma epistemológico traduz-se nos recursos metodológicos e técnicos utilizados na pesquisa, dependendo do paradigma aplicado pelo pesquisador ao construir seu conhecimento, resulta em diferentes conclusões de investigação, (SEVERINO, 2007).

Para Chizzotti (2010) o termo paradigma, neste século, tem sido utilizado para caracterizar o estado da investigação e duas tendências conflitantes em pesquisa, quais sejam: a abordagem quantitativa de pesquisa, fundamentada no Positivismo e a abordagem qualitativa, que se baseia no pensamento interpretativo, sobretudo, da Fenomenologia e Dialética.

O Positivismo “entende que o mundo é aquilo que se mostra fenomenalmente, sendo a compreensão dos fenômenos feita por meio de uma experiência controlada, da qual são excluídas as interferências qualitativas” (SEVERINO, 2007, p. 109). A perspectiva positivista aprecia os números, a medida exata dos fenômenos, a mensuração com precisão por meio de uma função matemática para a validação dos saberes construídos (LAVILLE;

DIONNE, 1999). Baseia-se em observações empíricas para explicar os fatos e fazer previsões (CHIZZOTTI, 2010).

Já a Fenomenologia parte do pressuposto de que todo conhecimento fatural, aquele das ciências positivas funda-se num conhecimento originário, de natureza intuitiva, viabilizado pela condição de nossa consciência subjetiva (SEVERINO, 2007). A Fenomenologia busca pela compreensão do fenômeno, do dado, de como ele se apresenta ou é percebido na realidade, preocupa-se em mostrar o que é o dado, esclarecer seus aspectos essências e intrínsecos, por meio de intuição. E a Dialética “parte da premissa de que, na natureza tudo se relaciona, transforma-se e há sempre uma contradição inerente a cada fenômeno”, o enfoque é dado às mudanças qualitativas, o pesquisador estuda o fenômeno ou objeto em todos seus aspectos, relações e conexões, sem tratar o conhecimento como algo rígido (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 35).

No enfoque qualitativo, busca-se descobrir, entender o contexto, o ponto de vista dos sujeitos pesquisados e utiliza-se a linguagem natural. No enfoque quantitativo, busca-se relatar o que acontece, ou seja, conhecer como funciona determinada realidade e usa-se medição e quantificação para tratar os dados. Tanto o enfoque qualitativo quanto quantitativo contribui para o avanço do conhecimento, um não é melhor do que o outro somente constitui diferentes aproximações quanto ao estudo de um fenômeno, sendo ambos de utilidade para qualquer campo do saber (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO 2006).

Na fase inicial de uma pesquisa é preciso definir a problemática (THIOLLENT, 1986) e colocar o problema a ser solucionado ou a dúvida a ser elucidada de forma clara, isso desencadeia a formulação de hipótese geral a ser comprovada no decorrer do raciocínio (SEVERINO, 2007). Hipótese pode ser entendida como uma suposição formulada pelo pesquisador sobre prováveis soluções a um problema (THIOLLENT, 1986).

Conforme Theóphilo e Iudícibus (2005), a hipótese é definida na dimensão do processo de conhecimento, a qual compreende as abordagens teóricas, chamada de polo teórico.

Para Sampieri, Collado e Lucio (2006) a teoria, além de auxiliar em casos de estabelecimento de hipóteses, tem diversas outras finalidades. Também esclarecem, os autores supracitados, que nem toda pesquisa levanta, formula hipóteses, a formulação ou não de hipótese depende do enfoque quantitativo ou qualitativo da pesquisa e o tipo de estudo realizado.

Na concepção de Sampieri, Collado e Lucio (2006), conhecer como determinado fenômeno, evento, ou tema já foi investigado, saber o que já foi dito sobre ele, é

sempre recomendável para construir o presente e visualizar o futuro. Neste aspecto, consultar estudos anteriores, revisitando a literatura correspondente ao problema ou tema de pesquisa que se deseja investigar, pode: sustentar teoricamente o estudo, expondo um ponto de vista ou referência de autores e ajudar a evitar erros que já tenham sido cometidos em estudos anteriores, orientar o pesquisador sobre o modo de realizar o estudo e para o enfoque qualitativo, ou outro, do seu problema de pesquisa e fornecer os subsídios para a interpretação dos resultados da pesquisa.

Para articular a teoria com os dados, fatos da realidade e entender, descobrir e/ou explicar as coisas, de quaisquer naturezas, a ciência utiliza um caminho que lhe é próprio, o método científico (SEVERINO, 2007), que é ligado ao termo metodologia (HÜHNE et al., 1997).

O método é uma ordem manifestada num conjunto de regras, as quais devem ser seguidas para atingir certo objetivo. Além de conter regras, o método também se faz explícito, pois contém as razões pelas quais determinadas regras são as adotadas e, se no processo de construção de conhecimento, o método escolhido for o adequado, ele pode abrir outros caminhos e, daí não ser somente um método, de forma a possibilitar que se alcance mais plenamente o fim proposto, inclusive possibilitar alcançar outros fins além ou diverso daquele objetivado na pesquisa (HÜHNE et al., 1997).

A metodologia engloba métodos e técnicas de pesquisa (Marconi; Lakatos, 2003), ocupa-se em gerar ou experimentar novos métodos e técnicas e analisar as características dos existentes, encontra-se em um nível de amplitude superior em relação a eles (THIOLLENT, 1986). Para Demo (2013) a metodologia é entendida como uma preocupação instrumental. Constitui em instância de reflexão, de observação de tais ou quais métodos e técnicas entre os disponíveis se aplicam (são os mais adequados) para tratar efetivamente a abordagem da situação investigada pelo pesquisador (THIOLLENT, 1986).

Os métodos podem ser entendidos como procedimentos mais amplos, no trato do objeto estudado, que às técnicas. E as técnicas entendidas como os procedimentos que operacionalizam os métodos, diz Severino (2007).

Cano (2012) atenta para o fato de que, muitas vezes os termos métodos e técnicas são usados de forma equivalente na literatura e, embora isso ocorra frequentemente, a depender do foco dado pelo autor, há diferenças entre métodos e técnicas. Na concepção do autor mencionado, os métodos se aproximam à epistemologia, são as estratégias mais gerais de produção de conhecimento e abrangem a construção e a validação de teorias, entre os métodos clássicos, por exemplo, estão o Método Indutivo e Dedutivo.

As técnicas possuem a mesma finalidade de gerar conhecimento válido, no entanto, são formas mais concretas, específicas de tratar a investigação, contemplam a coleta e análise de dados. Algumas técnicas, como exemplo, são: as entrevistas em profundidade, a aplicação de questionários (*survey*), a observação participante e o grupo focal, diz Cano (2012).

Theóphilo e Iudícibus (2005) também fazem essa separação entre os métodos e as técnicas, cada qual é apresentado em seu modelo de análise (Quadro 5) num nível ou polo específico. O polo metodológico, sugerido por Theóphilo e Iudícibus (2005), condiz com os métodos que tratam os fenômenos de forma mais ampla, caso dos métodos dedutivos e indutivos, e o polo técnico com os procedimentos que operacionalizam a coleta e análise de dados, como as estratégias de pesquisas de estudos de casos, experimentos entre tantas outras.

Desta forma, o pesquisador dispõe de vários instrumentos metodológicos para conhecer, caracterizar, analisar e elaborar sínteses a respeito de seu objeto de estudo. A corrente de pensamento, ou paradigma, a natureza do objeto e o problema de pesquisa são guias que direcionam ao tipo de pesquisa a ser empreendida pelo pesquisador (SÁ-SILVA et al., 2009).

Um problema de pesquisa pode ser abordado de várias formas, conseqüentemente, ocorrem distintas relações entre o objeto e o método científico, razão de existirem diferentes tipos de pesquisas (HÜHNE et al., 1997) e possibilidades de agrupá-las por certo número de categorias ou classes (GIL 2002; RIBEIRO et al., 2013).

Ribeiro et al., (2013), para analisar metodologicamente teses e dissertações concretizadas em Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, desenvolveram um modelo conceitual composto por um rol de tipos de pesquisas agrupadas por categorias metodológicas (Quadro 6).

Quadro 2: Tipologia de pesquisa científica por categoria de análise metodológica

Categorias metodológicas	Tipo de pesquisas
Natureza do problema	Pesquisa pura, pesquisa aplicada.
Objetivo do Estudo	Pesquisa exploratória, pesquisa descritiva, pesquisa explicativa.
Problema de pesquisa	Pesquisa qualitativa, pesquisa quantitativa, pesquisa quali-quantitativa.
Estratégia de pesquisa	Pesquisa bibliográfica, Pesquisa documental, pesquisa experimental, pesquisa <i>ex-post-facto</i> , pesquisa-ação, pesquisa participante, de levantamento, de estudo de caso.
Ambiente de pesquisa	Campo, bibliográfica, laboratório.

Fonte: Adaptado de Ribeiro et.al. (2013, p.89).

As opções de tipos de pesquisas contempladas nas categorias analíticas, sugerida por Ribeiro et al., (2013) foram comprovadas nos trabalhos analisados pelos autores e, a maior parte delas, também são tipologias de pesquisas indicadas por diversos outros autores, como exemplo: Santos (1999), Gil (2002), Raupp e Beuren (2006), Severino (2007) e Klein et al., (2015), para o aluno-pesquisador fazer suas escolhas e justificar as opções que forem adotadas do modo de empreender seu estudo.

Nas próximas subseções, agrupadas por finalidade, são descritas as características de cada uma das pesquisas relacionadas no Quadro 6 e, na última subseção (4.5), apresentado um quadro comparativo dos autores e elementos de maior importância e interesse aqui estudados.

2.2 PESQUISAS QUANTO À NATUREZA DO PROBLEMA INVESTIGADO

Um problema de pesquisa pode ser entendido como aquele que se pode resolver com conhecimentos e dados já disponíveis ou com os factíveis de serem produzidos. Um problema definido como de pesquisa pressupõe que existam informações suplementares, possíveis de serem obtidas para cercá-lo, compreendê-lo ou contribuir para sua resolução. A compreensão do problema fornece novos conhecimentos para o tratamento de questões relacionadas a ele (LAVILLE; DIONNE, 1999).

Na fase inicial de uma pesquisa é preciso definir uma problemática na qual o tema escolhido adquira sentido (THIOLLENT, 1986), e deve existir uma colocação clara do problema a ser solucionado ou dúvida a elucidar (SEVERINO, 1986).

Para Salomon (2010) é a partir do problema a ser solucionado que uma pesquisa científica pode ser identificada como teórica (pura), aplicada (empírica) ou teórico-aplicada. A pesquisa teórica se volta à descoberta de teorias, leis, modelos de explicação de fatos e predição do comportamento do fenômeno a partir da formulação da hipótese que é a resposta dada ao problema de forma proposicional. A pesquisa aplicada tem por objetivo a solução de problemas pela aplicação de teorias já elaboradas, trata de problema de diagnóstico de uma realidade concreta – ação. E a pesquisa teórico-aplicada mescla as duas pesquisas citadas, propõe-se a descobrir teorias e solucionar problemas de ordem prática, ao mesmo tempo.

Em nível de pesquisa pedagógica, Salomon (2010) também faz menção à tipologia de pesquisa fundamental e aplicada, neste aspecto, a pesquisa fundamental é a que

desenvolve teorias, mediante a descoberta de amplas generalizações ou princípios e, a aplicada àquela que serve para modificar a forma como se fazem as coisas.

Já, Laville e Dionne (1999) indicam duas categorias (ou classificações) de pesquisa a ser empreendida de acordo com o problema detectado: a pesquisa fundamental, cujo objetivo é preencher os vazios do próprio saber, isto é, solucionar um problema referente a uma falta de conhecimentos e a pesquisa aplicada, que visa resolver um problema prático ou concreto. As autoras, Laville e Dionne (1999), embora distingam a pesquisa fundamental e a aplicada, comentam que essas duas categorias de pesquisas se relacionam entre si.

A fundamental destina-se, principalmente, a aumentar a soma dos saberes disponíveis, mas que, em algum momento, poderão ser utilizados com o objetivo de contribuir na solução de um problema colocado pelo meio social. A aplicada tem por motivação principal contribuir na resolução de algum problema presente em nosso meio, problema que incita a conhecer e compreender melhor, a luz de conhecimentos já disponíveis, conhecendo suas causas possibilita propor soluções. A pesquisa aplicada pode contribuir, então, para aumentar a compreensão de um problema e indicar um tratamento, bem como, para fazer sugestões de novas questões a serem investigadas (LAVILLE; DIONNE, 1999).

Marconi e Lakatos (2002, p. 20) designam à pesquisa que procura o conhecimento pelo conhecimento, ou seja, o avanço científico através da ampliação do saber teórico, sem a preocupação de usá-lo na prática, os termos: Pesquisa Básica, Pura ou Fundamental. E a pesquisa que se caracteriza por seu interesse prático, no sentido, de que os resultados sejam aplicados ou usados de imediato, na solução de problemas que ocorrem na realidade, de Pesquisa Aplicada.

Appolinário (2012) comenta que a finalidade da pesquisa básica *versus* aplicada está mais ligada às pretensões dos pesquisadores quanto a suas pesquisas. Para o autor citado, o termo ‘aplicação’ tinha o significado de trabalho científico socialmente relevante, mas contemporaneamente esse termo está mais inclinado para fins comerciais, isto é, a finalidade da pesquisa é o de desenvolver novos processos ou produtos orientados para atender ao mercado, os objetivos seriam comerciais, e a pesquisa básica, com finalidade de incrementar o conhecimento científico, sem pretensão comercial.

Sob o ponto de vista da natureza do problema de investigação, uma pesquisa pode ter como finalidade a geração de conhecimentos dirigidos ao avanço da ciência, sem aplicação prática prevista, caso da pesquisa básica, ou objetivar a geração de conhecimentos para aplicação prática, voltados à resolução de problemas específicos, configurando em pesquisa aplicada (PRODANOV; FREITAS, 2013).

A pesquisa aplicada busca identificar e responder problemas demandados pela sociedade, por instituições, organizações, grupos sociais, comunidades etc., é empenhada na elaboração de diagnósticos (FLEURY; WERLANG, 2017), conduzida com o propósito de encontrar respostas a questões relacionadas a necessidades de ação/ prática (COOPER; SCHINDLER, 2014).

Neste sentido, Ribeiro et al., (2013, p. 92), ao identificarem a natureza aplicada de dissertações de PPG em Contabilidade, entenderam que a forma de realizar as pesquisas, “realizadas em situações reais, quase sempre mensurando, produzindo e analisando dados”, demonstrou os traços de aplicabilidade dos trabalhos de pesquisa.

2.3 PESQUISAS QUANTO AOS OBJETIVOS DO ESTUDO

Os objetivos do estudo definem o que se pretende alcançar com a realização da pesquisa, e são extraídos diretamente dos problemas levantados. Os objetivos gerais indicam o que se deseja alcançar e os objetivos específicos, o como alcançar, ou seja, definem quais são as etapas a serem cumpridas para atingir o objetivo geral. Em pesquisas exploratórias utilizam-se os verbos: ‘conhecer, identificar, levantar e descobrir’; em pesquisas descritivas, ‘caracterizar, descrever e traçar’; e na explicativa os verbos ‘analisar, avaliar e explicar’ (RICHARDSON et al., 2012, p. 63).

Os objetivos estabelecidos no trabalho determinam o enquadramento da pesquisa em exploratória, descritiva ou explicativa, dizem Raupp e Beuren (2006) e Klein et al., (2015), que fazem esta mesma observação, orientam à escolha do tipo de pesquisa, quanto a explorar, descrever ou explicar, com base na questão e nos objetivos gerais e específicos do trabalho.

Gil (2002) considera que classificar pesquisas em exploratória, descritiva ou explicativa com base em seus objetivos gerais leva a uma aproximação conceitual para o que vem na sequência: criar um modelo conceitual operativo para realizar a análise dos fatos, dos dados da realidade.

Os estudos exploratórios são utilizados “quando não se tem informação sobre determinado tema e se deseja conhecer o fenômeno” (RICHARDSON et al., 2012, p.66). Com a pesquisa exploratória busca-se levantar informações sobre um determinado objeto, a fim de mapear as condições de manifestação deste e delimitar um campo de trabalho (SEVERINO, 2007). Na concepção de Santos (1999) a pesquisa exploratória ajuda a fazer

descrições precisas do problema (ou situação) e descobrir as relações existentes entre os elementos que o compõe, é recomendada quando há pouco conhecimento sobre o problema estudado.

Gil (2002) afirma que esse tipo de pesquisa, a exploratória, propicia maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo mais explícito ou constituir hipóteses, o planejamento é bem flexível, pois possibilita a consideração dos mais variados aspectos a respeito do objeto estudado. Com relação à formulação de hipóteses, na pesquisa exploratória, não chega a ser àquelas a serem testadas no trabalho, mas sim no sentido de definir os objetivos e buscar mais informações sobre determinado assunto (CERVO; BERVIAN, DA SILVA, 2007).

Triviños (1987), explica que hipóteses, apesar de existirem em outros tipos de estudos, em geral pertencem ao campo dos estudos experimentais. Comenta que, geralmente, estudos exploratórios aceitam questões de pesquisas e/ou perguntas norteadoras, sendo que:

A Questão de Pesquisa representa o que o investigador deseja esclarecer. Neste sentido, a Questão de Pesquisa é profundamente Orientadora do trabalho do investigador. A Questão de Pesquisa parte das idéias colocadas na formulação do problema e dos objetivos da investigação (TRIVIÑOS, 1987, p. 105).

Já em estudos descritivos podem existir, ao mesmo tempo, questões de pesquisas e hipóteses, diz Triviños (1987).

Segundo Sampieri, Collado e Lucio (2006), os casos de pesquisas que suscitam hipóteses, são os descritos a seguir:

As pesquisas quantitativas cujo método é dedutivo formulam hipóteses, sempre e quando se define desde o início que seu tipo será correlacional ou explicativo, ou no caso de um estudo descritivo, que tente prever um número ou um fato. Os estudos qualitativos normalmente não formulam hipóteses antes de coletar dados [...]. Sua natureza é indutiva, sobretudo se seu tipo for exploratório ou descritivo. Sem dúvida, quando seu tipo é correlacional ou explicativo, os estudos explicativos podem formular hipóteses durante a obtenção de informações, depois de reunir dados, ao analisá-lo ou ao chegar às conclusões (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006, p. 118).

Os estudos descritivos são usados quando se deseja descrever as características de um fenômeno (RICHARDSON et al., 2012), de determinada realidade, com exatidão, exige levantamento de uma série de informações a respeito do fato, fenômeno ou objeto investigado para posterior descrição de seus traços característicos (TRIVIÑOS, 1987). Pode-se investigar, por exemplo, contextos, eventos, processos, comunidades ou qualquer outro fenômeno para descrever suas características (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006).

A pesquisa descritiva, ‘delineia o que é’, enfoca condições dominantes sobre como indivíduos ou coisas se conduzem ou funcionam no presente, quando aplicada a solução de problemas, começa pelo processo de informação sobre quais são as atuais condições, as necessidades e como alcançá-las, é um tipo de pesquisa que comporta vários estudos, dentre eles: estudos de casos, análise de documentos, estudos comparativos causais (SALOMON, 2010).

Os estudos correlacionais têm como propósito analisar a relação entre dois ou mais termos, conceitos ou variáveis de um determinado contexto para conhecer como se comportam quando estão/são correlacionados (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006), por exemplo, pesquisas que correlacionem a faixa etária dos indivíduos com a sua intenção de voto eleitoral. Esse tipo de estudo, correlaciona e descreve as variáveis envolvidas na pesquisa (APPOLINÁRIO, 2012).

Os estudos explicativos são utilizados quando se deseja analisar as causas ou consequências de um fenômeno (RICHARDSON et al., 2012). É o tipo mais complexo e delicado de pesquisa, ela explica a razão e o porquê das coisas, aprofundando o conhecimento da realidade (GIL, 2002) para além das aparências dos seus fenômenos, “criar uma teoria aceitável a respeito de um fato ou fenômeno constitui a pesquisa explicativa” diz Santos (1999, p. 27).

Comumente, a pesquisa exploratória constitui a primeira etapa para uma investigação de alcance mais amplo, “o produto final deste processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados” (GIL, 2008, p. 27), como de estudos descritivos, correlacionais ou explicativos. O que leva o estudo a iniciar como exploratório, descritivo, correlacional ou explicativo é o estado de conhecimento sobre o problema estudado e a perspectiva que o investigador deseja dar ao estudo (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006).

2.4 PESQUISAS QUANTO AO ENFOQUE DO PROBLEMA

Nas pesquisas em que o enfoque adotado é basicamente quantitativo, o pesquisador usa dados estatísticos como centro do processo de análise do problema em questão, limita-se à descrição factual deste ou daquele evento, sem levar em consideração a complexidade da realidade social (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Ao contrário, com enfoque qualitativo, as questões são estudadas no próprio ambiente em que elas se apresentam, sem que haja qualquer manipulação intencional do pesquisador. Este precisa manter um contato direto com o ambiente, que é a fonte dos dados, e com seu objeto de estudo. Na abordagem qualitativa, numerar ou medir unidades não é a prioridade no processo de análise de um problema (PRODANOV; FREITAS, 2013).

De acordo com Chizzotti (2010), as pesquisas têm sido caracterizadas como quantitativas e qualitativas pelo tipo de dados coletados e pela análise que será feita desses dados: a quantitativa prevê a mensuração de variáveis preestabelecidas, procurando verificar e explicar sua influência sobre outras variáveis, através de análise de frequência de incidências e de correlações estatísticas. Envolve procedimentos de coleta e análise de dados quantificados (SANTOS, 1999).

Com a pesquisa quantitativa, busca-se traduzir e classificar opiniões e informações em formato de números para analisá-las com utilização de recursos estatísticos (GODOY, 1995). Já a pesquisa qualitativa:

[...] não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995, p.58).

A pesquisa qualitativa baseia-se “em dados coligidos nas interações interpessoais, na co-participação das situações dos informantes, analisadas a partir da significação que estes dão aos seus atos”, na quantitativa o pesquisador descreve, explica e prediz e na qualitativa ele participa, compreende e interpreta (CHIZZOTTI, 2010). O dado qualitativo é uma estratégia de mensuração de atributos do objeto, de seus predicados (PEREIRA, 2001).

Na literatura, muitos autores entendem que ambas as pesquisas, a quantitativa e a qualitativa, devem convergir sinergicamente. Neste caso, uma torna-se complementar à outra, possibilitando efetuar uma análise qualitativa de dados estritamente quantitativos ou uma análise quantitativa de dados coletados com técnicas qualitativas. Isto é, o material a ser recolhido e analisado pode ser tratado conjugando os elementos qualitativos e quantitativos, de forma mista (CHIZZOTTI, 2010).

Para Minayo e Sanches (1993) essa forma de tratar os dados, com o uso de métodos qualitativos e quantitativos conjuntamente, complementa a compreensão da realidade social.

2.5 PESQUISAS QUANTO AOS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS OU ESTRATÉGIAS DE PESQUISAS

Richardson et al., (2012) comentam que a estratégia de pesquisa procura dar resposta a seguinte questão: como serão alcançados os objetivos de pesquisa? Fazendo referência às técnicas a serem adotadas na coleta e análise dos dados.

De acordo com Gil (2002), os procedimentos técnicos e de coleta de dados são os recursos operativos da pesquisa, são os quais possibilitam a realização da análise e interpretação dos fatos, em outras palavras, fazem confrontar a visão teórica com os dados da realidade.

Para Marconi e Lakatos (2003) a análise e a interpretação constituem o núcleo central da pesquisa, buscam dar significado ao material, vinculando a outros conhecimentos, em relação aos objetivos propostos e ao tema da pesquisa.

Delinear uma pesquisa significa escolher os procedimentos técnicos de coleta e análise de dados a serem empregados no processo de pesquisa científica (KLEIN et al., 2015). Escolher os procedimentos, ou fazer o delineamento, envolve prever o ambiente da coleta de dados, as formas de controle das variáveis envolvidas, a análise e a interpretação de dados (GIL, 2002; PRODANOV; FREITAS, 2013)

Para Raupp e Beuren (2006) a busca de respostas para os problemas de pesquisas é por meio dos delineamentos e com base no delineamento de pesquisa e das respostas encontradas, novos problemas são identificados e recomendados pelo aluno-pesquisador para investigações futuras, para os autores mencionados, o delineamento é um processo cíclico.

Na estratégia de pesquisa se estabelecem os instrumentos de coleta, como os questionários, as entrevistas ou qualquer outro instrumento, e especifica o tipo de análise de dados a ser feita, quantitativa ou qualitativa, dizem Richardson et al., (2012).

A entrevista, entendida como um instrumento qualitativo de considerável importância nos diversos campos das ciências sociais (MARCONI; LAKATOS, 2003; ZAPPELLINI; FEUERSCHÜTTE, 2015), é uma técnica de coleta de informações solicitadas

diretamente aos sujeitos pesquisados sobre um determinado assunto, na entrevista pode-se utilizar questões direcionadas, previamente estabelecidas, como também os entrevistados podem ter seu discurso livre. Já o questionário é uma técnica de levantamento de informações escrita por parte das pessoas pesquisadas com propósito de conhecer a opinião delas sobre o assunto em estudo (SEVERINO, 2007).

Os instrumentos de coleta podem ser utilizados de forma combinada, é possível fazer entrevistas (método qualitativo) e usar questionários (método quantitativo) em conjunto para estudar o mesmo fenômeno, a esse procedimento dá-se o nome de Triangulação Metodológica. E quando a combinação refere-se a diferentes fontes de dados, podendo ser: diferentes sujeitos pesquisados, diferentes locais e/ou diferentes períodos de tempo de coleta com o uso de um único método (qualitativo, por exemplo), o procedimento é chamado de Triangulação de Dados, (ZAPPELLINI; FEUERSCHÜTTE, 2015).

Com relação aos procedimentos técnicos de investigação, Gil (2002) sugere classificar as pesquisas com base no critério fontes, são dois grupos: fonte do tipo 'papel', agrupa a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, e fonte cujos dados são fornecidos por pessoas, agrupa as pesquisas experimentais e *ex-post facto*, de Levantamento, Estudo de Caso, Pesquisa-ação e a Participante.

2.5.1 Pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, de campo e de laboratório

Appolinário (2012) comenta que toda pesquisa tem uma fase documental. Quando o que é pesquisado refere-se a um documento, sejam livros, revistas, filmes, áudios, prontuários, fotografias, mapas etc., o tipo de estudo é classificado como pesquisa documental. No entanto, a parte do trabalho em que o pesquisador descreve o que outros autores da área têm publicado em relação ao tema, com base em documentos científicos (livros, revistas etc.), não faz da pesquisa, necessariamente, um trabalho documental, uma vez que, a pesquisa documental não se restringe às revisões bibliográficas.

De acordo com Sá-Silva et al., (2009) a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental são bastante próximas, ambas têm como objeto de estudo o documento. O que as diferenciam é essencialmente a natureza dos documentos, enquanto a pesquisa documental se vale de materiais que ainda não receberam tratamento analítico, a bibliográfica se desenvolve com o uso de contribuições de diversos atores sobre determinado assunto e tem como base material constituído principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2002).

Na bibliográfica os documentos são de domínio científico, as contribuições para a pesquisa advêm de diferentes autores, de fontes consideradas secundárias (SÁ-SILVA et al., 2009).

Santos (1999) comenta que a bibliográfica refere-se ao que se escreve em consequência dos procedimentos de campo e de laboratório. Os dados captados, organizados e analisados e os raciocínios e conclusões são, em geral, escritos em formas de livros, periódicos e outros, para a divulgação do conhecimento construído. A fonte de informações são textos já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados (SEVERINO, 2007), constituindo-se em uma importante fonte de informação (SANTOS, 1999).

Para Gil (2002) a pesquisa bibliográfica está presente na maioria dos tipos de trabalhos, embora existam aqueles que são exclusivamente de fontes bibliográficas. Para Appolinário (2012) um levantamento histórico de tudo o que já foi dito sobre determinado tema, em artigos e livros, para sintetizar as principais ideias e conceitos sobre o tema é considerado um estudo de revisão bibliográfica. Para Hühne (1997), a pesquisa bibliográfica é aquela que oferece fundamentação teórica para um problema.

Para Garcia (2016) uma pesquisa para ser classificada como bibliográfica deve:

“[...] ter como escopo tudo o que já foi publicado em relação ao tema de estudo, pois só assim o pesquisador poderá formular uma nova teoria ou hipótese ou [contribuir] sobre o assunto, caso contrário, ele estará apenas fundamentando alguns conceitos escolhidos, que devem ser considerados para suportar uma pesquisa de laboratório ou uma *survey*, talvez. Para uma adequada comprovação de que a pesquisa realizada é uma pesquisa bibliográfica, o pesquisador deve propor um problema de pesquisa e um objetivo que estejam em consonância e que a resposta que será buscada está nos livros, artigos [...], ou ainda, a resposta encontrada seja o contrário do que está nos livros e artigos. As pesquisas que podem ser classificadas como bibliográficas são, na sua maioria, aquelas que buscam discutir sobre ideologias ou ainda as que buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado sobre um determinado assunto, tema ou problema (GARCIA, 2016, p. 293).

O autor, Garcia (2016), atenta para o fato de que os termos pesquisa bibliográfica e revisão bibliográfica têm sido confundidos, sobretudo em diversas publicações sobre o assunto metodologia de pesquisa, ele entende que deve haver uma separação clara dos termos quando da realização da pesquisa, uma vez que, qualquer que seja o tipo de pesquisa realizada, todas devem conter uma revisão da literatura ou uma fundamentação teórica para conhecer o estado da arte do tema que está sendo pesquisado, é uma etapa imprescindível à pesquisa.

Entretanto, quanto ao embasamento teórico para a compreensão, explicação, interpretação e significação do que é estudado, Triviños (1987) comenta que é um fator de

maior deficiência nos resultados de uma pesquisa, especialmente, ao tratar de estudo de realidades sociais complexas, que exigem um suporte teórico robusto, com princípios que permitam atingir verdadeiros níveis de importância e discussão daquilo que se investiga. Para o autor mencionado, a parte da dissertação que trata do aspecto teórico é a umas das maiores dificuldades encontrada pelos mestrandos.

Na pesquisa documental, os tipos de documentos são abrangentes, podendo ser: fotos, filmes, gravações, vídeos, documentos oficiais, entre tantos outros, são matérias primas as quais o pesquisador vai realizar sua investigação e análise, (SEVERINO, 2007).

Sá-Silva et al., (2009) entendem a pesquisa documental como um procedimento com métodos e técnicas para apreender, compreender e analisar os mais diversos tipos de documentos escritos – ou não escritos, dizem que:

Quando um pesquisador utiliza documentos objetivando extrair dele informações, ele o faz investigando, examinando, usando técnicas apropriadas para seu manuseio e análise; segue etapas e procedimentos; organiza informações a serem categorizadas e posteriormente analisadas; por fim, elabora sínteses, [...], na realidade, as ações dos investigadores – cujos objetos são documentos – estão impregnadas de aspectos metodológicos, técnicos e analíticos (SÁ-SILVA et al., 2009, p. 4).

Os pesquisadores costumam mencionar os termos pesquisa, método, técnica e análise documental quando usam documentos na investigação, comentam Sá-Silva et al., (2009). Como um exemplo de pesquisa documental, pode ser considerado um trabalho que pretenda “determinar a *causa mortis* dos pacientes de um hospital nos últimos três anos, tomando por base os prontuários arquivados dos indivíduos”, primordialmente, tais documentos são fontes de informação para constituição da pesquisa (APPOLINÁRIO, 2012, p. 66).

A pesquisa é classificada como pesquisa de campo, quando o que é pesquisado refere-se a um fenômeno (eventos sociais, físicos), sujeito (pessoas ou animais) ou objeto (planetas, substâncias, minerais etc.), com exceção se o objeto se tratar se de um documento, ainda que se utilize documento em pesquisas de campo, enfatiza Appolinário (2012). Neste aspecto, o autor, mencionado classifica a pesquisa documental e a pesquisa de campo como estratégias de pesquisas quanto à fonte de informação.

Como fontes de informação, Santos (1999) classifica as pesquisas de campo, de laboratório e a bibliográfica.

Severino (2007), com relação à natureza das fontes, indica as pesquisas de campo, de laboratório, a bibliográfica e a documental para abordar e tratar o objeto de pesquisa.

A pesquisa de laboratório é entendida por Santos (1999), Severino (2007) e Appolinário (2012) como um local onde os dados da pesquisa são coletados de forma controlada. Vejamos o que cada um diz:

– Laboratório, significa o “espaço e momento de uma pesquisa caracterizada por duas situações: a interferência artificial na produção do fato/fenômeno ou artificialização de sua leitura” (SANTOS, 1999, p.31). De forma artificial e controlada os fatos/fenômenos são reproduzidos, permitindo desta forma a captação adequada para sua descrição e análise, o que, muitas vezes não acontece quando na realidade, ou campo, pois fogem do padrão desejável (SANTOS, 1999).

– Laboratório, onde são criadas condições apropriadas para tratar o objeto, que é manipulado com formas de controle, não podendo o objeto ser pessoas, já que em Ciências Humanas não se pode fazer manipulação de seres humanos (SEVERINO, 2007).

– Laboratório, em relação ao local da coleta de dados, quando esta ocorre por uma situação controlada, monitorada, como por exemplo, em um experimento (APPOLINÁRIO, 2012).

Quanto ao campo, Santos (1999) também descreve como um local, da seguinte forma: lugar natural onde acontecem os fatos e fenômenos. O pesquisador desenvolve o trabalho pessoalmente, no próprio ambiente em que ocorrem os fenômenos do objeto estudado, obtendo uma experiência direta com a situação do estudo, recolhe os dados *in natura*, da maneira como são percebidos, vistos por ele. Geralmente, a pesquisa de campo é feita por observação direta, levantamento ou estudo de caso, diz Gil (2002), que corrobora com o descrito acima.

Para Severino (2007), na pesquisa de campo os fenômenos são diretamente observados sem intervenção e manuseio do pesquisador e abrange desde estudos que são mais descritivos, até estudos mais analíticos.

Appolinário (2012) também menciona o campo como local, neste caso, fala em estratégia de pesquisa em relação ao local da coleta de dados, onde o sujeito pesquisado (e não o pesquisador) se encontra, numa situação não controlada, podendo ser considerada pesquisa de campo, por exemplo, uma coleta de dados realizada por telefone, pela internet, na rua, residência, no trabalho etc.

2.5.2 Pesquisa experimental e pesquisa *ex-post facto*

A pesquisa experimental consiste em estudar um objeto experimentalmente, isso inclui selecionar as variáveis capazes de exercer influência sobre ele, estipular as formas de controle e de observação dos efeitos que as variáveis produzem no objeto diz Gil (2002). Manipular diretamente as variáveis referentes ao objeto de estudo e proporcionar a relação de causas e os efeitos de um fenômeno é a sua característica (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2007).

[...], uma **variável** pode ser considerada como uma classificação ou medida; uma quantidade que varia; um conceito operacional, que contém ou apresenta valores; aspecto, propriedade ou fator, discernível em um objeto de estudo e passível de mensuração. **Variável independente (X)** é aquela que influencia, determina ou afeta outra variável; é fator determinante, condição ou causa para determinado resultado, efeito ou consequência; é o fator manipulado (geralmente) pelo investigador, na sua tentativa de assegurar a relação do fator com um fenômeno observado ou a ser descoberto, para ver que influência exerce sobre um possível resultado. **Variável dependente (Y)** consiste naqueles valores (fenômenos, fatores) a serem explicados ou descobertos, em virtude de serem influenciados, determinados ou afetados pela variável independente; é o fator que aparece, desaparece ou varia à medida que o investigador introduz, tira ou modifica a variável independente; a propriedade ou fator que é efeito, resultado, consequência ou resposta a algo que foi manipulado (variável independente) (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.138).

Santos (1999) destaca o experimento como a reprodução controlada de um fato ou fenômeno, para descoberta de fatores que o produzem ou que são produzidos por ele. Para executar a pesquisa experimental é necessário possuir uma série de conhecimentos acerca de teorias, aparelhos e instrumentos (HÜHNE, 1997), o próprio objeto em sua concretude é colocado como fonte e em condições de experimentação com técnicas de observação e manipulação (SEVERINO, 2007). Nas ciências sociais a aplicação do método experimental reveste-se de muitas dificuldades pelo seu alto nível de controle, nem sempre é possível realizar pesquisas com esse método e rigidamente explicativas, diz Gil (2002).

A pesquisa *ex-post facto* assemelha-se à pesquisa experimental em verificar a existência de relações entre variáveis que influenciam o objeto. O que as difere é que o experimento na pesquisa *ex-post facto* se realiza depois dos fatos, das ocorrências de variações na variável independente, naquela que constitui o fator presumível do fenômeno. Assim, o pesquisador não dispõe de controle sobre esta porque o fato, o fenômeno já ocorreu (GIL, 2002). Ou seja, o pesquisador examina o fato/fenômeno que já está pronto (SANTOS, 1999).

2.5.3 Pesquisa-ação, pesquisa participante, *survey* e estudo de caso

A pesquisa-ação e a pesquisa participante são tipos de pesquisas bastante utilizadas nas ciências sociais aplicadas, como em educação, serviço social e saúde pública, ambas assemelham-se pela interação entre os atores da pesquisa (pesquisadores e indivíduos envolvidos com a situação investigada) e com propostas de transformação de uma realidade social vivida, principalmente, em situações de grupos de estudos, ou comunidades carentes (NOVAES; GIL, 2009).

O que as diferencia é que na pesquisa participante o propósito é de auxílio na emancipação das pessoas envolvidas na situação-problema, elas próprias procuram identificar e selecionar seus problemas e participam de forma ativa na análise e busca de soluções, recebendo o suporte necessário dos especialistas/ pesquisadores. Na pesquisa-ação busca-se diagnosticar um problema e alcançar algum resultado de aplicação prática, que pode ser de caráter educativo, social, técnico ou outro (NOVAES; GIL, 2009).

Na definição de Thiollent (1986, p. 14) a pesquisa-ação é “concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”. Desta forma, essa pesquisa desenvolve-se quando há envolvimento de pesquisadores e pesquisados em qualquer processo, de um mesmo trabalho, em que ambos se interessam pela criação de respostas (SANTOS, 1999). A pesquisa participante, diferentemente da pesquisa-ação, se mostra bastante comprometida com a minimização da relação entre dirigentes e dirigidos, diz Gil (2002).

Levantamento (chamado também de pesquisa *Survey* ou Enquete), a pesquisa deste tipo envolve a interrogação direta às pessoas cujo comportamento deseja-se conhecer. É solicitado a um grupo de pessoas informações acerca do problema estudado, posteriormente, através de uma análise quantitativa, se obtém as conclusões correspondentes aos dados coletados. O levantamento procura ter maior alcance, ser representativo de universo definido e oferecer resultados caracterizados por precisão estatística (GIL, 2002). O levantamento é realizado da seguinte maneira: seleciona-se uma amostra da população, aplica-se questionário e/ou entrevistas para coletar os dados, tabula-se os dados e a análise é realizada por meio de cálculos estatísticos com margem de erro prevista (SANTOS, 1999).

A principal característica da pesquisa *survey* é produzir descrições quantitativas, seu uso é apropriado quando se quer responder ‘o que’ acontece, ou ‘como’ e ‘por que’ está acontecendo algo, o fenômeno é estudado no ambiente natural (a melhor

situação), ocorre no presente ou no passado recente e não é preciso controlar variáveis dependentes e nem independentes. Usa instrumento estatístico para obtenção das informações e para a análise, que pode ser aplicada em dados quantitativos ou qualitativos. Tem por propósito descrever, explorar ou explicar (FREITAS et al., 2000).

Estudo de caso consiste em um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira a possibilitar seu amplo detalhamento (GIL, 2002). No estudo de caso investiga-se um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, principalmente, quando não estão claramente definidos os limites entre o fenômeno e o contexto (YIN, 2001). O estudo de caso também pode ser usado para reconhecer em um caso, certo padrão científico já delineado e no qual seja possível o enquadramento (SANTOS, 1999).

Nas palavras de Martins (2008, p.11) o estudo de caso:

Trata-se de uma metodologia aplicada para avaliar ou descrever situações dinâmicas em que o elemento humano está presente. Busca-se apreender a totalidade de uma situação e, criativamente, descrever, compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto, mediante um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado.

Para executar o estudo de caso, após revisão da literatura, a identificação da lacuna e extração dos conceitos, procede-se a escolha do caso, com o estabelecimento da quantidade de unidades de análise, se único ou múltiplos casos, na sequência escolhe-se os instrumentos para a coleta das múltiplas fontes de evidências (análise de documentos, entrevistas etc.) do estudo. A partir dos dados coletados o pesquisador produz a narrativa geral do caso, de maneira que esteja em estreita ligação com os objetivos e conceitos preestabelecidos na pesquisa (DRESCH et al., 2015).

A obtenção de fontes de evidências diversificadas é um ponto forte no Estudo de Caso, que envolve descrições complexas de um fenômeno/ realidade social e para a complementaridade de informações e aprofundamento abrange um grande conjunto de dados (YIN, 2001). O objetivo tradicional do Estudo de Caso é auxiliar no entendimento de fenômenos sociais complexos (LACERDA et al., 2013), a exigência é aprofundarem a descrição do que se estuda (TRIVIÑOS, 1987).

Como objetivos de pesquisa, o Estudo de Caso submete-se aos princípios das Ciências Sociais, podem ser exploratórios, descritivos ou explicativos e quando adaptado para objetivos de pesquisa prescritiva ou para fins de desenvolvimento de tecnologias (artefatos) o estudo além de abranger a compreensão do funcionamento daquilo que já é existente num

determinado contexto, gera produtos exitosos de determinadas classes de problemas que podem ser formalizados, ampliando o conhecimento teórico da área em questão e/ou para o proveito em outras organizações (LACERDA et al., 2013).

Bogdan e Biklen, (1994) fazem recomendações para que pesquisadores iniciem suas experiências de pesquisas com o Estudo de Caso, como opção de estratégia de pesquisa, por ser considerado um tipo de pesquisa mais fácil de realizar, tanto por iniciante na pesquisa quanto por pesquisadores experientes, apresentando apenas certo grau de dificuldade entre o estudo de casos múltiplos, desenvolvido com múltiplos sujeitos ou em múltiplos locais simultaneamente, em relação a estudos de um único evento ou poucos sujeitos envolvidos.

Já para Mazzotti (2006) o Estudo de Caso, tanto de um único caso como de múltiplos, não se configura como uma pesquisa de baixa complexidade, ou de fácil desenvolvimento, ao contrário, consiste em um estudo profundo e exaustivo para possibilitar um amplo detalhamento de uma situação, exige combinações de variadas técnicas de coleta de dados, como entrevistas, questionários, análise documental e observações, entre outros requisitos, para o aprofundamento, compreensão e interpretação daquilo que é estudado.

Para Fleury e Werlang (2017) o Estudo de Caso é uma abordagem metodológica recomendada para o desenvolvimento de pesquisas de natureza aplicada.

2.6 QUADRO REFERENCIAL DA TIPOLOGIA DE PESQUISAS

Para a análise objeto deste estudo, o Quadro 3 sintetiza o quadro referência dos tipos de pesquisa e suas propriedades.

Quadro 3: Quadro referencial dos tipos de pesquisas e suas propriedades, por categoria analítica.

Categoria analítica	Tipos de pesquisas	Conceito	Referências
Natureza do Problema de Pesquisa	Aplicada; Pura; ou Mista (teórico-aplicada).	A pesquisa pode ser classificada quanto à natureza do problema partindo do problema a ser solucionado ou do problema de pesquisa detectado pelo investigador. Podendo ser:	Laville e Dionne (1999); Salomon (2010);

		<p>— Aplicada: tem por objetivo/interesse gerar conhecimentos para aplicação, visando resolver um problema prático, concreto ou operacional colocado pelo meio social, ou então contribuir para o seu entendimento/diagnóstico. Pode ter finalidade de desenvolvimento de novos processos ou produtos orientados para atender ao mercado e servir para modificar a forma de como se fazem as coisas. A forma de realização de uma pesquisa, com produção de dados através de processos interativos do pesquisador com pessoas e lugares para trabalhar situações reais, também reflete sua característica aplicável.</p> <p>— Pura: O objetivo/motivação é a geração de conhecimentos para solucionar um problema referente a uma falta de saber ou incorporar novas questões ao conhecimento já produzido. Serve para incrementar o conhecimento científico, ao avanço da ciência, podendo no futuro contribuir para a resolução de um problema prático. Com essa pesquisa desenvolve teorias, mediante a descoberta de amplas generalizações ou princípios.</p>	<p>Laville e Dionne (1999); Marconi e Lakatos (2002); Salomon (2010); Appolinário (2012); Prodanov e Freitas (2013). Ribeiro et al., (2013).</p>
		<p>— Mista: Uma mescla dos dois tipos de pesquisa, a aplicada e a pura, isto é, gera conteúdos de aplicação prática e conteúdos generalizáveis, ao mesmo tempo.</p>	<p>Salomon (2010).</p>
<p>Objetivo da Pesquisa</p>	<p>Exploratória; Descritiva; ou Explicativa.</p>	<p>Os objetivos estabelecidos no trabalho determinam o que se deseja alcançar com a pesquisa e o como alcançar e orientam à escolha do tipo de pesquisa a empreender quanto aos objetivos: explorar, descrever ou explicar.</p>	<p>Gil (2002); Raupp e Beuren (2006), Klein et al., (2015).</p>
		<p>Comumente, a pesquisa exploratória constitui a primeira etapa para uma investigação de alcance mais amplo, como no caso de estudos descritivos, correlacionais ou explicativos. O que leva o estudo iniciar como exploratório, descritivo, correlacional ou explicativo é o estado de conhecimento sobre o problema estudado e a perspectiva que o investigador deseja dar ao estudo.</p>	<p>Sampieri, Collado e Lucio (2006); Gil (2008);</p>
		<p>— Exploratória: objetiva levantar informações sobre um determinado objeto e/ou fenômeno, mapear as condições de sua manifestação e delimitar um campo de trabalho, quando não se tem informação disponível e se deseja conhecer, há pouco conhecimento sobre o problema. Torna o problema mais explícito a partir de descrições precisas sobre ele ou constitui hipóteses, não àquelas a serem testadas no trabalho, mas hipóteses no sentido de definir os objetivos e buscar mais informações sobre determinado assunto.</p>	<p>Santos (1999); Gil (2002); Severino (2007), Cervo, Bervian e Da Silva (2007); Richardson et al. (2012);</p>
		<p>— Descritiva: objetiva descrever as características de um fenômeno, contexto, evento, processo, comunidade etc., com exatidão. Traça ‘o que é’, enfoca condições dominantes sobre como indivíduos ou coisas se conduzem ou funcionam no presente. Quando aplicada a solução de problemas, começa pelo processo de informação sobre quais são as atuais condições, as necessidades e como alcançá-las.</p>	<p>Triviños (1987); Sampieri, Collado e Lucio (2006); Salomon (2010); Richardson et al. (2012);</p>

		— Explicativa: objetiva explicar a razão e o porquê das coisas, visando aprofundar o conhecimento da realidade para além das aparências do fenômeno estudado, é o tipo mais complexo e delicado de pesquisa, analisa e identifica as causas ou consequências do fenômeno e gera teorias a respeito.	Santos (1999); Gil (2002); Richardson et al. (2012);
Enfoque da Pesquisa	Quantitativa; Qualitativa; ou Bimodal.	Pelo tipo de dados coletados e pela análise efetuada desses dados é possível caracterizar a pesquisa como quantitativa, qualitativa ou bimodal.	Chizzotti, (2010);
		— Quantitativa: na análise do problema, os eventos são tratados com procedimentos estatísticos, envolve quantificação na coleta e análise de dados. Os saberes são construídos por meio de números, da medida exata dos fenômenos, da mensuração precisa. Objetiva relatar o que acontece, ou seja, conhecer como funciona determinada realidade. — Qualitativa: os dados são coletados nas interações interpessoais e a análise é feita a partir do significado que os sujeitos dão aos seus atos. O papel do pesquisador envolve manter contato direto com o ambiente, que é a fonte de dados, e com seu objeto de estudo, participando, compreendendo e interpretando. Na pesquisa qualitativa enumerar ou quantificar os eventos não é a prioridade no processo de análise de um problema. O dado qualitativo é mensurado quanto aos seus atributos, seus predicados. Objetiva descobrir e/ou entender o contexto, o ponto de vista dos sujeitos pesquisados com uso de linguagem natural.	Santos (1999); Laville e Dionne (1999); Sampieri, Collado e Lucio (2006); Chizzotti, (2010); Prodanov e Freitas (2013).
		— Bimodal: envolve procedimentos quantitativos e qualitativos em conjunto para tratar os eventos do problema em investigação. Pode-se efetuar uma análise qualitativa de dados estritamente quantitativos ou uma análise quantitativa de dados coletados com técnicas qualitativas, complementando a compreensão da realidade social.	Minayo e Sanches (1993); Chizzotti, (2010);
Estratégia de Pesquisa		Com a estratégia de pesquisa busca-se responder como serão alcançados os objetivos de pesquisa. Faz referência aos recursos operativos que envolvem o ambiente de coleta de dados, as formas de controle de variáveis e possibilitam a realização da análise e interpretação de dados, vinculando a outros conhecimentos.	Gil (2002); Marconi e Lakatos (2002); Richardson et al. (2012)
	Experimental;	Estuda um objeto experimentalmente, o que inclui: selecionar as variáveis capazes de exercer influência sobre o objeto, estipular as formas de controle e de observação dos efeitos produzidos pelas variáveis no objeto. Manipular, executar experimentos, controlar um fato ou fenômeno é a característica da pesquisa experimental, que por seu método reveste-se de muitas dificuldades de aplicação nas ciências sociais.	Santos (1999), Gil (2002), Cerro, Bervian e Da Silva (2007)
	<i>Ex-post facto</i> ;	Semelhante à experimental. Verifica a existência de relações entre variáveis que influenciam o objeto. O que difere é que o pesquisador examina o fato/fenômeno depois de sua ocorrência, não dispõe de controle sobre as variações do fator presumível do fenômeno, por que este já aconteceu.	Santos (1999), Gil (2002),

	Survey ou levantamento;	Envolve interrogação direta às pessoas cujo comportamento deseja-se conhecer. Seu uso é apropriado quando se busca responder ‘o que’, ‘como’ ou ‘por que’ acontece, ou está acontecendo algo. A principal característica é produzir descrições quantitativas, aplica-se questionário e/ou é feito entrevistas para coletar os dados, que podem ser dados quantitativos ou qualitativos, tabula-se os dados e a análise é realizada por meio de cálculos estatísticos. Da análise quantitativa, obtêm-se as conclusões correspondentes aos dados coletados.	Santos (1999), Freitas et al. (2000); Gil (2002),
	Estudo de caso;	Estuda profundamente e exaustivamente um ou poucos objetos (casos) de maneira a possibilitar seu amplo detalhamento. Investiga-se um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real. Pode-se também reconhecer em um caso, certo padrão científico já delineado e no qual seja possível o enquadramento. A partir de múltiplas fontes de informações, o pesquisador produz a narrativa geral do caso estudado, de maneira fazer ligação com os objetivos e conceitos da pesquisa.	Santos (1999); Gil (2002); Yin (2001); Dresch et al. (2015).
	Participante;	As pessoas envolvidas na situação-problema, elas próprias procuram identificar e selecionar seus problemas e participam de forma ativa na análise e busca de soluções com o auxílio dos especialistas/ pesquisadores.	Novaes e Gil, (2009).
	Pesquisa-ação;	Desenvolve associada a uma ação ou a uma solução de um problema, busca-se diagnosticar e alcançar algum resultado de aplicação prática de um problema coletivo, no qual existe envolvimento de forma cooperada entre pesquisador e participantes da situação ou problema, ambos os atores se interessam em criar respostas, em resolver o problema em questão.	Thiollent (1986); Santos, (1999); Gil (2002); Novaes e Gil (2009).
Ambiente/ Fonte de informações da Pesquisa	Documental;	A forma usada para abordar e tratar o objeto investigado enquadra as pesquisas em <i>relação</i> à natureza das fontes e ambiente de coleta, são dois tipos de fontes de informação: do tipo documental (ou ‘papel’) e fonte cujos dados são fornecidos por pessoas. A fonte de informação (o que é pesquisado) é documental quando utilizado materiais escritos, ou não escritos (filmes, vídeos, áudios, gravações, fotos, mapas, prontuários, documentos oficiais etc.) que ainda não receberam tratamento analítico, são fontes primordiais para constituir a pesquisa. Com a Pesquisa Documental, considerada também uma estratégia de pesquisa, o pesquisador realiza uma investigação, aplicando técnicas para extração, organização e análise das informações do objeto, que se trata de um documento.	Gil (2002); Severino (2007); Severino (2007); Sá-Silva et al., (2009); Appolinário (2012).
	Bibliográfica;	A fonte de informação são documentos de domínio científico, em geral, escritos em formas de livros, periódicos e demais textos já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados, a fonte refere-se a contribuições que advêm de diferentes autores para a pesquisa. É presente na maioria dos tipos de trabalhos por ser apropriado visitar a literatura sobre o que já foi dito sobre o tema, problema de estudo e fundamentar conceitos para dar suporte à pesquisa, trata-se de estabelecer o marco teórico ou fazer uma revisão bibliográfica. Contudo, existem pesquisas	Santos, (1999); Severino (2007); Sá-Silva et al., (2009). Gil (2002); Sampieri, Collado e Lucio (2006); Garcia

		desenvolvidas exclusivamente de fontes bibliográficas. As pesquisas de prevalência teórica, que se restringem às fontes bibliográficas ou podem ser classificadas como pesquisa bibliográfica possuem algumas características, das quais as destacamos a seguir: – fundamenta teoricamente um problema e a resposta buscada para o problema deve estar em consonância com as contribuições dos autores ou, ainda, em discordância com a teoria. – reuni contribuições de tudo o que já foi pesquisado sobre o assunto do estudo e/ou procura conhecer e analisar as contribuições científicas do passado; busca sintetizar as principais ideias e conceitos e/ou discutir ideologias.	(2016). Garcia (2016).
	Campo;	Local, onde o pesquisado está e os dados da pesquisa são coletados de forma direta, como observados ou vistos, sem manuseio, intervenção ou condições de controle, ou de experimentação, pelo pesquisador. É o lugar natural da ocorrência dos fatos e fenômenos ou está o pesquisado. A fonte de informações pode ser: o sujeito (pessoas ou animais), fenômeno (eventos sociais ou físicos) ou objetos diversos, neste último, exceto em caso de referir-se a documentos, ainda que também sejam utilizados em pesquisa de campo. A Pesquisa de Campo também é considerada uma estratégia de pesquisa, quanto à fonte de informações.	Santos (1999); Gil (2002); Severino, (2007); Appolinário (2012) Appolinário (2012)
	Laboratório	Local, onde os dados da pesquisa são coletados de forma controlada, monitorada pelo pesquisador, neste ambiente são criadas condições de interferência artificial na produção ou na leitura do fato/fenômeno, o objeto é manipulado e também é a própria fonte de informações, com exceção se o pesquisado for pessoas, pois há restrições em relação a procedimentos de experimentos ou de controles rígidos envolvendo seres humanos.	Santos (1999); Severino (2007); Appolinário (2012).

Fonte: adaptado, elaborado pela autora.

Um trabalho de pesquisa pode conter diversas combinações de tipos de pesquisas, de acordo com suas propriedades. Appolinário (2012, p. 69) exemplifica alguns estudos que podem resultar de combinações, tais como: “pesquisas descritivas documentais básicas e de natureza preponderantemente qualitativa, ou pesquisas aplicadas experimentais de campo (fonte de informação) e laboratório (local de coleta) [...] preponderantemente quantitativa, e assim por diante”.

A seguir é apresentada uma fundamentação histórica sobre objeto de estudo.

3 FUNDAMENTAÇÃO HISTÓRICA

Nesta seção discorre-se sobre a pós-graduação brasileira, destacando o Mestrado Profissional, de forma histórica, e a sistemática de avaliação dos Mestrados Profissionais da Área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, na Avaliação (2013-2016) da CAPES, com propósito de favorecer uma visão panorâmica sobre o objeto de estudo e atender aos objetivos do estudo, com a descrição dos resultados dos MP na Avaliação Quadrienal-2017.

3.1 PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

A Pós-Graduação no Brasil foi definida institucionalmente em 1965, através do documento chamado “Parecer Sucupira”, Parecer nº 977, de 03/12/1965 do Conselho Federal de Educação (FISCHER, 2003), e formalmente implantada, por meio de dispositivos legais, em 1968, quando da reforma do ensino superior, pela Lei da Reforma Universitária nº 5.5540/1968, que complementou e redimensionou as disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB nº 4.024 de 1961 (ROMÊO; ROMÊO; JORGE, 2004).

O modelo de pós-graduação brasileiro baseou-se no sistema norte-americano, em que os ingressantes cursam disciplinas relativas à sua linha de pesquisa e necessitam desenvolver uma dissertação ou tese no final do curso (ALMEIDA JUNIOR et al., 2005).

Outra característica importante é a distinção da Pós-Graduação brasileira em dois níveis: em *Stricto Sensu*, que comporta cursos de mestrado e de doutorado e corresponde ao nível mais elevado entre os cursos de formação superior, e em *Lato Sensu* (CURY, 2005), com cursos destinados ao treinamento de determinada área, não abrangendo totalmente o campo do saber a qual está inserida a especialidade (ALMEIDA JUNIOR et al., 2005).

Os cursos *Stricto Sensu* somente podem ser oferecidos por instituições que atendam a requisitos de padrão de qualidade, estipulados pela CAPES, para esse nível de ensino superior (CAPES, 2017a).

Diante do processo de expansão da pós-graduação, em 1976 foi lançado o primeiro Plano Nacional de Pós Graduação (PNPG 1975-1979) (KUENZER; MORAES, 2005). O PNPG pode ser entendido como um instrumento que estabelece as diretrizes,

objetivos, metas e prioridades para os avanços da pós-graduação e pesquisa no Brasil, assim, imprime uma direção macropolítica para conduzir o sistema de pós-graduação, fornece diagnósticos, fixa metas e ações para favorecer o desenvolvimento da pós-graduação e do sistema de ensino superior (BARROS; VALENTIM; MELO, 2005; BARRETOS; DOMINGUES, 2012).

As importantes etapas da história da pós-graduação brasileira consubstanciada através dos planos seguem sintetizadas no Quadro 1:

Quadro 4: Etapas históricas do PNPG

<p>I-PNPG (1975-1979) – capacitação dos docentes das universidades, formação do primeiro contingente de pesquisadores e especialistas em âmbito federal;</p> <p>II-PNPG (1982-1985) – preocupação com o desempenho e a qualidade da pós-graduação;</p> <p>III-PNPG (1986-1989) – integração entre a pesquisa desenvolvida na universidade com o setor produtivo, visando o desenvolvimento nacional;</p> <p>IV-PNPG (Não promulgado¹) – flexibilização do modelo de pós-graduação, aperfeiçoamento do sistema de avaliação e ênfase na internacionalização;</p> <p>V-PNPG (2005-2010) – introdução do princípio de indução estratégica, combate às assimetrias e o impacto das atividades de pós-graduação no setor produtivo e na sociedade, resultando na incorporação da inovação no SNPG e na inclusão de parâmetros sociais no processo de avaliação, formação de docentes para todos os níveis de ensino e via mestrado profissional, de quadros técnicos para os setores públicos e privados;</p> <p>VI-PNPG (2011-2020) – dá continuidades a vários eixos dos planos anteriores, principalmente, ao quinto plano, como a redução às assimetrias, a ênfase na inclusão social, a busca da internacionalização, primazia pela qualidade do SNPG e aperfeiçoamento da avaliação, considerando o cenário brasileiro e mundial, as oportunidades, desafios e problemas a transpor. Por exemplo, com relação ao papel da pós-graduação sob foco empresarial é dado ênfase à ampliação do parque da pós no Brasil com destaques as engenharias, em segmentos da saúde e no agronegócio.</p>

Fonte: Adaptado de PNPG 2011-2020, p.15-16, CAPES, (2017e) e de Barretos e Domingues (2012)

As atividades de acompanhamento e avaliação da pós-graduação foram aprimoradas continuamente até adquirir o formato atual (KUENZER; MORAES, 2005). No que tange à avaliação, o PNPG 2011-2020 recomenda, entre outras coisas, que seja realizada

¹ O 4º PNPG não foi promulgado por uma série de circunstâncias, dentre elas, restrições orçamentárias, que comprometeria a execução do plano, e problemas de articulação entre as agências de fomento nacional, impossibilitando que o plano se constituísse em documento público. No entanto, diversas recomendações, da versão preliminar mais completa redigida do plano, foram adotadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), entre 1996 e 2004, tais como: ênfases na expansão do sistema e na diversificação do modelo de pós-graduação vigente (estendendo-se ao setor profissional), na introdução de mudanças no processo de avaliação e na inserção internacional da pós-graduação, conforme expresso nos PNPGs (2005-2010 e 2011-2020) da CAPES (2017e) e comentado por Hostins (2006) em seu trabalho sobre os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG) e suas repercussões na Pós-Graduação brasileira.

em intervalo de tempo maior à periodicidade trienal, essencialmente para os cursos de notas elevadas, e que para os demais casos haja monitoramento avaliativo mais frequente.

No que diz respeito à modalidade de Mestrado Profissional, orienta diferenciar a avaliação com critérios específicos, a incorporar parâmetros que se ajustem aos fins dos programas de natureza aplicada e leve à ponderação de outros itens de produção intelectual, distintos daqueles de prevalência das áreas básicas (artigos e livros), como também, ao reconhecimento de teses e dissertações ajustadas às demandas e necessidades das áreas profissionais e aplicadas (CAPES, 2017e).

Enquanto prática institucionalizada, o Mestrado Profissional trata-se de um modelo de curso recente, que será abordado com maior profundidade no tópico a seguir.

3.2 MESTRADO PROFISSIONAL NO RECINTO DA PÓS-*STRICTO SENSU*

A ideia de cursos de pós-graduação *stricto sensu* voltados à atuação profissional não é nova, já foi mencionada, quando da regulamentação da pós-graduação brasileira, no Parecer Sucupira em 1965 (FISCHER, 2003; 2005). No entanto, as discussões sobre a relevância e institucionalização de Mestrados Profissionais (MPs) no Brasil surgiram somente na década de 1990 (FISCHER, 2003; TAKAHASHI et. al., 2010), grande parte, conforme reforça Neves (1995, p.16), motivadas pelas:

[...] profundas transformações econômico-sociais experimentadas pela sociedade brasileira nas últimas décadas, processo este que tem implicado sensível expansão e diferenciação do sistema produtivo e da estrutura de empregos, têm também acarretado o surgimento de novas demandas de formação de profissionais de alto nível que não irão necessariamente, atuar na vida acadêmica.

Para atender as novas demandas do mercado extra-acadêmico tornou-se necessário flexibilizar² a pós-graduação *stricto sensu*, em especial, na modalidade de mestrado (NEVES, 1995). Segundo Barros, Valentim e Melo (2005) o perfil dos alunos que procuravam pelo MP configurou uma demanda bastante heterogênea: de profissionais já inseridos no mercado, daqueles que já possuíam certa experiência, dos alunos que queriam cursar pós-graduação, mas não se identificavam com os modelos de pós-graduação vigentes,

²Em observação de Neves (1995), a busca por modalidades com características diferenciadas no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, também, já havia aparecido como indicativo no II Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG1982-1985), com os dizeres: “Ainda não foram consistentemente exploradas outras alternativas, seja identificando as áreas onde as exigências deste tipo de pós-graduação se mostram inadequadas, seja **buscando modalidades de mestrado e doutorado com características diferentes** (CAPES, 2007e, p.179 **grifo nosso**)”.

em fim, de um público com boa formação superior que buscavam por formação continuada, a qual não se encaixava os cursos de especialização ou mestrados e doutorados acadêmicos. Dentre as categorias do alunado englobava, por exemplo:

- profissionais médicos, empresários, gerentes operacionais e gerentes oriundos de indústrias farmacêuticas, do setor privado e em menor grau do setor público, empresários da área cultural, executivos de empresas particulares e de órgãos públicos, docentes de ensino superior. (BARROS; VALENTIM; MELO, 2005, p. 134).

Os primeiros cursos de mestrados profissionais no Brasil foram colocados em prática por duas instituições federais e duas privadas, pelas universidades federais da Bahia (UFBA) e do Rio Grande do Sul (UFRGS) e escolas da Fundação Getúlio Vargas, a EAESP e EBAPÉ, em meados dos anos 1990 (FISCHER, 2003).

Na gênese do Mestrado Profissional ergueu-se no meio acadêmico uma série de discussões a respeito desta modalidade, a fim de esclarecimentos sobre o que é o Mestrado Profissional, o que se esperar do curso e de seus formandos (FISCHER, 2005; TAKAHASHI et. al. 2010).

Ribeiro (2005, p.8) considera que no MP “o objetivo é formar alguém que, no mundo profissional externo à academia, saiba localizar, reconhecer, identificar e, sobretudo, utilizar a pesquisa de modo a agregar valor a suas atividades, sejam essas de interesse mais pessoal ou mais social”. Desta maneira, os MPs são cursos dirigidos para profissionais, com ênfase em conteúdos aplicados e o qual também deve contemplar atividades de pesquisa, seja nas disciplinas como no trabalho de conclusão do curso (QUELHAS; FARIA FILHO; FRANÇA, 2005).

Segundo Fischer (2005) o MP sofreu rejeição por seu formato diferenciado frente à tradicional concepção da pós-graduação brasileira, enraizada por práticas acadêmicas. A autora observa que entre os padrões estritamente acadêmicos e a formação para o mundo do trabalho, o mestrado profissional representou “a forma mais visível desta disputa entre lideranças da comunidade acadêmica e das instituições que defendem tradições ou inovações como se fossem mutuamente exclusivas” (FISCHER, 2005, p. 25).

Piquet, Leal e Terra (2005) também comentam sobre a significativa rejeição da comunidade acadêmica à proposta do mestrado profissional, no Sistema Brasileiro de Pós-Graduação, e falam que “boa parte de professores e pesquisadores, embora pouco conhecendo sobre as especificidades desses cursos, logo [passou] a tratá-los como cursos de ‘segunda linha’, capazes de desqualificar a nobreza inerente aos títulos emitidos pelos mestrados acadêmicos” (PIQUET; LEAL; TERRA, 2005, p. 30-31).

Conforme Takashi et al. (2010) e também como colocado por Fischer (2003), comparações entre o Mestrado Acadêmico (M) e o Mestrado Profissional (MP) nortearam a discussão sobre a institucionalização do MP.

Dentre aqueles que o rejeitavam foi lançado os seguintes pontos de vista (expresso em documento expedido pelo Fórum de Pró-Reitores de Pós-Graduação ao Conselho Técnico da CAPES) (FISCHER, 2003; TAKAHASHI et al. 2010):

- 1- O MP deveria ser orientado por padrões de qualidade inferiores ao mestrado acadêmico;
- 2- A possibilidade de ocorrer uma redução da oferta do acadêmico pelo incremento do MP; e
- 3- A oposição quanto a títulos de MP poderem ser aceitos no ingresso da carreira docente, em igualdade com aqueles que obtêm o título de mestre em um curso acadêmico.

Menandro (2010) comenta que as reações negativas quanto à proposta de uma nova concepção de mestrado pode ser comparado a um processo neofóbico, pois sem que todas as potencialidades da então nova modalidade tivessem sido discutidas já estava exposta certa relutância por diversas áreas.

Fischer (2005) diz que os quesitos em que as diferenças entre as propostas de mestrado acadêmico e profissional são explicitadas referem-se à composição do corpo docente e à natureza da produção acadêmica de professores e alunos. A autora comenta que, por vários fatores, em cursos acadêmicos existe certa distância entre a pesquisa científica produzida e os fenômenos do ambiente de trabalho, a prática profissional como experiência vivida tende a ser desvalorizada nas modalidades acadêmicas, prevalecendo maior valor a produção bibliográfica em detrimento a tecnológica ou técnica. Para ela, o trabalho final de um curso de MP deve ser uma investigação aplicada à solução de problemas que possam ter impactos no sistema ao qual se dirige a pesquisa (FISCHER, 2005).

Bertero (1998) ao comentar sobre mestrado profissional da área da administração expõe que em relação à Ciência da Administração não existe somente expectativas acadêmicas, mas também expectativas sociais, ou seja, é desejável que a Ciência da Administração forneça instrumentos para o exercício de boas práticas na área. Na concepção do autor o trabalho de conclusão de mestrado profissional deve-se voltar à gestão, prática ou aplicabilidade e não a construção teórica, comprovação ou refutação de hipóteses,

este último, Bertero (1998) sugere deixar para os cursos de doutorados e mestrados acadêmicos.

O MP típico da área de Administração foi caracterizado por Fischer (2005) como curso formador de profissionais multiquilificados que tem como proposta rever as práticas exercidas neste campo, para levar o ingresso à reflexão e a ressignificação crítica das mesmas. A categoria deste modelo de MP foi chamada de Mestrado Generalista. Outra categoria de MP também designado pela autora é o Mestrado Focalizado, característico de áreas de aplicação setorializada, como as de viés tecnológico e de políticas públicas, “forma profissionais para setores específicos de atividades, possibilitando especialização e maior instrumentalidade para lidar com problemas concretos” (FISCHER, 2005, p.27).

Negret (2008) entende que a identidade do MP consiste no compromisso de obter conteúdos teórico-metodológicos capazes de dar conta de estudos e análises da vantajosa e rica biodiversidade do país, tratando-se aqui de construir marco conceitual analítico, bem como, de obter os meios, a legitimidade social e maior viabilidade para a sua aplicação. Assim, de forma articulada com setores da sociedade, criar os mecanismos da aplicabilidade dos resultados da pesquisa. Para o autor, o MP é uma maior aproximação e articulação entre a universidade e a realidade social, é a inserção dos mestrados na sociedade.

3.2.1 Regulamentação do Mestrado Profissional

A indução ao mestrado profissional iniciou em 1990, nesta mesma década, já havia o registro dos primeiros cursos de MP no país, contudo, somente em 1995 o mestrado profissional tornou-se regulamentado pela CAPES (FISCHER, 2005), com a publicação da Portaria nº 47/1995, que determinou “a implantação na CAPES de procedimentos apropriados à recomendação, acompanhamento e avaliação de cursos de mestrado dirigidos à formação profissional” (CAPES, 2005b, p. 147) e enfatizou a importância de assegurar os níveis de qualidade, dessa nova modalidade de mestrado no âmbito da Pós *Stricto Sensu*, comparáveis aos vigentes no sistema de pós-graduação (BARROS, VALENTIM, MELO, 2005).

Depois de três anos, em 1998, a Portaria 47/1995 foi revogada pela Portaria nº 80/1998, a qual dispôs sobre o reconhecimento dos mestrados profissionais (CAPES, 2005c). Já essa portaria, segundo Barros, Valentin e Melo (2005), trouxe orientações bem mais

especificadas quanto aos requisitos e condições de enquadramento das propostas de mestrados profissionais, inclusive avançando em entendimento comparado à portaria anterior.

Novas portarias foram publicadas, conforme iam avançando a leitura e o refinamento sobre o mestrado profissional. No Quadro 2 abaixo é apresentada uma síntese dos principais fatos da história do mestrado profissional no recinto da pós-graduação brasileira:

Quadro 5: Resumo histórico do Mestrado Profissional

- **PARECER SUCUPIRA nº. 977/1965** – indicativo da pós-graduação do tipo *stricto sensu* atuar no setor profissional;
- **II-PNPG 1982-1985** – prescrição a busca pelo SNPG por modalidades de mestrado e doutorado com características diferentes da vigente;
- **DÉCADA DE 1990** – indução do Mestrado Profissional pela CAPES, submissão de projetos de MP por quatro IES a CAPES e iniciação dos primeiros cursos de mestrados profissionais no Brasil;
- **PROGRAMA DE FLEXIBILIZAÇÃO DO MODELO DE PÓS-GRADUAÇÃO SENSO ESTRITO EM NÍVEL DE MESTRADO EM 1995** – Proposta dirigida ao Conselho Superior da CAPES sobre a importância e necessidade de implementar programas de mestrado dirigidos à formação profissional;
- **PORTARIA NO. 47/1995** – regulamentação da modalidade no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* com determinação para a CAPES implantar procedimentos à recomendação, acompanhamento e avaliação de cursos de mestrado profissional;
- **IV-PNPG (Não promulgado)** – entre 1996 e 2004, houve incentivo para a expansão do sistema e a diversificação do modelo de pós-graduação pela CAPES;
- **PORTARIA nº. 80/1998** – reconhecimento da modalidade como Mestrado Profissionalizante, estipulação dos requisitos e condições de enquadramento dos cursos para serem recomendados pela CAPES e reconhecidos pelo Conselho Nacional de Educação, dentre os quais se destacam: a articulação do ensino com a aplicação profissional, a possibilidade de várias formas de trabalho final (inclusive dissertação) e o autofinanciamento do MP para o patrocínio de suas atividades;
- **PORTARIA nº. 07/2009** – definição da finalidade e objetivos de cursos de mestrado profissional, estabelecimento dos formatos de produto final aceito e do grau de titulação concedido; maior detalhamento nos requisitos e condições para submissão de propostas de cursos de MPs pelas IES;
- **PORTARIA nº. 17/2009** – aperfeiçoamento da regulamentação anterior, com destaque para critérios específicos de avaliação periódica dos cursos;
- **PORTARIA nº. 389/2017** – acréscimo da modalidade de Doutorado Profissional, com estabelecimento de prazo de 180 dias para a CAPES disciplinar e regulamentar a oferta, a avaliação e o acompanhamento desta nova modalidade de curso profissional no SNPG.

Fonte: Adaptado de Fischer (2003); Almeida Jr.(2005) e de portarias e outros documentos da CAPES (2005 a, b, c; 2009 a, b; 2017e, g.).

A Portaria nº 389, de 23 de março de 2017, que revogou a Portaria nº 17/2009, foi divulgada no Diário Oficial da União (DOU) em 24 de março de 2017, é a mais recente

normativa sobre os mestrados profissionais e trouxe enunciado à modalidade de Doutorado Profissional no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* (CAPES, 2017g).

Nesta portaria foram definidos os seguintes objetivos para os cursos profissionais de mestrado e doutorado, em seu artigo nº 2 e respectivos incisos:

Art. 2º São objetivos do mestrado e doutorado profissional: I - capacitar profissionais qualificados para o exercício da prática profissional avançada e transformadora de procedimentos, visando atender demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho; II - transferir conhecimento para a sociedade, atendendo demandas específicas e de arranjos produtivos com vistas ao desenvolvimento nacional, regional ou local; III - promover a articulação integrada da formação profissional com entidades demandantes de naturezas diversas, visando melhorar a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas por meio da solução de problemas e geração e aplicação de processos de inovação apropriados; e IV - contribuir para agregar competitividade e aumentar a produtividade em empresas, organizações públicas e privadas (CAPES, 2017g, p.61).

O Mestrado Profissional e mais recentemente o Doutorado Profissional foram normatizados e, no caso do MP, embora consolidado em várias áreas do saber com o passar do tempo, muitas das questões que o permearam em seu lançamento ainda não foram totalmente superadas, diz Menandro (2010). Nepomuceno, Costa e Shimoda (2010) também comentam que as polêmicas e conflitos em torno do mestrado profissional em seu nascimento persistem e permanecem atuais, demandando novas reflexões e discussões sobre o MP. Takashi et al. (2010) consideram que as definições e operacionalização acerca do MP ainda estão num processo de formação e discussão.

3.2.2 Avaliação dos Mestrados Profissionais: resultados do quadriênio 2013-2016, da Área de Avaliação de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo da CAPES

Os programas de pós-graduação em Administração Pública se inserem na Área de Avaliação 27 da CAPES, denominada como Área de Avaliação de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, da Grande Área das Ciências Sociais Aplicadas dentro do Colégio de Humanidades (CAPES, 2017d).

Conforme o Relatório de Avaliação Quadrienal-2017 da CAPES, divulgado em dezembro/2017, a Área de Avaliação 27, agrupava 182 Programas de Pós-Graduação (PPG), dos quais:

- a) 16 PPG eram da subárea da Administração Pública;

- b) 129 PPG da subárea em Administração;
- c) 26 PPG da subárea em Ciências Contábeis; e
- d) 11 PPG eram da subárea em Turismo.

Os 182 PPG da área computavam 242 cursos (CAPES, 2018), sendo:

- a) 62 Doutorados,
- b) 105 Mestrados Acadêmicos e
- c) 75 Mestrados Profissionais, com 02 (dois) MPs constituídos em Rede Nacional.

Destaca-se que a maior parte (51 de 75 cursos) dos Mestrados Profissionais da Área 27 passou por avaliação pela primeira vez na Quadrienal-2017, pelo fato de serem cursos novos no sistema de pós-graduação. Os 51 MPs concentravam-se na nota 3, padrão mínimo de qualidade exigido para o desempenho das atividades e entrada do curso no sistema (CAPES, 2017h).

As notas de 1 a 7 classificam os cursos de programas de pós-graduação da seguinte maneira:

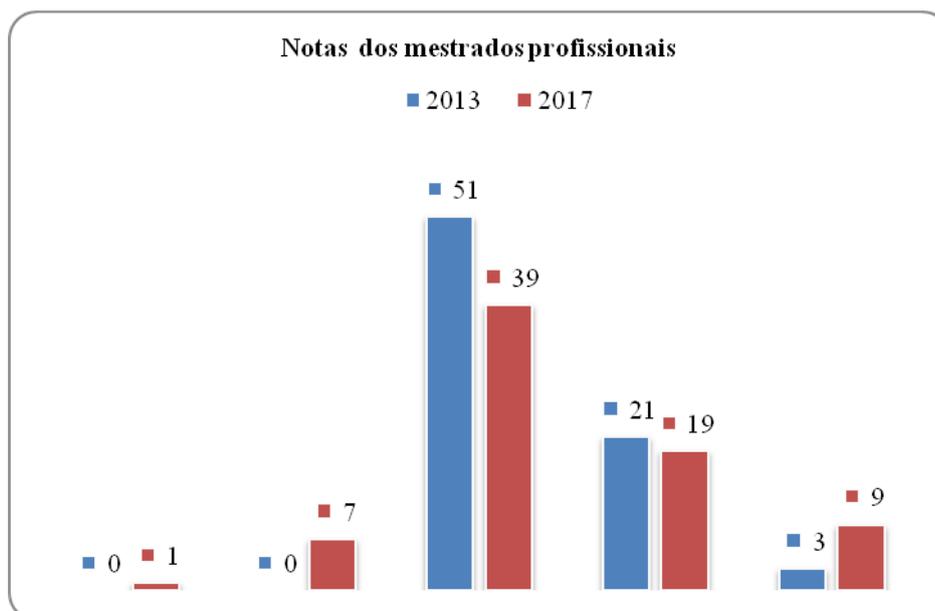
- Notas inferiores a 3, que constitui o atributo mínimo exigido para as atividades do curso, indicam os cursos que não apresentam resultados suficientemente satisfatórios para o funcionamento, neste caso, perdem a autorização para continuar atuando(CAPES, 2017b);

- A nota 4, que o curso tem um bom desempenho de qualidade(CAPES, 2017b);

- A nota 5, que possui um ótimo desempenho e também refere-se à nota máxima para os cursos na modalidade de mestrado(CAPES, 2017b); e

- As notas 6 e 7, que possui um excelente desempenho equiparando-se a cursos de alto padrão internacional (CAPES, 2017b).

As mudanças de notas dos mestrados profissionais, entre a penúltima avaliação e a Quadrienal-2017 da CAPES, são apresentadas no Gráfico 1, a seguir:



Fonte: Adaptado de Avaliação Quadrienal-2017 (CAPES 2018, p.4).

Em relação à evolução das notas, 16% dos cursos de mestrados profissionais tiveram o conceito elevado, sendo que: 7 MPs de nota 4 passaram para a nota 5, que corresponde à nota máxima para os cursos da modalidade profissional e significa um ótimo desempenho de qualidade, e 5 MPs de nota 3 tiveram a nota elevada para a nota 4 (CAPES, 2018).

Com relação à queda das notas, 1 MP (ou 1%) teve o conceito reduzido de 5 para nota 3. Já 11% dos MPs da Área de Avaliação 27 (CAPES, 2018) não obtiveram o padrão mínimo de qualidade exigido, que corresponde à nota 3 para a permanência de um curso no SNPG. E dos MPs que mantiveram suas notas somam 54 cursos (ou 72% dos MPs).

Os critérios avaliativos e os respectivos pesos estipulados para avaliação dos mestrados profissionais da Área 27, na Quadrienal-2017 (2013-2016), são apresentados no Quadro 3:

Quadro 6: Critérios de avaliação específicos para os Mestrados Profissionais na Quadrienal-2017

Quesito I – Proposta do Programa	00,00%
Itens de Avaliação	Peso
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, Linha (s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa.	25.0
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	25.0
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração	20.0
1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.	30.0
Quesito II – Corpo docente	20,00%
Itens de Avaliação	Peso

2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.	50.0
2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.	30.0
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.	20.0
Quesito III – Corpo Discente, Teses e Dissertações	30,00%
Itens de Avaliação	Peso
3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do programa.	30.0
3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos.	40.0
3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos.	30.0
Quesito IV – Produção Intelectual	30,00%
Itens de Avaliação	Peso
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	25.0
4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas Relevantes	25.0
4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa	30.0
4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do Programa	20.0
Quesito V – Inserção Social	20,00%
Itens de Avaliação	Peso
5.1. Impacto do Programa	40.0
5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.	20.0
5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico	20.0
5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa	20.0

Fonte: Extraído do Relatório da Avaliação Quadrienal 2017, CAPES (2018).

O Quesito I - Proposta do Programa não recebe atribuição de peso, contudo, recebe análise qualitativa no que se refere à coerência e consistência da proposta do programa com vistas aos objetivos e linhas de atuação dos cursos. Os itens desse quesito recebem os conceitos: “Muito Bom”, “Bom”, “Regular”, “Fraco” e “Insuficiente”. O PPG com o atributo “Insuficiente” alcançava no máximo nota 2 e com o atributo “Fraco”, no máximo nota 3 (CAPES, 2017f, h).

Os Quesitos II, III e IV referem-se à produtividade dos PPG, somados equivaleram 80% da avaliação para a modalidade profissional. Para cada item dos quesitos foram usados indicadores, qualitativos e/ou quantitativos para avaliar o desempenho dos PPG e definidos parâmetros para atribuir os conceitos: “Muito Bom”, “Bom”, “Regular”, “Fraco” e “Insuficiente” para os PPG em cada indicador (CAPES, 2018).

Na Quadrienal-2017, os Quesitos III, Corpo Discente, Teses e Dissertações, e o Quesito IV, Produção Intelectual, definiam os limites da nota final a ser conferida ao PPG,

mediante os conceitos atribuídos aos quesitos (CAPES, 2017f, 2018), da maneira descrita abaixo:

- a) Nota 4, para o PPG que recebesse em pelo menos 3 quesitos, incluindo necessariamente os Quesitos III e IV, o atributo “Bom”; e
- b) Nota 5, para o PPG que alcançava o atributo “Muito Bom”, pelo menos em 4 quesitos, dentre os quais necessariamente os Quesitos III e IV.

Os quesitos III, Corpo Discente, Teses e Dissertações e IV, Produção Intelectual somados corresponderam a 60% do total da avaliação, além disso, pelo exposto acima, possuíam um aspecto bastante relevante na avaliação (CAPES, 2017f).

No Quesito III, os itens referentes à qualidade e aplicabilidade dos trabalhos de conclusão produzidos pelos discentes sofreram algumas modificações no momento da análise, em relação ao que havia sido previsto no documento da Área 27 (CAPES, 2018), conforme Quadro 4:

Quadro 7: Alteração de parâmetros na avaliação da qualidade e aplicabilidade de trabalhos produzidos no MP

Previsto	Realizado
a-) Qualidade dos trabalhos de conclusão (...)	
<p>Será considerada a autoria de produtos científicos, produtos bibliográficos, artigos em periódicos ou livros/capítulos de livros classificados pela área, bem como produtos tecnológicos - de discentes e de egressos do PPG.</p> <p>O indicador é aplicável para cursos de mestrado com mais de dois anos de funcionamento.</p> <p>Indicador 1 - Proporção de discentes autores.</p> <p>Indicador 2 - Proporção de egressos autores.</p>	<p>Indicador 1 - Proporção de egressos com algum tipo de produção intelectual.</p> <p>Foi considerada a autoria de qualquer tipo de produção intelectual de egressos do PPG.</p> <p>Indicador 2 - Qualidade do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).</p> <p>Foram analisados sete itens de qualidade, através de perguntas relacionadas a aspectos como: objetivo do estudo, adequação dos métodos empregados, qualidade e atualidade da teoria usada.</p>
b-) Aplicabilidade dos trabalhos produzidos	
<p>Será avaliada a aplicabilidade dos trabalhos de conclusão do mestrado, a partir dos resumos destes produtos.</p> <p>Indicador</p> <p>Proporção dos trabalhos que podem ser aplicados.</p>	<p>Indicador – Aplicabilidade dos TCC</p> <p>Foi avaliada a aplicabilidade dos trabalhos de conclusão do mestrado, através de respostas dadas a duas questões do item 3.2 relacionadas à aplicabilidade.</p>

Fonte: Adaptado do Relatório da Avaliação Quadrienal 2017, CAPES (2018).

As alterações, entre o que foi previsto e o realizado na análise dos trabalhos, ocorreram por motivo de baixa produção de discentes e egressos, na forma de artigos em periódicos e livros, informados pelos PPG na Plataforma Sucupira. Manter os indicadores inicialmente previstos poderia levar muitos PPG a serem avaliados com conceito insuficiente, por não haverem registrado qualquer produto na plataforma. Também ficou assinalado pelos avaliadores que, na análise dos trabalhos de conclusão de curso, não foram acessados formatos alternativos à dissertação em razão de o repositório da CAPES não aceitá-los (CAPES, 2018).

A sistemática adotada para avaliação dos trabalhos de conclusão foi a seguinte: seleção aleatória de 15% dos alunos que concluíram o curso no quadriênio e como controle para a seleção foi usado o nome do orientador, de modo que fossem selecionados TCC do maior número possível de docentes do PPG. Como alguns programas titularam poucos alunos condicionou-se que no mínimo 5 (cinco) TCC por PPG seriam analisados (CAPES, 2018).

A nomenclatura Administração Pública na denominação da Área de Avaliação 27, como mencionada nos documentos da Área e da Avaliação 2017, foi uma mudança recente, formalizada em 2016 pela CAPES, em atendimento a solicitação dos atores do Campo de Públicas, tópico apresentado em sequência.

3.3 CAMPO DE PÚBLICAS NO BRASIL

A história do ensino acadêmico em Administração Pública (AP) no Brasil inicia-se na década de 1950, quando medidas são tomadas para a implantação de cursos de graduação nesta área, no país (SILVA, 1952; FISCHER, 1984).

A instituição precursora na estruturação da graduação em AP foi a Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAP), da Fundação Getúlio Vargas (FGV) (COELHO; NICOLINI, 2013), criada fundamentalmente para essa finalidade e assistida, tecnicamente e financeiramente, por meio de um acordo de parceria entre o Governo Federal e o Governo Americano (SILVA, 1952; FISCHER, 1984).

Em menos de dez anos da parceria entre os governos, a educação superior em administração pública difundiu nacionalmente, diversas instituições de ensino, entre faculdades, fundações e institutos, implantaram cursos de graduação, pós-graduação e/ou de treinamento e desenvolvimento em administração pública pelo país (SILVA, 1952; COELHO; NICOLINI, 2013). Dentre as universidades federais, beneficiadas pelo acordo,

pioneiras em ofertar cursos na área da administração pública, estavam a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (FISCHER, 1984).

Assim, os primeiros anos de existência do ensino superior em administração pública nacional, entre 1952 e 1965, foram marcados pela ascensão do ensino, em especial, dos cursos de graduação/bacharelados que até o final da década de 1960 estiveram no seu auge de desenvolvimento, sobretudo, pela aderência da formação acadêmica em AP aos ideais e projeto de desenvolvimento do Estado da época (COELHO; NICOLINI, 2013; PIRES et al., 2014).

A década de 1970 é marcada pela sobreposição do ensino em Administração de Empresa (AE) e retração do ensino em Administração Pública (COELHO; NICOLINI, 2013). O retraimento da AP é motivado por uma série de fatores inter-relacionados, dentre os quais: demanda pelo mercado por qualificação de administradores de empresas, a redução de ingressantes na área de AP, as modificações na grade curricular dos cursos de Administração Pública com estímulo do Estado. A sobreposição entre AE e AP, referindo-se à junção das áreas pelo currículo mínimo e perda de espaço das disciplinas de AP, alcançava todos os cursos de graduação em administração pública do país. Esse período, de 1966 a 1982, é denominado por Coelho e Nicolini (2013), como o segundo ciclo do ensino de Administração.

De acordo com Vendramini (2013), a junção das áreas de AE e AP foi um fenômeno baseado em preceitos americanizados que consideravam que a adoção de técnicas da administração de empresas tornaria a administração pública mais eficaz. Neste aspecto, Fischer (1984) afirma que o ensino em AP no Brasil nasceu nos moldes paradigmáticos de países mais desenvolvidos e que a convicção dos Estados Unidos quanto ao desenvolvimento econômico estar ligado ao aperfeiçoamento da gerência econômica, ao invés do aperfeiçoamento da administração pública, reforçou a sobreposição entre as áreas de AE e AP.

A junção das áreas levou ao não reconhecimento das disciplinas de AE e AP como independentes (FISCHER, 1984) e isso representou um corte para o crescimento e o fortalecimento da AP como área de conhecimento (VENDRAMINI, 2013).

O terceiro ciclo da Administração Pública no Brasil é classificado por Coelho e Nicolini (2013) como 'Da letargia ao (re)alento' e refere-se ao período de 1983 a 1994. Nesse período o ensino em AP entrou em um estado de descontinuidade e de inércia, entremeio a um contexto de crise do Estado, até a promulgação da Constituição Federal em 1988, quando ocorre a retomada dos cursos de bacharelados em administração pública, criados nas décadas anteriores por algumas instituições. Os anos seguintes, já num contexto de redemocratização e

emergente Reforma do Estado e Administração Pública gerencial, pós-1990, um novo despertar para o ensino na área de AP.

Vale ressaltar que, dentre estes períodos da trajetória do ensino superior em AP no Brasil, do auge à retração (e retomada), intercalados por Coelho e Nicolini (2013), quando do auge da história da AP, também foram inaugurados cursos de programas de pós-graduação ou com áreas de concentração em AP (Vendramini, 2013), os quais foram implantados pelas IES pioneiras, a EBAP (1966) e pelas federais, UFRGS (1973) e UFBA (1982) (COELHO 2006). No período de declínio do ensino em nível de graduação/bacharelado, ao contrário, acontecia com a pós-graduação em AP. Nos anos de 1971, na EBAP, ocorria um fortalecimento de cursos de mestrado, com investimentos em pesquisa, corpo docente, divulgação do programa e seleção de alunos (COELHO, 2006; VENDRAMINI, 2013).

Na década de 1980 os cursos de pós *stricto sensu* das IES caminhavam atraindo tanto acadêmicos quanto profissionais do setor público, os primeiros com interesse em ensino e pesquisa, enquanto os profissionais do setor público buscavam o aperfeiçoamento (COELHO, 2006; VENDRAMINI, 2013). O ensino e a pesquisa nesses cursos de programas de pós-graduação avançavam em qualidade e em superação do paradigma da administração pública como administração de empresa no Brasil, comenta Coelho (2006).

Historicamente, o Campo de Públicas, que unifica formação, pesquisa e atuação profissional, deriva ou é precedido do ensino de graduação instalado no Brasil na década de 1950 e pode ser considerado em processo de formação e/ou definição, contemporaneamente (PIRES et al., 2014).

O Campo de Públicas tem buscado consolidar-se evidenciando o termo “publicas” em oposição a “empresariais” para delimitar dois campos que lidam com gestão, mas por meio de objetos e objetivos distintos, de forma, reforçar sua valorização quanto um campo de conhecimento com identidade própria no país (PIRES et al., 2014).

Neste sentido, o campo conta com as contribuições de diversos atores atuantes e/ou interessados, das várias ramificações desta área do saber, tais como: docentes, estudantes, pesquisadores, profissionais, instituições de ensino e de fomento, entre outras entidades, cuja aproximação vem acontecendo de forma associada, desde o ano de 2013, por meio da Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP) (PIRES et al., 2014).

A SBAP é uma associação sem fins lucrativos, criada em 2013, que visa o desenvolvimento da Administração Pública, tanto para o exercício de boas práticas de gestão no setor público quanto campo disciplinar autônomo e de articulação com a sociedade e governos (SBAP, 2008).

Desde 2014, a SBAP tem trabalhado continuamente, estreitando a relação junto a CAPES, em prol dos Programas de Pós-Graduação e para o avanço científico e técnico do Campo de Públicas no Brasil. Neste aspecto, são objetivos da SBAP:

[...] reforçar a valorização científica e técnica da Administração Pública no país, bem como construir uma representatividade institucional junto às agências regulatórias e de fomento em âmbito nacional e se aproximar das entidades congêneres no plano internacional (SBAP, 2008, p. 5).

Uma conquista significativa, que aconteceu no início de 2014, foi à instituição de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), junto ao Ministério da Educação (MEC), no âmbito da graduação brasileira. O campo recebeu reconhecimento formal e a denominação de Campo de Públicas foi aplicada para todos os bacharelados no país (PIRES et al., 2014; PIRES; HOROCHOVSKI, 2018).

De acordo com a Resolução nº 1, de 13 de janeiro de 2014, que instituiu as DCN, o Campo de Públicas compreende “o campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltado ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas” (BRASIL, 2014, p.1).

Já no âmbito da Pós-Graduação *Stricto Sensu*, um fato recente, que originou de pedido da SBAP a CAPES, foi a alteração do nome da Área de Avaliação 27 da CAPES com a incorporação da nomenclatura Administração Pública (SBAP, 2018). Essa mudança ocorreu no ano de 2016, por meio da Portaria nº 234 da CAPES, e já pôde ser vista nos documentos de resultados da última avaliação, a Quadrienal-2017, e no próprio “Documento de Área”, divulgados com o novo título: Área de Avaliação de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo e os cursos correspondentes alocados por subárea em administração pública (CAPES, 2016). Além disso, também foi legitimada, pela CAPES em atendimento a solicitação da SBAP, a representação da comunidade acadêmica do Campo de Públicas para os processos de avaliação da área (SBAP, 2018).

Com relação à definição de Campo de Públicas para o recinto da pós-graduação brasileira e do sistema de pesquisa, Pires et al., (2014) comentam que é um episódio em curso.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DO TRABALHO

O objetivo desta pesquisa impôs atividades exploratórias e descritivas para levantar e sistematizar as características metodológicas das dissertações defendidas nos cursos de mestrados profissionais em administração pública, no quadriênio 2013-2016.

Para a condução do estudo optou-se por combinar abordagens qualitativas e quantitativas, associando a pesquisa bibliográfica e documental e às análises de conteúdo e estatística, conforme sintetizado no Quadro 8.

Quadro 8: Classificação metodológica da pesquisa

Objeto de estudo	Dissertações defendidas nos cursos de mestrados profissionais (MP), de IFES, do Campo de Públicas, no quadriênio 2013-2016
Tipo de pesquisa	Exploratória e descritiva
Enfoque de pesquisa	Quali-quantitativa
Estratégias de pesquisa	Bibliográfica e documental
Técnicas	Análises de conteúdo e estatística

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao conjugar atividades como exploratórias e descritivas, buscou-se reunir informações a respeito do objeto de estudo e descrever as características de determinado fenômeno (GIL, 2002), proporcionando uma visão geral sobre como funciona e/ou é conduzido no presente (SALOMON, 2010). As pesquisas exploratórias são realizadas especialmente quando o tema é pouco explorado (GIL, 2008).

As atividades em um estudo descritivo compreendem medir, avaliar e/ou coletar dados sobre diversos aspectos de um fenômeno, “seleciona-se uma série de questões e mede-se ou coleta-se informação sobre cada uma delas, para assim [...] descrever o que se pesquisa” (SAMPIERI, COLLADO; LUCIO, 2006, p.101).

A pesquisa descritiva pode ser conjugada com análise de documentos (SALOMON, 2010), cujo conteúdo ainda não tenha recebido tratamento analítico, Sá-Silva et al., (2009) também denomina como pesquisa documental. Desta forma, segundo classificação de Silva et al., (2009), neste estudo houve a utilização de documentos sobre a avaliação da pós-graduação e o Mestrado Profissional, além das dissertações analisadas, tratando-se de uma pesquisa documental.

A combinação das abordagens qualitativa e quantitativa esteve presente da seguinte maneira:

- a perspectiva qualitativa foi abordada no procedimento de coleta de dados, a partir de uma revisão bibliográfica que apoiou na identificação de categorias metodológicas para a análise das dissertações. Nessa etapa, o olhar qualitativo buscou identificar as características metodológicas proeminentes em pesquisas das áreas ou disciplinas de estudo das ciências sociais, utilizando a técnica de Análise de Conteúdo, que possibilita a classificação de partes de textos para posterior quantificação e verificação de frequência de características e particularidades do objeto estudado (CALIXTO, 2009).

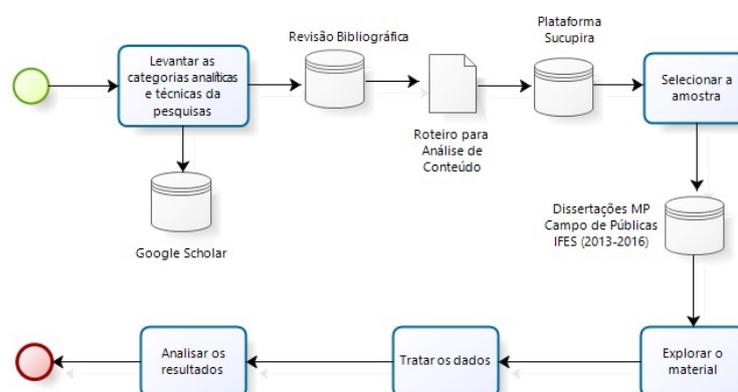
- a natureza quantitativa foi empregada no tratamento dos resultados, a partir de tabelas e gráficos, lastreados em números e ocorrências de certa categoria metodológica examinada nas dissertações.

4.1 ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

O ponto inicial da pesquisa foi estabelecido pela seguinte questão: Quais abordagens metodológicas destacaram-se nas dissertações defendidas nos cursos de mestrados profissionais (MP), de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), do Campo de Públicas, no quadriênio 2013-2016?

Para responder a essa questão, a pesquisa foi conduzida, conforme as etapas apresentadas na Figura 1.

Figura 1: Etapas do procedimento metodológico.



Fonte: Elaboração própria a partir do software *Bizagi Process Modeler*.

A primeira etapa da pesquisa consistiu na realização do levantamento do conhecimento já construído em trabalhos anteriores (HÜHNE et al., 1997) sobre as

características metodológicas nas Ciências Sociais. A busca do material teórico, em formato de livros e artigos científicos (GIL, 2002), foi realizada em base eletrônica do *Google Scholar*, que disponibiliza um repertório abrangente de materiais bibliográficos, nacionais e internacionais de várias áreas do conhecimento. A busca foi exploratória, não há necessidade de definir critérios explícitos para incluir documentos, possibilita a seleção por conveniência, sem a preocupação em esgotar as fontes de informações (FERENHOF; FERNANDES, 2016).

A segunda etapa de revisão bibliográfica consistiu na documentação da bibliografia selecionada, considerando somente àquelas que tratavam da temática relacionada aos métodos e/ou técnicas de pesquisa social e/ou contribuía para essa dissertação.

Na sequência (terceira etapa), os dados compilados a partir da revisão bibliográfica revelaram as categorias analíticas iniciais sobre as características metodológicas nas pesquisas em Ciências Sociais, que subsidiaram a construção do Instrumento de Análise Metodológica de Dissertações, constituindo um protocolo com indicadores de inferência e critérios para análise de conteúdo das dissertações. Esse instrumento de base conceitual adaptado dos modelos de análises metodológicas de Theóphilo e Iudícibus (2005) e de Ribeiro et al., (2013), atualizado a partir da revisão bibliográfica, é apresentado no Apêndice A.

Na quarta etapa, efetuou-se uma busca, na Plataforma Sucupira, de documentos divulgados pela CAPES, sobre o processo de avaliação dos programas de pós-graduação e resultados, para reunir informações a respeito dos programas em administração pública, cursos de mestrados profissionais e dissertações defendidas no quadriênio (2013-2016). A coleta de informações nos documentos oficiais da Quadriênio-2017 foi realizada no período de fevereiro de 2018 a abril de 2018. Os dados foram organizados em tabelas para facilitar a seleção dos MP/dissertações do estudo (Anexo A).

Posteriormente, os objetos de estudo (dissertações) foram operacionalizados e sistematizados. Nessa etapa, as dissertações foram selecionadas, localizadas, acessadas e analisadas utilizando a técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), que compreende três fases, a saber: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados (inferência e interpretação).

A pré-análise consistiu em leitura superficial, na escolha das dissertações a serem analisadas, conforme critérios apresentados no tópico seguinte, e na preparação das dissertações com a definição da aplicação do Instrumento de Análise Metodológica:

- observar a classificação da metodologia de pesquisa proposta pelo próprio autor da dissertação;
- Fazer leitura integral do Capítulo ou Seção de Métodos, ou Procedimentos Metodológicos do Trabalho de Pesquisa, local onde é descrito cada etapa do desenvolvimento da investigação, em termos de metodologia (métodos e técnicas) adotada pelo aluno-pesquisador (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006; SEVERINO, 2007);
- organizar a unidade textual da Dissertação a ser lida em seis níveis de categorização metodológica: natureza do problema de pesquisa, enfoque de pesquisa (ou como abordar o problema), objetivo da pesquisa, estratégia de pesquisa, fonte/ambiente de pesquisa e instrumento de coleta de dados;
- registrar os conteúdos dentro das categorias pré-definidas com a transformação dos dados qualitativos em valores (Sim=1/ Não=0) para posterior análise estatística.

Na fase de exploração do material, as dissertações selecionadas foram tratadas a partir da categorização, representada no Quadro 9. Constituindo um conjunto de registros classificados de acordo com a ordem de pesquisa e atribuídos às categorias pertinentes. As informações sintetizadas foram compiladas em planilhas eletrônicas (Microsoft Excel) para facilitar a análise, compreensão e interpretação dos resultados (LAVILLE; DIONNE, 1999), conforme poderá ser consultado no Apêndice B.

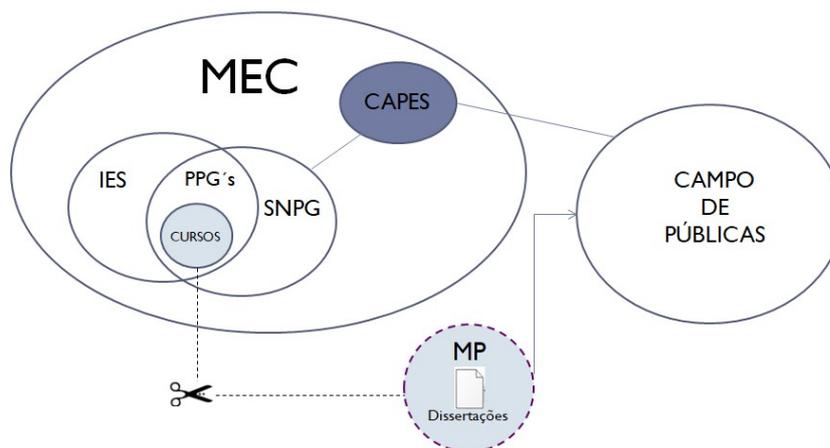
Na fase de tratamento dos resultados, a análise foi baseada nos elementos teóricos e objetivo desse estudo, apresentada em seção 06, Apresentação de resultados e discussão, desta dissertação.

Na subseção seguinte são apresentados a delimitação e critérios de seleção do material adotado na pesquisa.

4.2 UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA

O recorte deste estudo (Figura 2) são as dissertações defendidas, no período de 2013 a 2016, nos cursos de mestrado profissional em administração e/ou gestão pública de Instituições de Ensino Superior (IES) federais.

Figura 2: Recorte da pesquisa.



Fonte: Elaboração própria.

Para a definição das dissertações como unidade de análise, utilizou-se como parâmetro a avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) realizada pela CAPES no quadriênio 2013-2016 (Quadriênio-2017). Na ocasião, os trabalhos de conclusão dos mestrados profissionais da Área de Avaliação 27 da CAPES, onde ficam alocados os Programas de Pós-Graduação (PPG) em Administração Pública, foram analisados quanto ao aspecto aplicável, à atualidade da teoria adotada, ao objetivo do estudo e a adequação dos métodos empregados. Nessa avaliação os trabalhos de conclusão de curso foram classificados em categorias indicativas de aplicabilidade e qualidade por estratos: Muito Bom (MB), Bom (B) e Regular (R) (CAPES, 2018).

Para levantar o número de dissertações deste estudo, adotou-se como critério de seleção o maior número de cursos de MP com a mesma condição no SNPG, em função de obter um recorte significativo e homogêneo.

Na Área de Avaliação 27 da CAPES registraram-se 14 cursos de mestrados profissionais em Administração ou Gestão Pública, a maior parte (12 de 14) é de cursos novos no sistema de pós-graduação e passaram por avaliação pela primeira vez. A partir dos resultados da Quadriênio-2017 e em relação aos cursos novos (12MP), as condições dos mestrados profissionais são:

- a) 2 (dois) MP não foram avaliados por corresponder a cursos com menos de dois anos de funcionamento no sistema. Um MP é de instituição privada e o outro é de instituição federal;

- b) 2 (dois) MP não alcançaram a nota mínima para continuarem atuando no SNPG, sendo um de IES federal e o outro de IES privada;
- c) 6 (seis) MP mantiveram o padrão mínimo de qualidade exigido para permanecerem funcionando, a nota três de entrada de curso no sistema, e todos são de instituições federais;
- d) 1 (um) MP de instituição federal subiu da nota três para nota quatro;
- e) 1 (um) MP de instituição privada manteve sua nota de entrada no sistema, correspondente a nota quatro.

Considerando o critério ‘maior número de cursos de MP com a mesma condição no SNPG’, foram selecionados os 6 (seis) mestrados profissionais que, novos no sistema, possuem o mesmo padrão de qualidade atribuído pela CAPES na Quadrienal-2017, são ativos no SNPG e correspondem a cursos de instituições federais (Tabela 1).

Tabela 1: Relação dos Mestrados Profissionais em Administração Pública e quantidade de dissertações defendidas no quadriênio 2013-2016

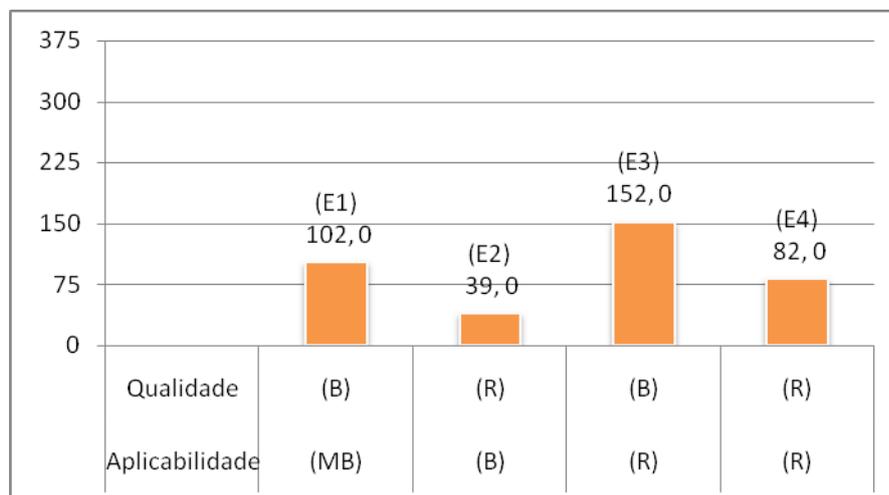
	Instituição de Ensino Superior (IES) Federais	Região	UF	Nome do PPG	Ano de início do curso	Total de Dissertações 2013-2016
1	Universidade Federal de Lavras (UFLA)	Sudeste	MG	Administração Pública	2011	62
2	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Sul	RS	Gestão de Organizações Públicas	2011	90
3	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	Sudeste	ES	Gestão Pública	2011	102
4	Universidade Federal do Pará (UFPA)	Norte	PA	Gestão Pública	2012	54
5	Universidade de Brasília (UNB)	Centro-Oeste	DF	Gestão Pública	2013	28
6	Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)	Sudeste	SP	Gestão de Organizações e Sistemas Públicos	2013	39
					Total	375

Fonte: elaboração própria, adaptado de Avaliação Quadrienal 2017, CAPES (2018).

O total de dissertações defendidas nos cursos de MP delimitados neste estudo é de 375 unidades. Esse número de 375 trabalhos estratificados por atributos referentes à

qualidade e aplicabilidade, de acordo com o resultado da Avaliação Quadrienal 2017 conduzida pela CAPES, é apresentado no Gráfico 2.

Gráfico 2: Número de dissertações defendidas em Mestrados Profissionais em Administração e/ou Gestão Pública (Nota 3) em IFES defendidas de 2013 a 2016 estratificadas por atributos.



Fonte: Adaptado de Avaliação Quadrienal 2017, CAPES (2018).

Legenda: E1: estrato1; E2: estrato2, E3: estrato 3; E4: estrato4.

MB: Muito Bom; B: Bom; R: Regular.

A partir da população estratificada foi selecionada a amostra. Entende-se por amostra uma parte, um subconjunto, da população ou universo dos documentos delimitados para este estudo (MARCONI; LAKATOS, 2003; GIL, 2008).

De acordo com Marconi e Lakatos (2002), o método de amostragem probabilística é baseado em procedimentos estatísticos e assegura a representatividade e significância da amostra. E também pode garantir a generalização dos resultados (RICHARDSON et al., 2012).

A amostragem foi realizada em duas etapas: primeiro foi definido o tamanho da amostra global (76 unidades) e o tamanho da amostra proporcional a cada estrato, que corresponde à aplicação das percentagens que cada estrato representa na população, ao tamanho da amostra global. De acordo com Richardson et al., (2012) esse é o modo mais simples de calcular o tamanho da amostra por estrato e estabelecer o número de elementos a ser distribuído em cada um deles.

Na segunda etapa foi efetuada a seleção de forma aleatória simples, isto é, extraído de cada estrato uma amostra ao acaso (RICHARDSON et al., 2012). O cálculo do tamanho da amostra e a seleção foram realizados por meio do software estatístico, SStatNet, desenvolvido por Nassar et al., (2018) (Anexo B).

A amostra equivale a 20% do universo, esse percentual aproximou-se ao usado na Avaliação Quadrienal da CAPES (15%) para selecionar os alunos e seus respectivos trabalhos de conclusão. O número de elementos distribuído em cada estrato é apresentado na Tabela 2.

Tabela 2: Amostra por estrato e ano (2013-2016)

Estrato	População e Amostra	ANO 2013	ANO 2014	ANO 2015	ANO 2016	Total
E1	P0013	19	20	35	28	102
	Amostra	4	5	8	4	21
E2	P0011	-	-	20	19	39
	Amostra			4	4	8
E3	P0910	46	26	32	37	152
	Amostra	8	7	7	8	31
E4	P0614	0	12	16	54	82
	Amostra	0	2	4	11	16

Fonte: Adaptado de Avaliação Quadrienal 2017, CAPES (2018).

Legenda: E: estrato, P: população

Optou-se pela amostra por estrato, conforme os resultados da Avaliação Quadrienal 2017, para assegurar a presença de elementos de cada uma das estruturas da população e facilitar a substituição dos elementos da amostra (RICHARDSON et al., 2012).

4.3 INSTRUMENTO DE ANÁLISE METODOLÓGICA

As dissertações selecionadas pelo procedimento de amostragem foram consultadas através da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)³, que direciona ao repositório eletrônico das IES para o download do arquivo, entre o período de outubro de 2018 a novembro de 2018. Com exceção dos documentos equivalentes ao Estrato-3, todos os demais documentos estavam disponíveis no repositório eletrônico de cada IES e/ou no sítio eletrônico do PPG (Anexo C).

Os dados nas dissertações, amostra do estudo, foram coletados no período de dezembro de 2018 a fevereiro de 2019 e os elementos observados em cada resultado das dissertações correspondem às variáveis preestabelecidas no Instrumento de Critérios Roteiro para Análise Metodológica de Dissertações (Apêndice A), sintetizado no Quadro 9.

³ Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/vufind/>>.

Quadro 9: Instrumento de Critérios Roteiro para Análise de Dados, em síntese.

	Protocolo (Perguntas qualitativas)	Categoria analítica	Indicador de inferência (Variáveis preestabelecidas)
Dimensão Técnica: Procedimentos para responder questões/ problema e atender aos objetivos de pesquisas	1. Qual é a natureza do problema de pesquisa mais demandada pelos pesquisadores?	Natureza do problema de pesquisa	Aplicada ou básica (pura ou fundamental);
	2. Qual é o tipo de pesquisa mais adotado pelos mestrandos quanto ao objetivo do estudo?	Objetivo de pesquisa	Exploratória, descritiva ou explicativa;
	3. Qual é o enfoque mais adotado para abordagem e tratamento do problema de pesquisa?	Enfoque de pesquisa	Qualitativa, quantitativa, bimodal;
	4. Qual é a estratégia/técnica de pesquisa mais escolhida pelos pesquisadores para alcançar os objetivos de seus estudos?	Estratégia de pesquisa	Experimental, <i>ex-post-facto</i> , de levantamento ou <i>survey</i> , de estudo de caso, pesquisa-ação, participante, bibliográfica, documental;
	5. Qual é o ambiente/fonte de informações mais adotado para abordar e tratar o objeto da pesquisa?	Ambiente/fonte de pesquisa	Campo, laboratório, bibliográfica, documental;
	6. Qual é o instrumento de coleta de dados mais adotados pelos pesquisadores em seus estudos?	Instrumento de coleta de dados	Entrevista, questionário, outros.

Fonte: adaptado de Theóphilo e Iudícibus (2005) e de Ribeiro et al., (2013), atualizado com dados da pesquisa, elaborado pela autora.

A observação das variáveis nos documentos analisados foi feita por meio de perguntas. Ao efetuar as perguntas (Quadro 9) para cada unidade de análise (dissertação) as respostas/os dados assumiram os valores Sim=1/Não=0 para cada opção de variável preestabelecida.

Apesar de cada pergunta estar associada a mais de uma variável e poder levar a mais de uma resposta/ dado, em função das características essenciais de cada elemento teórico (condição de cada variável) é possível obter uma resposta por pergunta para cada dissertação analisada, com exceção em casos de utilização de elementos combinados e para o qual foi estabelecida a variável denominada múltiplos, ou combinados.

Para a análise, os dados foram organizados em planilha eletrônica *Microsoft Excel*. Conforme encontradas as respostas/os dados, os registros foram atribuídos às categorias pertinentes dispostas em colunas e os dados inseridos em linhas, por valor Sim =1 /Não = 0.

Foram utilizados os recursos de ‘AutoSoma’ e de ‘Filtro’ da planilha, através desses recursos foi possível apreciar aspectos individuais e de cruzamento dos dados das dissertações analisadas.

Os recursos de ‘Gráficos’ da planilha eletrônica também foram empregados para a apresentação dos resultados quantificáveis e a interpretação foi baseada nos elementos teóricos e objetivo deste estudo.

5 RESULTADOS: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Este estudo pautou-se em levantar as escolhas metodológicas empregadas pelos alunos-pesquisadores na construção do conhecimento em cursos de mestrados profissionais em administração ou gestão pública. A dimensão da produção de conhecimento para a qual foram dirigidas as atenções foi a Técnica, que consiste em procedimentos específicos e mais concretos na forma de estudar os fenômenos, de coletar e analisar os dados na busca de respostas aos problemas colocados em investigação.

Estabeleceu-se uma amostragem de 76 dissertações para leitura na íntegra do capítulo de métodos ou de procedimentos metodológicos dos trabalhos de pesquisa. Ao todo, foram 73 dissertações (96%) que traziam algum capítulo/seção referente à metodologia utilizada para o desenvolvimento do estudo.

Nas dissertações submetidas à leitura, observou-se a natureza do problema de pesquisa, o enfoque de pesquisa (ou como o problema foi abordado), o objetivo de pesquisa, a estratégia de pesquisa para condução do estudo, a fonte/ambiente de pesquisa e os instrumentos de coleta de dados.

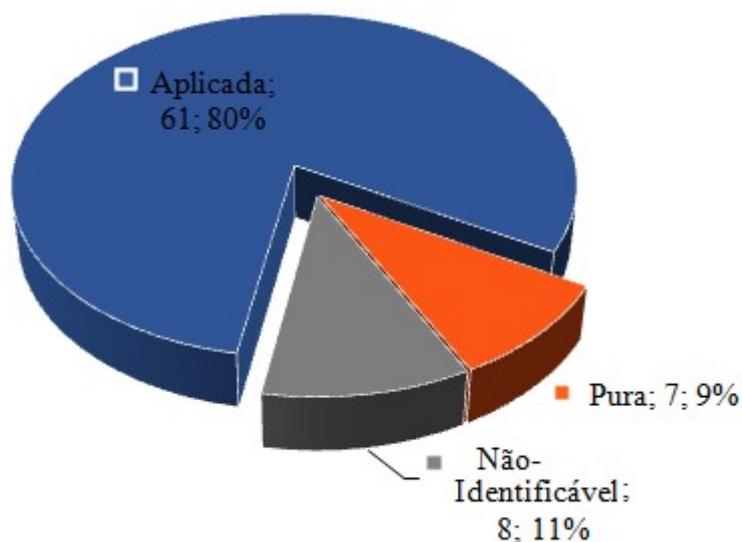
Nas subseções que seguem são apresentados os resultados encontrados neste estudo.

5.1 CATEGORIA NATUREZA DO PROBLEMA DE PESQUISA

Nesta categoria de enquadramento, a natureza do problema de pesquisa estabelecida pelos pesquisadores pode ser: Aplicada, quando a motivação básica foi contribuir para entendimento, diagnóstico e/ou solução de um problema concreto, prático ou operacional; Pura, quando a motivação básica foi contribuir para o preenchimento da falta de um determinado conhecimento, ou para a incorporação de novas questões àquele já produzido.

A questão a ser respondida nesta categoria é: Qual é a natureza do problema de pesquisa mais demandada pelos pesquisadores: aplicada ou pura?

Gráfico 3: Natureza do problema de pesquisa



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa

O Gráfico 3 apresenta que a natureza aplicada é a mais demandada pelos pesquisadores, 80% (ou 61 unidades) das dissertações analisadas. Já os estudos de natureza pura corresponderam a 9% (ou 7 dissertações). Do montante denominado como ‘Não-identificável’, isto é, os casos em que não foi possível detectar a natureza da pesquisa, somam 11% dos trabalhos (ou 8 unidades de dissertações).

Nesta categoria foi observado que 68% das dissertações não traziam a natureza do problema de pesquisa explícita, por nomenclatura Pesquisa Aplicada ou Pesquisa Pura, na seção/capítulo destinado à descrição da metodologia usada para o desenvolvimento do trabalho.

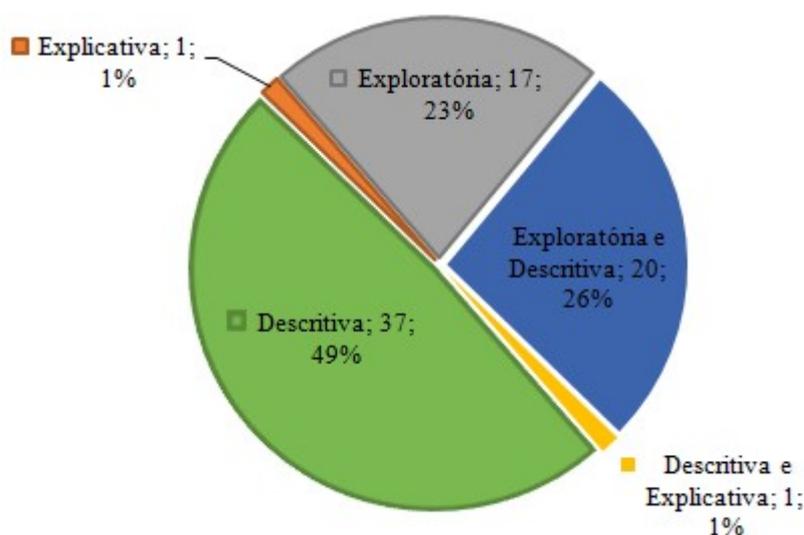
No entanto, a partir da leitura verificou-se que o interesse dos pesquisadores em identificar e compreender melhor problemas cotidianos para buscar respostas e sugerir melhorias a eles esteve presente tanto nos trabalhos que traziam explícita a natureza aplicada (38%) quanto naqueles considerados implícitos (62%). Outro fator que possibilitou a identificação da natureza aplicada nos trabalhos foi a forma de realização da pesquisa, com produção de dados, na grande maioria dos casos (97%), através de processos interativos do pesquisador com pessoas e lugares para trabalhar situações reais (RIBEIRO et al., 2013).

5.2 CATEGORIA OBJETIVO DA PESQUISA

Na literatura sobre metodologia de pesquisa há, pelo menos, 3 (três) possibilidades de enquadramento quanto ao objetivo de uma pesquisa: explorar, descrever ou explicar. Explorar determinado assunto ou um problema pouco conhecido. Descrever determinado fenômeno, ou fato da realidade. Explicar as causas e/ou consequências de fenômenos e fatos de uma realidade.

Nesta perspectiva, a pergunta é: qual é o tipo de pesquisa mais adotado pelos mestrandos quanto ao objetivo do estudo: exploratória, descritiva ou explicativa?

Gráfico 4: Objetivo da pesquisa



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa

Em relação a essa categoria, o Gráfico 4 apresenta que 49% das dissertações analisadas foram de estudos descritivos, configurando a Pesquisa Descritiva a mais privilegiada pelos pesquisadores. Os estudos de caráter exploratório compreenderam 23% das dissertações e os estudos do tipo explicativo, 1%.

Entre os trabalhos desenvolvidos com o uso combinado das pesquisas, 26% (ou 20 dissertações) utilizaram a Pesquisa Exploratória, seguida da Pesquisa Descritiva, e 1%, as pesquisas descritivas e explicativas em conjunto. Mesmo neste caso, de uso combinado de pesquisas, os estudos descritivos prevaleceram consideravelmente nas escolhas dos autores das dissertações.

Nesta categoria de enquadramento, 16% das dissertações analisadas (12 unidades) não apresentavam o objetivo de pesquisa expresso pela denominação Pesquisa Exploratória, Pesquisa Descritiva ou Pesquisa Explicativa, no entanto, através da leitura dos

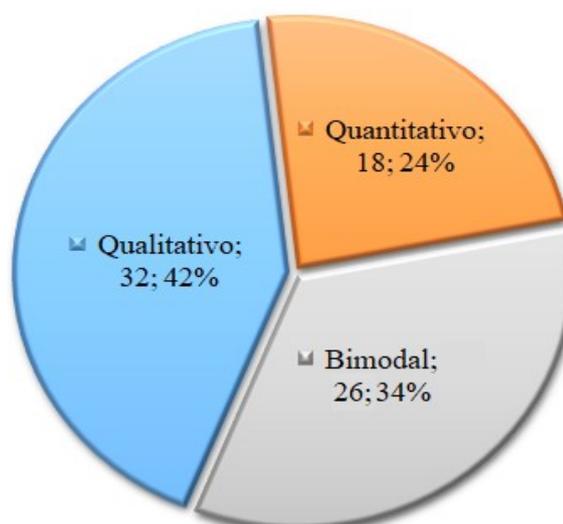
trabalhos foi possível identificar 100% dos casos ‘não-explicitos’, 6 trabalhos foram enquadrados como exploratórios, 5, como descritivos e 1, como explicativo.

5.3 CATEGORIA ENFOQUE DA PESQUISA

Nesta categoria as pesquisas podem ser enquadradas como quantitativas, quando no processo de análise do problema os eventos são observados e registrados em números e tratados com operações estatísticas, como qualitativa, quando não procura enumerar ou quantificar os eventos estudados, a base do processo na perspectiva qualitativa são a interpretação e a atribuição de significados aos eventos. Ou como bimodal, quando os eventos são tratados de forma mista, usa-se procedimentos quantitativos e qualitativos em conjunto.

A questão a ser respondida neste tópico foi: qual o enfoque mais adotado para a abordagem e tratamento do problema de pesquisa nas dissertações selecionadas? Quantitativo, qualitativo ou bimodal. O resultado pode ser observado no Gráfico 5.

Gráfico 5: Enfoque de abordagem e tratamento do problema de pesquisa



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa

De acordo com o Gráfico 5, a maior parte dos documentos examinados é composta por pesquisas com enfoque qualitativo, 42% das dissertações. Em segundo lugar, com 34% de adesão pelos pesquisadores, estão as pesquisas de enfoque bimodal, àquelas em que se utilizam procedimentos quantitativos e qualitativos em conjunto no processo de análise

do problema investigado. O enfoque menos adotado é o quantitativo, representando 24% dos trabalhos selecionados.

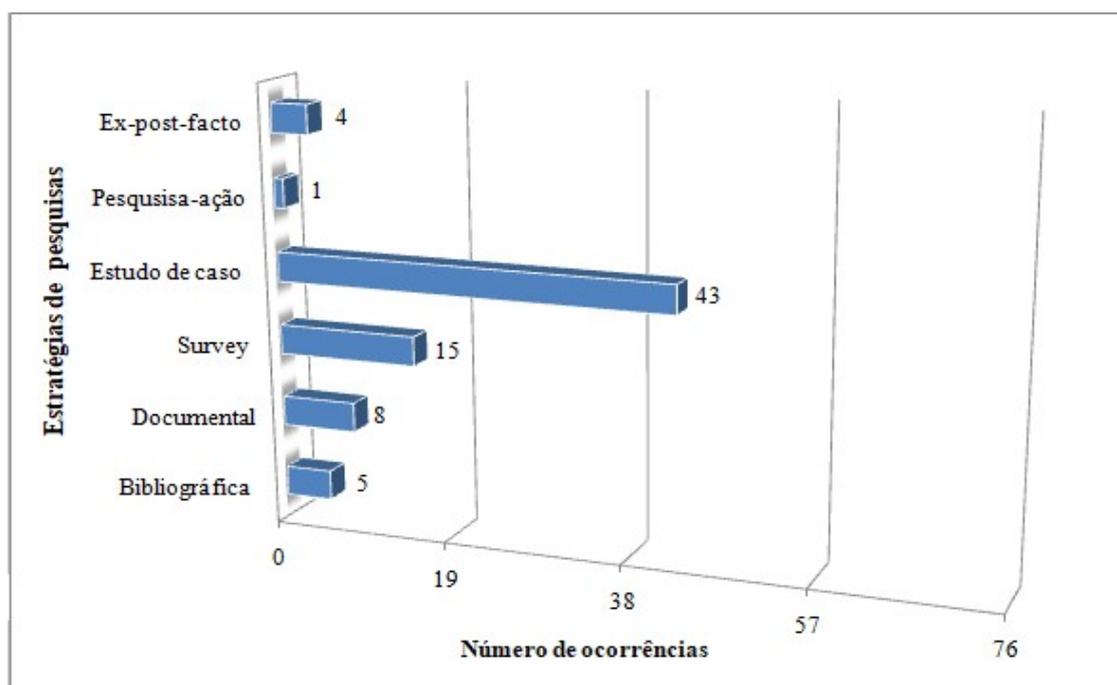
Nesta categoria, poucas unidades de dissertações (14% ou 11 unidades) não explicitavam a abordagem escolhida pelos autores para o tratamento do problema investigado. Contudo, foi possível fazer a identificação nos trabalhos. Assim, dos casos considerados ‘não-explicitos’ (11 unidades), 55% trabalhos foram enquadrados como qualitativo, 36%, como bimodal e, 9%, como quantitativo.

5.4 CATEGORIA TÉCNICAS E/OU ESTRATÉGIA DE PESQUISA

Na literatura, existem várias estratégias de pesquisas à disposição do pesquisador para condução da investigação, dentre as quais se destacam: a Pesquisa Experimental, a Pesquisa *Ex-post facto*, Pesquisa-ação, a Pesquisa Participante, o Levantamento (ou *Survey*), o Estudo de Caso e as estratégias de pesquisas, cuja natureza das fontes é do tipo ‘papel’, a Documental e a Bibliográfica.

Esta categoria de análise apresenta a seguinte questão: Qual é a estratégia de pesquisa mais escolhida pelos pesquisadores para alcançar os objetivos de seus estudos? No Gráfico 6 são apresentados os resultados da amostra analisada nesta perspectiva.

Gráfico 6: Estratégias para alcançar os objetivos de pesquisa



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa

De acordo com o Gráfico 6, a estratégia de pesquisa mais empregada pelos pesquisadores é o Estudo de Caso, com 43 ocorrências. Em segundo lugar, a pesquisa *Survey* com 15 ocorrências. Em menor número, a Pesquisa Documental, com 8 ocorrências, a Pesquisa Bibliográfica, com 5 ocorrências, e a Pesquisa *Ex-post-facto*, com 4 números de ocorrências. Não há registro de ocorrência de pesquisas do tipo experimental e participante.

Nessa categoria, 36% das amostras (ou 27 unidades de dissertações) não traziam explícita a estratégia de pesquisa utilizada pelos autores para a condução da investigação. Dos casos considerados “Não-explícitos”, 16 trabalhos foram identificados como Estudo de Caso, 6 trabalhos enquadrados como *Survey*, 3 trabalhos, como *Ex-pos-fatcto* e 1 trabalho, como Pesquisa-Ação.

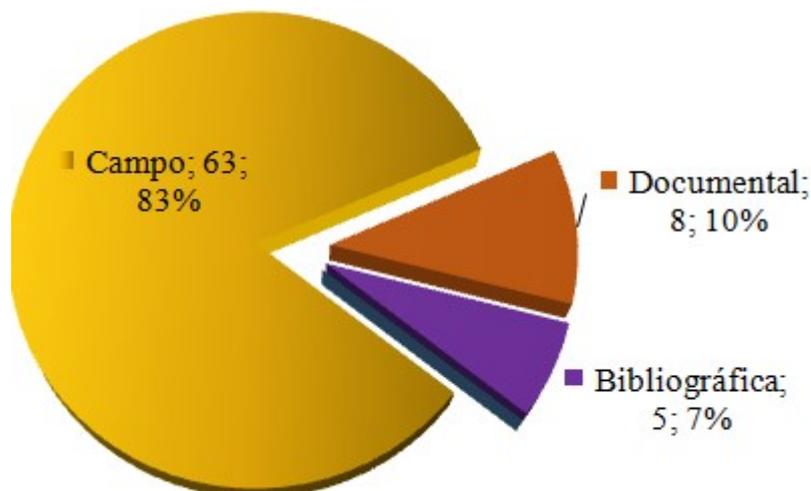
5.5 CATEGORIA AMBIENTE/FONTE DE INFORMAÇÕES DA PESQUISA

Esta categoria refere-se ao enquadramento das pesquisas quanto ao ambiente/local da coleta de dados e/ou o que foi pesquisado/a fonte de informação, podendo ser:

- (a) Laboratório, quando os dados da pesquisa foram coletados de forma controlada pelo pesquisador, em ambiente/local onde foram criadas condições de produção ou leitura artificial dos fatos, fenômenos ou do objeto estudado;
- (b) Campo, quando os dados foram coletados pelo pesquisador no ambiente/local natural onde acontecem os fatos, fenômenos ou encontra-se o pesquisado, podendo ser pessoas pesquisadas e/ou coisas (sistemas, processos, eventos, produtos etc.), exceto para documentos;
- (c) Documental, quando o objeto analisado foi um documento e este a base para constituição da pesquisa, podendo ser documentos escritos e não escritos; e
- (d) Bibliográfico, quando a base do estudo foi reunir textos já trabalhados por outros autores/pesquisadores para uma pesquisa exclusivamente teórica.

A pergunta sobre esse assunto foi: Qual é o ambiente/fonte de informações mais adotado para abordar e tratar o objeto? Resultados no Gráfico 7.

Gráfico 7: Ambiente/fonte de informações para abordar e tratar o objeto da pesquisa



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa

Neste aspecto, o Gráfico 7 mostra que grande parte das dissertações foi realizada em campo, computando 83% da amostra (63 unidades), 10% (ou 8 unidades) corresponderam a trabalhos de base documental e 7% (5 unidades) foram enquadrados como bibliográficos. Não foram identificadas pesquisas com características de laboratório.

Das pesquisas realizadas no campo (63 unidades), 13 unidades de dissertações (21%) não fizeram uso de material documental, as demais (50 unidades) todas incluíam fontes documentais em conjunto com fontes cujos dados são fornecidos por pessoas.

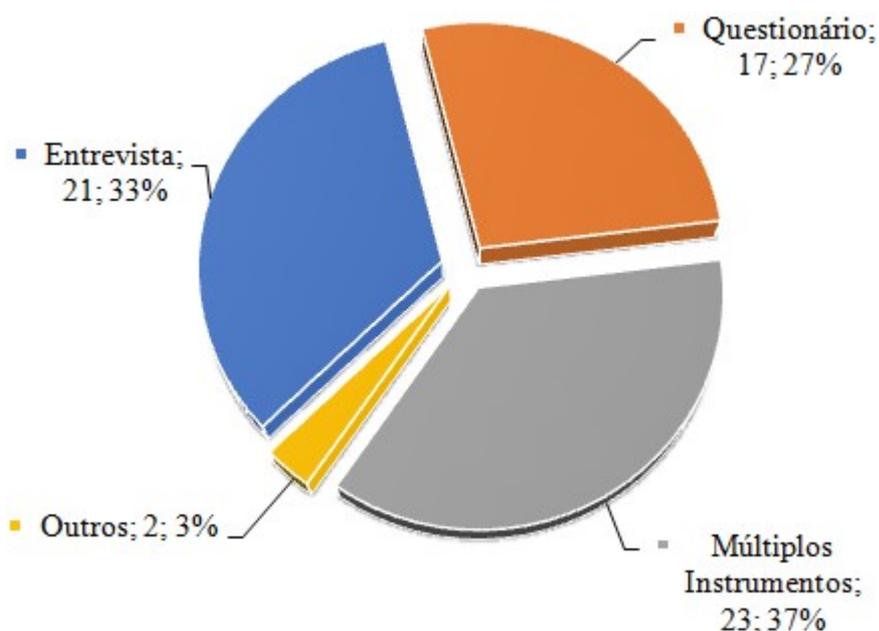
Quanto aos casos implícitos, 46% (ou 29 unidades) das dissertações analisadas não explicitavam o termo campo ou pesquisa de campo, no entanto, a partir da leitura foi possível identificar que os dados foram coletados no lugar onde aconteciam os fatos, fenômenos ou encontrava-se o sujeito pesquisado (em campo).

Os instrumentos mais utilizados para a coleta de dados em campo são os apresentados no Gráfico 8, sendo eles: Categoria de instrumentos/técnicas de coleta de dados.

5.6 CATEGORIA INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Nesta categoria, a pergunta a ser respondida é: Qual é o instrumento de coleta de dados mais adotados pelos pesquisadores em seus estudos? Resultados no Gráfico 8.

Gráfico 8: Instrumentos de coleta de dados da pesquisa mais adotados



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa

Entre os instrumentos de coleta de dados mais utilizados, isoladamente, em 33% de 63 casos de pesquisas realizadas em campo, está a entrevista (21 ocorrências), em segundo lugar, o questionário em 27% dos casos (ou com 17 ocorrências) e, 3% referem-se a outros instrumentos de coleta (observação participante e grupos focais).

Já em relação ao uso combinado de vários instrumentos de coleta, como: entrevistas, questionários, grupos focais, observação participante, formulários, ficha de registro de experiências pessoais, observação direta e diálogos, denominado como Múltiplos Instrumentos, foram 37% (ou 23 unidades) dos casos de pesquisas de campo. Neste aspecto, observou-se que a utilização de entrevistas e questionários em conjunto foi a mais privilegiada pelos autores das dissertações analisadas, correspondendo 61% da composição dos Múltiplos Instrumentos.

Nas pesquisas de campo também foi constatado a utilização de coleta de dados documental na proporção mencionada na categoria anterior.

No próximo tópico é apresentada a leitura dos resultados encontrados na amostragem selecionada (dissertações), baseando-se no objetivo e referencial teórico deste estudo.

5.7 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Retomando os elementos adotados no Quadro Referencial (Quadro 3) para análise do objeto, este tópico pauta-se em discorrer sobre as abordagens metodológicas predominantes nas dissertações analisadas, com propósito de contribuir com a caracterização do perfil metodológico (nível técnico) das pesquisas realizadas nos mestrados profissionais em administração pública.

Com os resultados encontrados neste estudo, constatou-se que as escolhas metodológicas dos pesquisadores, acerca do tipo de pesquisa realizada em cursos mestrado profissionais em administração pública, no período especificado, estão mais concentradas na abordagem qualitativa de pesquisa, àquela que é baseada no pensamento interpretativo, em que os problemas, ou as questões são trabalhados a partir de um contato direto com o ambiente onde se apresentam, isto é, por meio de interações interpessoais e/ou co-participação do pesquisador nas situações estudadas, e a qual quantificar e/ou medir os eventos, em busca de uma experiência controlada dos fenômenos na construção dos saberes, não é a prioridade no processo de análise do problema (GODOY, 1995; LAVILLE, DIONNE, 1999; CHIZZOTTI, 2010; PRODANOV, FREITAS, 2013).

Os autores das dissertações optaram por dados de pesquisa de campo, local natural da ocorrência dos eventos estudados e/ou onde os sujeitos pesquisados, informantes da situação problema se encontravam, sendo a entrevista o tipo de instrumento de coleta de dados mais utilizado pelos pesquisadores. A entrevista, entendida como um instrumento qualitativo de considerável importância nos diversos campos das ciências sociais (MARCONI; LAKATOS, 2003; ZAPPELLINI; FEUERSCHÜTTE, 2015), é uma técnica de coleta de informações solicitadas diretamente aos sujeitos pesquisados sobre um determinado assunto (SEVERINO, 2007).

A participação de atores sociais com diferentes papéis, ora abordados de locais diferentes, ora em intervalos de tempo diversos, foi observada em 1/3 dos trabalhos de enfoque qualitativo. Neste caso, pode-se dizer que houve adoção pelos pesquisadores do procedimento de Triangulação de Dados, que é o uso de um único método para a coleta e análise de dados de distintas fontes de informação, podendo ser de diferentes sujeitos participantes, diferentes locais ou diferentes períodos de tempo de coleta de dados (ZAPPELLINI; FEUERSCHÜTTE, 2015).

Outro destaque, quanto ao uso de múltiplas fontes de dados para constituição da investigação, foi a combinação dos instrumentos de entrevista (método qualitativo) e questionário (método quantitativo), neste sentido, pode-se falar em Triangulação de Métodos que é o uso de diferentes métodos para abordar o objeto de pesquisa, ou tratar um mesmo fenômeno (ZAPPELLINI; FEUERSCHÜTTE, 2015).

Em ambos os procedimentos, denota-se que os autores procuraram ampliar o campo de visão do objeto estudado, produzindo dados qualitativos mais circunstanciados, ou produzindo dados qualitativos e quantitativos em conjunto sobre o fenômeno/problema investigado.

A obtenção de fontes de dados diversificadas para estudar o objeto de pesquisa é um ponto forte no Estudo de Caso (YIN, 2001), estratégia de pesquisa mais adotada pelos autores das dissertações analisadas.

O Estudo de Caso envolve descrições complexas de uma determinada realidade social e para a complementaridade de informações e aprofundamento de tal realidade abarca um grande conjunto de dados (YIN, 2001). A fonte de evidências costuma ser desde análise de documentos à presença do elemento humano em dinâmicas e entrevistas (MARTINS, 2008; DRESCH et al., 2015). Neste aspecto, observou-se que foram utilizados pelos pesquisadores, documentos e, como conjunto de instrumentos que envolvem o fator humano, entrevistas, questionários, grupos focais, observação participante, observação direta e diálogos com público alvo da pesquisa, ficha de registro de experiência de vida/profissional.

Outra característica do Estudo de Caso é que há possibilidades de analisar um caso único ou múltiplos casos (DRESCH et al., 2015), neste sentido, observou-se que apenas uma dissertação expressou o estudo de múltiplos casos, com participação de diferentes unidades de análise e sujeitos pesquisados. Particularmente, a realização de estudos com múltiplos sujeitos e/ou em múltiplos locais simultaneamente está condicionada a ideia de que apresenta uma dificuldade maior em relação a estudos de um único evento ou poucos sujeitos envolvidos (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

O objetivo tradicional do Estudo de Caso é auxiliar no entendimento de fenômenos sociais complexos e como objetivos de pesquisa, o Estudo de Caso submete-se aos princípios das Ciências Sociais, podem ser exploratórios, descritivos ou explicativos (LACERDA et al., 2013).

Em relação a esse aspecto, os objetivos descritivos foram os mais apontados pelos autores das dissertações. Estudos descritivos exigem dos pesquisadores levantamento de uma série de informações a respeito do fato, fenômeno ou objeto investigado para posterior

descrição de seus traços característicos (TRIVIÑOS, 1987). Dos trabalhos designados como Estudo de Caso, 42% deles (ou 18 unidades) destacaram-se como descritivos e 33% (14 unidades) apresentaram-se em dois níveis, exploratórios e descritivos, para o desenvolvimento de diferentes etapas da investigação.

No Estudo de Caso aprofundar a descrição daquilo que se estuda é imprescindível (TRIVIÑOS, 1987). Tanto em investigações de um caso único quanto de múltiplos casos, o Estudo de Caso consiste em um estudo profundo e exaustivo para possibilitar um amplo detalhamento de uma situação, exige combinações de variadas técnicas de coleta de dados e a narrativa (compreensão e interpretação daquilo que é estudado), deve estar estreitamente ligada com os objetivos e conceitos preestabelecidos na pesquisa (GIL, 2002, MAZZOTTI, 2006, MARTINS, 2008; DRESCH et al., 2015).

Quando o Estudo de Caso é adaptado para fins de desenvolvimento de tecnologias (artefatos), ou para objetivos de pesquisa prescritiva, o estudo abrange a compreensão do funcionamento daquilo que já é existente num determinado contexto, conseqüentemente, os produtos exitosos de determinadas classes de problemas podem ser formalizados, ampliando o conhecimento teórico da área em questão e/ou para o proveito em outras organizações (LACERDA et al., 2013).

O Estudo de Caso é uma abordagem metodológica recomendada para o desenvolvimento de pesquisas aplicadas (FLEURY; WERLANG, 2017), congruente com a finalidade do trabalho de pesquisa em cursos de mestrados profissionais.

O trabalho de conclusão no curso de MP deve ser uma investigação aplicada à solução de problemas que possam ter impactos no sistema ao qual se dirige a pesquisa (FISCHER, 2005). Neste aspecto, observou-se que o interesse dos pesquisadores em relação ao desenvolvimento dos trabalhos foi identificar e compreender melhor problemas cotidianos, demandados pela sociedade, para buscar respostas e sugerir melhorias.

Desta forma, a combinação de procedimentos metodológicos mais adotados pelos pesquisadores para o desenvolvimento de suas dissertações no MP foi de: pesquisas de natureza qualitativa, aplicadas descritivas de campo (produção dos dados – local de coleta e fonte de informação) e de Estudo de Caso (estratégia de pesquisa).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES DE PESQUISAS

O Objetivo deste estudo foi identificar as abordagens metodológicas mais utilizadas nas dissertações defendidas nos mestrados profissionais em administração ou gestão pública, e contribuir com um quadro do perfil da pesquisa no MP do Campo de Públicas, o que foi alcançado a partir do número de frequência de determinada abordagem de pesquisa, cuja categoria metodológica foi examinada nas dissertações, apresentadas em gráficos e comentadas na seção anterior.

Como em todo processo de pesquisa, este estudo também apresenta certas limitações, dentre as quais, o fato de envolver uma quantidade significativa de variáveis (abordagens de pesquisas) para exame nas dissertações em um curto espaço de tempo, impossibilitando um aprofundamento analítico e exaustivo quanto às particularidades (vantagens e carências) de cada uma delas e à adequação de seu emprego pelos mestrados em seus trabalhos. Desta forma, esse estudo não teve como enfoque a adequação das abordagens/procedimentos metodológicos empregados pelo alunado para investigar seu objeto/problema de estudo e nem quanto aos objetivos e alcance das pesquisas. Contudo, foi observada a classificação da metodologia de pesquisa proposta pelo próprio autor da dissertação.

O pesquisador quando formula a problemática de investigação segue uma linguagem e paradigma científico (RIBEIRO FILHO et al., 2007). O paradigma científico traduz-se nos recursos metodológicos utilizados nas pesquisas, assim, métodos e técnicas precisam ser compatíveis com o paradigma escolhido (SEVERINO, 2007). Para Chizzotti (2010), a abordagem quantitativa e a abordagem qualitativa são as duas tendências paradigmáticas em pesquisas da contemporaneidade e a bimodal uma forma de ambas se complementarem no processo de investigação, nesta linha de pensamento, as categorias metodológicas deste estudo, que são voltadas para a dimensão técnica da produção do conhecimento, podem funcionar como um mecanismo de reforço dos procedimentos adotados pelos mestrados em suas pesquisas quanto às abordagens qualitativa, quantitativa ou bimodal e de pertinência do próprio ferramental metodológico usado.

Neste aspecto, denota-se pertinência entre os resultados e as categorias analíticas com os procedimentos metodológicos adotados pelos mestrados, as dissertações analisadas estabeleceram relação com os elementos teóricos deste estudo.

Considera-se que este estudo possa contribuir para a reflexão de estudantes, programas profissionais do Campo de Públicas e demais interessados sobre os procedimentos

metodológicos empregados nas dissertações e identificar oportunidades de melhorias nos delineamentos de pesquisas, na perspectiva de uma dedicação maior dos alunos no estudo e justificativas das escolhas dos métodos e técnicas para a busca de respostas aos problemas investigados por eles, e na adoção ou alinhamento de disciplinas com foco em métodos de pesquisa pelos cursos de mestrados profissionais. A preocupação metodológica dos pesquisadores possibilita criar condições satisfatórias para uma combinação de procedimentos apropriados às pesquisas (THIOLLENT, 1986).

Nesta direção, essa pesquisa contribui ao oferecer uma ferramenta para analisar dissertações, que também pode servir para apoiar em planos e estruturas de pesquisas.

Entende-se que este estudo pode agregar para o legado do Campo de Públicas e contribuir para futuras pesquisas que versem sobre essa temática, ou para outros focos que possa ser útil.

Como sugestão para pesquisas futuras, indica-se atualização dos resultados obtidos, a partir da replicação do método e ferramenta utilizados, e a comparação com outras áreas do conhecimento.

Também, sugere-se avaliar a adequação da abordagem metodológica mais adotada nas dissertações (o Estudo de Caso) com o objeto/ problema investigado e objetivo da pesquisa. Ou ainda, em relação ao alcance da pesquisa e produto gerado para a área e/ou para a organização a qual se dirige a pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA JUNIOR, Antônio F. SUCUPIRA, Newton. SALGADO, Clóvis. FILHO BARRETO, José. SILVA, Maurício Rocha e. TRIGUEIRO, Durmeval. LIMA, Anísio Teixeira. CHAGAS, Valnir. MACIEL, Rubens. Parecer Conselho Federal de Educação - CFE nº 977/65, aprovado em 03 dez. 1965. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 30, set./dez. 2005. 162-173 p. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782005000300014. Acesso em: 23 de out. 2017.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 226 p.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, c1977. 225 p.

BARRETOS, Francisco César de Sá; DOMINGUES, Ivan. O PNPGE 2011-2020: os desafios do país e o sistema nacional de pós-graduação. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 28, n. 03, set. 2012. 17-53 p. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982012000300002. Acesso em: 26 de out. 2017

BARROS, Elionora Cavalcanti de; VALENTIM, Márcia Cristina; MELO, Maria Amélia Aragão. O debate sobre o mestrado profissional na CAPES: trajetória e definições. **Revista Brasileira da Pós-Graduação**, v.2, n.4, jul. 2005. 124-138 p. Disponível em: <http://ojs.rbpg.CAPES.gov.br/index.php/rbpg/article/view/84/80>. Acesso em: 10 ago. 17

BERTERO, Carlos Osmar. Teses em Mestrados Profissionais. **Revista de Administração Contemporânea**, v.2, n.1, jan./abr, 1998. 165-172 p. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65551998000100010. Acesso em: 10 set. 2017.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994 335p.

BRASIL, Ministério da Educação (MEC). Resolução nº 1, de 13 de janeiro de 2014. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14957-rces001-14&Itemid=30192. Acesso em: 04 set. de 2018

CALIXTO, Laura. Estudos de caso sobre custos ambientais: ênfase nos procedimentos metodológicos, **Revista de Administração Mackenzie (RAM)**, v. 10, n. 2, 2009, p. 87-109. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ram/v10n2/05.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2019.

CANO, Ignácio. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 14, n.31, set./dez. 2012, p. 94-119. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222012000300005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 26 de out. 2018.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 162 p.

CHALMERS, Alan F.; **O que é ciência afinal?** Tradução Raul Filker. São Paulo: Brasiliense, 1993. 223 p.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 164 p.

COELHO, Fernando de Souza. **Educação superior, formação de administradores e setor público: um estudo sobre o ensino de administração pública – em nível de graduação – no Brasil**. 2006. 150 p. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getulio Vargas, São Paulo. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2488>. Acesso em: 21 set. 2018.

_____. A problemática atual do ensino de graduação em administração pública no Brasil. **Cadernos EBAPE**. Número Especial – ago/ 2008 - 21 p. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/5435>. Acesso em: 19 set. 2018.

COELHO, Fernando de Souza; NICOLINI, Alexandre Mendes. Do auge à retração: análise de um dos estágios de construção do ensino de administração pública no Brasil (1966-1982). **Revista Organizações & Sociedade** – Salvador/BA, v.20 - n.66, Jul/Set – 2013. 403-422 p. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302013000300003. Acesso em: 10 out. 2017.

COOPER, Donald. R. SCHINDLER, Pamela. S. **Business research methods**. Wittenberg University, U. S.: McGraw-Hill Irwin, 2014, 692 p.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. Programa de Flexibilização do Modelo de Pós- Graduação Senso Estrito em Nível de Mestrado, **Revista Brasileira da Pós-Graduação**, v.2, n.4. jul. 2005a.; 145-146 p. Disponível em: <http://ojs.rbpg.CAPES.gov.br/index.php/rbpg/article/view/86/82>. Acesso em: 30 set. 2017.

_____. Portaria nº 47, de 17 de out. de 1995. Determinar a implantação na Capes de procedimentos apropriados à recomendação, acompanhamento e avaliação de cursos de mestrado dirigidos à formação profissional. **Revista Brasileira da Pós-Graduação**, v. 2, n. 4, p. 147-148, jul. 2005b. Disponível em: <http://ojs.rbpg.CAPES.gov.br/index.php/rbpg/article/view/87/83>. Acesso em: 30 set. 2017.

_____. Portaria nº 80, de 16 de dez. de 1998. Dispõe sobre o reconhecimento dos mestrados profissionais e dá outras providências. **Revista Brasileira da Pós-Graduação**, v. 2, n. 4, p. 149-150, jul. 2005c. Disponível em: <https://CAPES.gov.br/images/stories/download/avaliacao/avaliacao-n/1892015-Portaria-CAPES-080-1998.pdf>. Acesso em: 30 set. 2017.

_____. Portaria nº 7, de 22 de jun. de 2009. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. **Diário Oficial da União**, nº 117, terça-feira, 23 de junho de 2009a. 31-32 p. Disponível em:

https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Revogada-Portaria-Normativa-n_7-22-de-junho-2009-Mestrado-Profissional.pdf. Acesso em: 30 set. 2017.

_____. Portaria n° 17, de 28 de dez. de 2009. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

Diário Oficial da União, n° 248, terça-feira, 29 de dezembro de 2009b. 20-21p. Disponível em:

https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/PortariaNormativa_17MP.pdf. Acesso em: 30 set. 2017.

_____. Portaria n° 234, de 15 de dez. de 2016. Sobre Alteração de denominação de áreas de avaliação da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. **Diário Oficial da União**, n° 242, segunda-feira, 19 de dezembro de 2016. 24p. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/19122016-PORTARIA-N-234-DE-15-12-2016.pdf>. Acesso em: 05 set. 2018.

_____. **Sobre a Pós-Graduação *Stricto Sensu***. Disponível em:

<http://www.capes.gov.br/acessoinformacao/perguntas-frequentes/pos-graduacao-stricto-sensu/7443-sobre-pos-graduacao-stricto-sensu>. Acesso em: 05 jul. 2017 a.

_____. **Sobre Avaliação de cursos, notas e escala**. Disponível em:

<http://www.capes.gov.br/acessoinformacao/perguntas-frequentes/avaliacao-da-pos-graduacao/7421-sobre-avaliacao-de-cursos>. Acesso em: 05 jul. 2017b.

_____. **Sobre a Avaliação**. Disponível em: <http://CAPES.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao>. Acesso em: 05 jul. 2017c.

_____. **Sobre as áreas de avaliação**. Disponível em: <http://CAPES.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao>. Acesso em: 05 jul. 2017 d.

_____. **Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG 2011-2020**. Disponível em:

<http://www.capes.gov.br/plano-nacional-de-pos-graduacao>. Acesso em: 26 set. 2017e.

_____. Portaria n° 59, de 21 de mar. de 2017. Dispõe sobre o regulamento da avaliação

Quadrienal. **CAPES divulga Regulamento da Avaliação Quadrienal 2017**. Disponível em:

<http://capes.gov.br/component/content/article/36-salaimprensa/noticias/8329-capes-divulga-regulamento-da-avaliacao-quadrienal-2017>. Acesso em: 30 set. 2017f.

_____. Portaria n°389, de 23 de mar. de 2017. Dispõe sobre o mestrado e doutorado

profissional no âmbito da pós-graduação stricto sensu. **Diário Oficial da União**, n° 58, sexta-

feira, 24 de março de 2017. 61 p. [http://www.capes.gov.br/tutorial-](http://www.capes.gov.br/tutorial-sucupira/documentos/Portaria389-2017_doutoradoprofissional.pdf)

[sucupira/documentos/Portaria389-2017_doutoradoprofissional.pdf](http://www.capes.gov.br/tutorial-sucupira/documentos/Portaria389-2017_doutoradoprofissional.pdf). Acesso em: 30 set. 2017g.

_____. **Documento de área**. Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo. Disponível em:

http://capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/27_ADMI_doc_area_2016_final_20jan2017.pdf. Acesso em: 03 out. 2017h.

_____. **Resultado final da Avaliação Trienal 2013**. Disponível em:

<http://avaliacaotrienal2013.capes.gov.br/>. Acesso em: 20 out. 2017i.

_____. **Resultado da Avaliação Quadrienal 2017**. Disponível em: <http://avaliacaoquadrienal.capes.gov.br/resultado-da-avaliacao-quadrienal-2017-2>. Acesso em: 18 mar. 2018.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Quadragésimo ano do parecer CFE no 977/65. **Revista Brasileira de Educação**, n. 30- Set /Out /Nov /Dez, 2005, p. 7-20. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n30/a02n30>. Acesso em: 23 de out. 2017.

DANTAS, Flávio. Responsabilidade social e pós-graduação no Brasil: idéias para (avali)ação. **Revista Brasileira da Pós-Graduação**, v. 1, n. 2. nov. 2004. 160-172 p. Disponível em: <http://ojs.rbpg.CAPES.gov.br/index.php/rbpg/article/view/46>. Acesso 10 out. 2017.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013, 118 p.

DRESCH, Aline. LACERDA, Daniel Pacheco. MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick. Uma Análise Distintiva entre o Estudo de Caso, A Pesquisa-Ação e a *Design Science Research*. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 17, n. 56, abr./jun. 2015. 1116-1133 p. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S180648922015000301116&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 25 out. 2018

FADUL, Élvia Mirian Cavalcanti. SILVA, Mônica de Aguiar Mac-Allister da. SILVA, Lindomar Pinto da. Ensaando interpretações e estratégias para o campo da administração pública no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: nov/dez. 2012. 1437-58p. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0034-76122012000600002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 set. 2018

FERENHOF, Helio Aisenberg. FERNANDES, Roberto Fabiano. Desmistificando a revisão de literatura como base para redação científica: Método SSF. **Revista ACB**, v. 21, n. 3, 2016. 550-563 p. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1194>. Acesso em: 15 ago. 2017.

FICHER, Tânia. Administração pública como área de conhecimento e ensino: a trajetória brasileira. **Revista de Administração de Empresa**. Rio de Janeiro: out/dez 1984. 278-288 p. Disponível em: http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75901984000400031.pdf. Acesso em: 10 out. 2017.

_____. Seduções e riscos: a experiência do Mestrado profissional. **Revista de Administração de Empresa**, v 43, n.2, abr/maio/jun/2003. 119-123p. Disponível em: <http://www.fgv.br/rae/artigos/revista-rae-vol-43-num-2-ano-2003-nid-46014/>. Acesso em: 10 out. 2017.

_____. Mestrado profissional como prática acadêmica. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v.2, n.4, 2005. 24-29 p. Disponível em: <http://ojs.rbpg.CAPES.gov.br/index.php/rbpg/article/view/74/71>. Acesso em: 10 ago. 2017.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, vol.14, n.28, Ribeirão Preto: mai/ago, 2004, 139-152 p. Disponível http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S0103-863X2004000200004. Acesso em: 18 out. 2018.

FREITAS, Henrique; OLIVEIRA, Mírian; SACCOL, Amarolinda Z. MOSCAROLA, Jean. O método de pesquisa survey. **Revista de Administração**, v. 35, n. 3, p. 105-112, 2000. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/16542/o-metodo-de-pesquisa-survey>. Acesso em: 13 nov. 2018.

FLEURY, Maria Tereza Leme. WERLANG, Sergio R. C. Pesquisa aplicada: conceitos e abordagens. **GV Pesquisa**, anuário de pesquisa 2016-2017. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/apgvpesquisa/article/view/72796>. Acesso em: 18 fev. 2019.

GARCIA, Elias. Pesquisa bibliográfica *versus* revisão bibliográfica - uma discussão necessária. **Revista Línguas & Letras**. v. 17 n. 35, p. 291-294, 2006. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/13193>. Acesso em: 20 out.2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002. 200 p.

____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008. 175 p.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2018.

HAYASHI, Maria Cristina P. I. BELLO, Suzelei Faria. Educação especial e fonoaudiologia: um estudo baseado na produção científica de dissertações e teses. In: **Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial 4**, Londrina (PR), 29 a 31 de outubro de 2007 – ISBN 978-85-99643-11-2. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2007/162.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

HOSTINS, Regina Célia Linhares. Os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG) e suas repercussões na pós-graduação brasileira. **Perspectiva**. Florianópolis, v. 24, n. 1, jan./jun. 2006. 133-160 p. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10315>. Acesso em: 15 out. 2017.

HÜHNE, Leda Miranda [et.al.]. **Metodologia científica**: caderno de textos e técnicas. 7. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1997. 263 p.

KLEIN, Amarolinda Zanela. DA SILVA, Lisiane Vasconcellos. MACHADO, Lisiane. AZEVEDO, Débora. **Metodologia de pesquisa em administração**: uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2015. 116 p.

KUENZER, Acácia Zeneida; MORAES, Maria Célia Marcondes de. Temas e tramas na pós-graduação em educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 93, p. 1341-1362, set./dez. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302005000400015&script=sci_abstract&tlng=es. Acesso em: 25 out. 2017.

LACERDA, Daniel Pacheco; DRESCH, Aline; PROENCA, Adriano; ANTUNES JUNIOR, José Antonio Valle. *Design Science Research*: método de pesquisa para a engenharia de produção. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 20, n. 4, 2013, 741-761 p. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-530X2013000400001&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 25 out. 2018.

LAVILLE, Christian. DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 340p.

LOURENÇO, Cléria Donizete da Silva; MAGALHÃES, Thaisa Ferreira; FERREIRA, Patrícia Aparecida. Formação em Administração Pública no Brasil: desafios, perfil de formação e especificidades da área. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 6, n. 4, p. 177-186, 2014. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/32605/formacao-em-administracao-publica-no-brasil--desafios--perfil-de-formacao-e-especificidades-da-area>. Acesso em: 25 set. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2002. 282 p.

_____. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003. 311 p.

MARTINS, Gilberto Andrade; Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisa no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações – FEARP/USP**, v. 2, n. 2, p. 8 - 18 jan./abr. 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rco/article/view/34702>. Acesso em: 24 nov. 2018.

MATTOS, Pedro Lincoln. Dissertações não-acadêmicas em mestrados profissionais: Isso é possível? **Revista de Administração Contemporânea**, v.1, n.2, maio/ago, 1997. 153-171 p. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65551997000200009. Acesso em: 10 set. 2017.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 129, p. 637-651, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n129/a0736129.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2019.

MENANDRO, Paulo Rogério Meira. Réplique 2 – mestrado profissional, você sabe com quem está falando? **Revista de Administração Contemporânea**, v.14, n. 2, mar./abr. 2010. 367-371 p., Disponível em: http://anpad.org.br/periodicos/arq_pdf/a_1038.pdf. Acesso em: 02 out.2017.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro: 239-262 p., jul/set, 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>. Acesso em: 01 out. 2018.

NASSAR, Silvia; WRONSCKI, Wilson R.; OHIRA, Masanao et al.; **Sistema Especialista para o Ensino de Estatística na Web - SStatNet**. Disponível em: <http://sestatnet.ufsc.br>. Florianópolis - SC, Brasil. Acesso em: 22 set. 2018.

NEGRET, Fernando. A identidade e a importância dos mestrados profissionais no Brasil e algumas considerações para a sua avaliação. **Revista Brasileira da Pós-Graduação, Brasília**, v. 5, n. 10, dez. 2008. 217-225 p.; Disponível em: <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/152>. Acesso em: 10 set. 2017.

NEPOMUCENO, Livia Dias de Oliveira. COSTA, Helder Gomes. SHIMODA, Eduardo. Impacto do mestrado profissional no desempenho dos seus egressos: intercomparação entre as percepções de discentes, docentes, coordenadores e empresa. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 17, n. 4, 2010. 817-828 p.; Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/gp/v17n4/a14v17n4.pdf>. Acesso em: 02 out. 2017.

NEVES, Abílio Baeta. Metas da atual gestão para a CAPES. **INFOCAPES**, Brasília: CAPES, n. 1 e 2, v. 3, 1995. 14-18 p. Disponível em: <https://www.CAPES.gov.br/images/stories/download/bolsas/INF1E295.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2017.

NOVAES, Marcos Bidart Carneiro de. GIL, Antonio Carlos. A pesquisa-ação participante como estratégia metodológica para o estudo do empreendedorismo social em administração de empresas. **Revista de Administração Mackenzie**, vol.10, n.1, p.134-160, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S167869712009000100007&script=sci_abstract&tlng=p t. Acesso em: 25 out. 2018.

PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira; MEZZOMO, Frank Antônio. Sistema Nacional de Pós-Graduação no Brasil: estrutura, resultados e desafios para política de Estado – Livio Amaral. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 2, n. 3, jul/dez. 2013. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/revista/index.php/educacaoelinguagens/article/viewFile/636/372>. Acesso em: 26 de out. 2017.

PEREIRA, Júlio César Rodrigues. **Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais**. 3. ed. São Paulo: EdUSP, 2001. 156p.

PIRES, Valdemir. SILVA, Suylan de A. Midlej e. FONSECA, Sérgio Azevedo. VENDRAMINI, Patrícia. COELHO, Fernando de Souza. Dossiê - Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. **Revista Administração Pública e Gestão Social**, 110-126 p., jul-set. 2014. Disponível em: <https://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/view/719>. Acesso em: 01 set. 2018.

PIRES, Valdemir. HOROCHOVSKI, Rodrigo. O novo Campo de Públicas e o Brasil de hoje. **Caderno de Administração e Gestão Pública da Universidade Federal do Paraná – Gestus**, Matinhos, v. 1, 73-76 p., 2018. Disponível em: <https://campodepublicas.files.wordpress.com/2018/04/5-9-1-sm.pdf>. Acesso em: 16 set. 2018.

PIQUET, Rosélia; LEAL, José Agostinho Anachoreta; TERRA, Denise Cunha Tavares. Mestrado profissional: proposta polêmica no Sistema Brasileiro de Pós-Graduação – o caso do planejamento regional e urbano. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 2, n. 4, p. 30-37, 2005. Disponível em: <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/75/72>. Acesso em: 30 set. 2017.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale: 2013. 274 p.

QUELHAS, Osvaldo Luiz Gonçalves; FARIA FILHO, José Rodrigues; FRANÇA, Sérgio Luiz Braga. O mestrado profissional no contexto do sistema de pós-graduação brasileiro. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v.2, n.4, jul. 2005. 97-104 p.; Disponível em: <http://ojs.rbpg.CAPES.gov.br/index.php/rbpg/article/view/82>. Acesso em: 26 ago. 2017.

RAUPP, Fabiano Maury. BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In. BEUREN, I.M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006. Cap.3, p.76-97.

RIBEIRO, Renato Janine. O mestrado profissional na política atual da CAPES. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 2, n. 4, jul. 2005. 8-15 p.; Disponível em: <http://ojs.rbpg.CAPES.gov.br/index.php/rbpg/article/view/72/69>. Acesso em: 26 ago. 2017.

RIBEIRO FILHO, José Francisco; LOPES, Jorge Expedito de Gusmão, SOUZA; Ivone Gomes de Assis; PEDERNEIRAS; Marcleide Maria Macêdo. Uma Análise das Abordagens Epistemológicas e Metodológicas da Pesquisa Contábil do Programa do Mestrado Multiinstitucional em Ciências Contábeis. **Contab. Vista & Rev.**, v. 18, n. 1, jan./ mar. 2007 - 27-49 p.

RIBEIRO, Roberto Rivelino Martins. ESPEJO, Márcia Maria dos Santos Bortolucci. CAMACHO, Reinaldo Rodrigues. MORAES, Romildo de Oliveira. Análise da abordagem metodológica: um estudo das teses e dissertações em contabilidade gerencial. **Contexto**, v. 13, n. 25, Porto Alegre: set/dez/2013, p.84-97. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/ConTexto/article/view/32333/pdf_12. Acesso em: 01 de set. 2018.

RICHARDSON, Roberto Jarry. PERES, José Augusto de. WANDERLEY, José C. Vieira. CORREIA, Lindoya Martins. PERES, Maria de H. de Melo. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 334p.

ROMÊO, José Raymundo Martins. ROMÊO, Christiane Itabaiana Martins. JORGE, Vladimyr Lombardo. **Estudos de pós-graduação no Brasil**. Rio de Janeiro: UNESCO, 2004. 2-76 p. Disponível em: http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/primeiro_site/textosfinais/romeo2004.pdf. Acesso em: 30 ago. 2017.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI,Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, n.1, Jul/2009 p. 1-15. Disponível em: <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6>. Acesso em: 14 out. 2018.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 12. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. 425 p.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Hernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 3. ed. Local: McGraw-Hill, 2006. 583 p.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: DP & A, 1999. 139 p.

SANTOS, Bruno Ferreira dos. VAZ, Ádila Silva. LEITE, Lacerda. BARBOSA, Cláudia Stela. ARAÚJO, Luzitânea. LYRA, Anni Barreto. SANTOS, Beatriz dos. MOREIRA, Celma Bento. SANTANA, Maria Lydia Aroz D. MARTINS, Regiane Barreto. O estudo dos métodos

de análise em dissertações como aprendizagem e formação de pesquisadores para a pesquisa qualitativa: relato de uma experiência. **Revista Brasileira de Pós-Graduação - Experiência**, Brasília, v. 14, 2017. 1-17 p. Disponível em: <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/1270>. Acesso em: 01 set. 2018.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 1986. 237 p. (Coleção Educação Contemporânea. Série Metodologia e pratica de ensino).

_____. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. e rev. e atual, São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.

SILVA, Benedicto. Genesis do ensino de administração pública no Brasil. **Coleções Cadernos de Administração Pública FGV- EBAP**, 1952. 5-42 p. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/12004>. Acesso em: 26 jan. 2018.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. UFSC, Florianópolis, 4. ed. v. 123, 2005. 138 p.

SILVA, Mauricio Corrêa da.; SOUZA; Fábيا Jaiany Viana de. ARAÚJO, Fábio Resende de. SILVA, José Dionísio Gomes da. Metodologia Científica para as Ciências Sociais Aplicadas: Análises Críticas sobre Métodos e tipologias de Pesquisas e destaque de Contribuições De Marx, Weber E Durkheim Revista Científica Hermes, No. 13, p. 159-179, Jun 2015. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2829321. Acesso em: 20/05/2019.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SPAB). Relatório de Gestão (2016-2018). Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1USeNFkKvVQOhVldZzq1V114IqCWAnUa/view> Acesso em: 20 set. 2018

TAKAHASHI, Adriana Roseli Wünsch; VERCHAI, Jeferson Kachan. MONTENEGRO, Ludmilla Meyer. RESE, Natália. Mestrado Profissional e Mestrado Acadêmico em Administração: Convergências, Divergências e Desafios aos programas de Pós-Graduação Stricto Sensu no Brasil. **Revista Administração Ensino e Pesquisa**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, out/nov/dez: 2010. (551-578). Disponível em: <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/129/70>. Acesso em: 16 ago. 2017.

THEÓPHILO, Carlos Renato; IUDÍCIBUS, Sérgio de. Uma Análise crítico-epistemológica da produção científica em Contabilidade no Brasil. **UnB Contábil – UnB**, Brasília, vol. 8, n. 2, Jul/ Dez – 2005. 147-175 p. Disponível em: <https://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/164>. Acesso em: 10 set. 2018.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986. 108 p. (Coleção temas básicos de pesquisa-ação).

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

VENDRAMINI, Patrícia. **Ensino de administração pública e o desenvolvimento de competências: A contribuição do curso de administração pública da ESAG-UDESC**. Tese

apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia. 263 p. 2013. Disponível em: <http://www.adm.ufba.br/pt-br/publicacao/ensino-administracao-publica-desenvolvimento-competencias-contribuicao-curso>. Acesso em: 10 set. de 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução Daniel Grassi. 2. ed.- Porto Alegre: Bookman, 2001. 163 p.

ZAPPELLINI, Marcello Beckert FEUERSCHÜTTE, Simone Ghisi. O uso da triangulação na pesquisa científica brasileira em administração. **Revista Administração: ensino e pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 16 n. 2, p. 241–273, abril, maio, junho/ 2015. Disponível em: <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/238>. Acesso em: 06 out. 2018.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE CRITÉRIOS ROTEIRO PARA ANÁLISE DE DISSERTAÇÕES

Nível de análise metodológica	
Dimensão Técnica de produção de conhecimento	Procedimentos específicos para o estudo de fenômenos, coleta e análise de dados para responder às questões e/ou problemas de investigação e atender aos objetivos de pesquisa.

Forma de análise	
Por categoria de pesquisas	Pesquisa, atividade de obtenção de conhecimento que envolve um conjunto de recursos e instrumentos científicos, adequados à exploração das fontes, adequados aos objetos de estudo para proporcionar respostas aos problemas investigados.
	Como há várias formas de abordar um problema e, conseqüentemente, diferentes relações entre o objeto e o método, existem diferentes tipos de pesquisas e possibilidades de agrupá-las por certo número de categorias para efetuar uma análise metodológica.

Condições para análise da categoria no documento (Dissertação)
<p>- Observar a classificação metodológica proposta pelo próprio autor da Dissertação;</p> <p>- Ler na íntegra o Capítulo ou Seção do Método do Trabalho, local onde é descrito cada etapa do desenvolvimento da investigação, em termos de metodologia (métodos e técnicas) adotada pelo aluno-pesquisador.</p>

Questões de roteiro e condição das variáveis, a partir das categorias		
Categoria analítica	Questões de análise de conteúdo e variáveis preestabelecidas	Condição da variável
Natureza do Problema de Pesquisa	<p>1. Qual é a Natureza do Problema de Pesquisa mais demandada pelos pesquisadores?</p> <p>() Aplicada; () Pura; () Não-explicito () Não-identificável</p>	<p>Aplicada, quando a motivação básica foi contribuir para o entendimento, diagnóstico ou solução de um problema prático ou operacional detectado no meio social. O problema de natureza aplicada está relacionado às questões de necessidades de ação/prática e descobrir/ buscar respostas. A forma de estudar a situação real e compor os aspectos do problema de pesquisa, em geral, é por meio de interações do pesquisador com lugares e/ou indivíduos envolvidos, ou representativos da situação-problema.</p> <p>Pura, quando resolver de imediato um problema específico da vida real não foi a motivação básica. A contribuição estiver ligada à atualização de um determinado conhecimento/ teoria (incorporação de novas questões, reforço ou refutação das explicações), ou ainda na criação de um novo conhecimento (generalizações ou princípios).</p>
Objetivo da Pesquisa	<p>2. Qual é tipo de pesquisa mais adotado pelos pesquisadores quanto ao objetivo do estudo?</p> <p>() Exploratória; () Descritiva;</p>	<p>Exploratória, quando a motivação básica foi investigar um assunto/problema pouco estudado, considerado relativamente desconhecido, para torná-lo mais esclarecido;</p> <p>Descritiva, quando a motivação foi investigar situações, contextos, eventos, processos, comunidades ou qualquer</p>

	<input type="checkbox"/> Explicativa; <input type="checkbox"/> Não-explicito <input type="checkbox"/> Não-identificável.	outro fenômeno para descrever suas características/ condições; Explicativos, quando a pretensão foi identificar e explicar as causas e/ou consequências dos fenômenos estudados.
Enfoque da Pesquisa	3. Qual é o Enfoque para a abordagem e tratamento do problema de pesquisa? <input type="checkbox"/> Quantitativo; <input type="checkbox"/> Qualitativo; <input type="checkbox"/> Bimodal; <input type="checkbox"/> Não-explicito <input type="checkbox"/> Não-identificável.	Quantitativo, quando no processo de análise do problema, os eventos são observados e registrados em números e tratados com operações estatísticas; Qualitativo, quando não procura enumerar ou quantificar os eventos estudados, a base do processo na perspectiva qualitativa são a interpretação e a atribuição de significados aos eventos; Bimodal, quando no processo de análise do problema, os eventos são tratados de forma mista, usa-se procedimentos quantitativos e qualitativos em conjunto.
Objetivo da pesquisa	4. Qual é a técnica ou estratégia de pesquisa para alcançar os objetivos do estudo? <input type="checkbox"/> Experimental; <input type="checkbox"/> <i>Ex-post facto</i> ; <input type="checkbox"/> <i>Survey</i> ou levantamento; <input type="checkbox"/> Estudo de caso; <input type="checkbox"/> Participante; <input type="checkbox"/> Pesquisa-ação; <input type="checkbox"/> Não-explicito; <input type="checkbox"/> Não-identificável.	Experimental, quando a atividade desempenhada foi executar experimentos com o objeto de estudo. Variáveis manipuladas pelo investigador de forma controlada para descobrir e explicar a relação de fatores que influenciam e determinam um resultado (a causa e efeitos de fatos/fenômenos). <i>Ex-post facto</i> , quando a principal atividade foi estudar relações de causa e efeitos de fatos/fenômenos já ocorridos, sem controlar/ manipular variáveis para gerar o fator determinante da causa de certo resultado, como no caso do experimento. <i>Survey</i> , quando envolve opiniões de pessoas, coletadas por questionários ou entrevistas (os dados podem ser qualitativos ou quantitativos), e análise quantitativa dos dados; Estudo de caso, quando a atividade foi o estudo de uma situação, contexto, comunidade etc., (único ou múltiplos casos) a partir de dados coligidos de fontes de informação variadas. Pesquisa Participante, quando desenvolvida com a participação ativa das pessoas interessadas em resolver a situação/ problema identificada e selecionada por elas. Pesquisa-ação, quando desenvolvida de forma cooperada entre pesquisador e participantes na busca por soluções para a situação-problema. Todos os envolvidos, pesquisador e participantes, são interessados em encontrar as respostas para a questão em pauta.
Ambiente/ Fonte de informações da Pesquisa	5. Qual é o Ambiente/ Fonte de informações mais adotadas para abordar e tratar o objeto? <input type="checkbox"/> Documental; <input type="checkbox"/> Bibliográfica; <input type="checkbox"/> Campo;	Pesquisa documental nos casos em que o objeto analisado for um documento e base para composição da pesquisa; Pesquisa bibliográfica para casos de trabalhos exclusivamente de fontes teóricas. Quando reunir e analisar contribuições científicas para reforçar/ discutir uma explicação teórica, ou atualizar um conhecimento for a condução da pesquisa;

	<input type="checkbox"/> Laboratório; <input type="checkbox"/> Não-explicito; <input type="checkbox"/> Não-identificável.	<p>Pesquisa de Campo quando os dados da pesquisa forem fornecidos por pessoas, coligidos em eventos sociais e/ou no lugar da ocorrência do que é pesquisado, exceto para o caso do objeto analisado for um documento e fonte primordial para a constituição da pesquisa;</p> <p>Pesquisa de laboratório, quando o objeto analisado passa por condições de experimentos, controles rígidos e/ou bancada de laboratórios e não envolve pessoas ou grupos nos procedimentos experimentais.</p>
Instrumento de coleta de dados	<p>6. Qual é o instrumento de coleta de dados mais adotados pelos pesquisadores em seus estudos?</p> <input type="checkbox"/> Entrevista, <input type="checkbox"/> Questionário <input type="checkbox"/> Múltiplos ou combinados <input type="checkbox"/> Outros	<p>Dado de origem no próprio documento, coletado quando o termo estiver explícito na dissertação examinada e /ou for de conhecimento geral da atividade de coleta de dados.</p>

Descrição da coleta e análise de dados

Os elementos observados em cada uma das dissertações correspondem às variáveis preestabelecidas neste instrumento de coleta e análise de dados;

A observação das variáveis nos documentos analisados foi feita por meio de pergunta qualitativa em relação às categorias analíticas;

Ao efetuar as perguntas para cada unidade de análise (dissertação) as respostas/ os dados assumiram os valores Sim=1/Não=0 para cada opção de variável preestabelecida na categoria analítica;

Apesar de cada pergunta estar associada a mais de uma variável e poder levar a mais de uma resposta/ dado, em função das características essenciais de cada elemento teórico (condição de cada variável) é possível obter uma resposta por pergunta para cada dissertação analisada. Para os casos de utilização de elementos combinados foi estabelecida a variável denominada múltiplos, ou combinados.

Para facilitar a análise de dados, as informações sintetizadas foram tratadas e compiladas em planilha eletrônica *Microsoft Excel*;

Conforme encontradas as respostas nas dissertações, os registros foram atribuídos às categorias pertinentes dispostas em colunas e os dados inseridos em linhas, por valor Sim =1 /Não = 0;

Para a análise foi utilizado os recursos de Auto Soma e de Filtros da planilha eletrônica, através desses recursos foi possível apreciar aspectos individuais e mais abrangentes de cruzamento dos dados, em números de ocorrências de certa categoria e variáveis nas dissertações analisadas;

Foram empregados os recursos de Gráficos da planilha eletrônica para a apresentação dos resultados e a interpretação baseou-se nos elementos teóricos e objetivo deste estudo.

APÊNDICE B – COLETA DE DADOS.

Seção	CATEGORIA NATUREZA				CATEGORIA OBJETIVO DA PESQUISA						CATEGORIA ENFOQUE DA PESQUISA				
	Aplicada	Pura	Não- Explícito	Não- Identificável	Descritiva	Explicativa	Exploratória	Combinadas	Não- Explícito	Não- Identificável	QUALI	QUANTI	Bimodal	Não- Explícito	Não- Identificável
Amostras	73	61	7	53	8	58	2	37	21	12	32	18	26	11	0
1 E1D130313	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0
2 E1D130913	1	1	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	1	0	0
3 E1D131213	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0
4 E1D131313	1	1	0	1	0	0	1	0	0	1	0	1	0	1	0
5 E1D132214	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0
6 E1D132314	1	1	0	1	0	1	0	1	1	0	0	1	0	0	0
7 E1D132514	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0
8 E1D132614	1	0	0	1	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0
9 E1D132814	1	1	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0
10 E1D134015	1	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0
11 E1D135115	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0
12 E1D135215	1	1	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	1	0	0
13 E1D135315	1	1	0	0	0	1	0	1	1	0	0	1	0	0	0
14 E1D135815	1	1	0	1	0	1	0	1	1	0	0	0	1	0	0
15 E1D136015	1	1	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0
16 E1D136115	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0
17 E1D136615	1	1	0	1	0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0
18 E1D138416	1	0	1	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0
19 E1D138516	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0
20 E1D138716	1	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0
21 E1D139716	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0
22 E2D110415	0	1	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0
23 E2D110815	1	1	0	1	0	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0
24 E2D111115	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0
25 E2D111815	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0
26 E2D112116	1	1	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0
27 E2D112616	1	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0
28 E2D113216	0	0	1	1	1	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0
29 E2D113916	1	0	0	1	1	1	0	1	1	0	0	0	1	0	0
30 E3D090913	1	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0
31 E3D091013	1	1	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0
32 E3D091213	1	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0
33 E3D091613	0	1	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0
34 E3D091913	1	1	0	0	0	1	0	1	1	0	0	1	0	0	0
35 E3D092413	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0

APÊNDICE B – Continuação.

		CATEGORIA ESTRATEGIA DE PESQUISA										CATEGORIA AMBIENTE/FONTE DE PESQUISA						INSTRUMENTOS		
Survey	Estudo de caso	Pesquisa-ação	Participante	Ex-post facto	Experimental	Não-Explícito	Não-Identificável	Documental	Bibliográfica	Campos	Documental	Bibliográfica	Laboratório	Múltiplas	Não-Explícito	Não-Identificável	Entrevista	Questionário	Outro	Múltiplos
Amostras	15	43	1	0	4	0	0	27	0	8	5	5	0	56	32	0	42	36	12	23
1 E1D130313	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	0	1
2 E1D130913	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0
3 E1D131213	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0
4 E1D131313	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0
5 E1D132214	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
6 E1D132314	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0
7 E1D132514	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0
8 E1D132614	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0
9 E1D132814	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0
10 E1D134015	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0
11 E1D135115	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0
12 E1D135215	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	1
13 E1D135315	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
14 E1D135815	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0
15 E1D136015	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0
16 E1D136115	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
17 E1D136615	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
18 E1D138416	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19 E1D138516	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
20 E1D138716	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
21 E1D139716	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0
22 E2D110415	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
23 E2D110815	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	0	1
24 E2D111115	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1
25 E2D111815	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	0	1
26 E2D112116	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	0	1
27 E2D112616	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	0	1
28 E2D113216	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0
29 E2D113916	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	1
30 E3D090913	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	1
31 E3D091013	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0
32 E3D091213	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
33 E3D091613	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0
34 E3D091913	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
35 E3D092413	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

ANEXO A - RELAÇÃO DE IES E PPG POR CURSOS, NOTAS E TCC, NO QUADRIÊNIO 2013-2016, DA ÁREA DE
 AVALIAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (...), DA CAPES.

QT. IES	Cód.da IES	Sigla IES	Status Jurídico	UF	Região	Instituição de Ensino Superior (IES)	QT. PPG	Código do PPG
1	53045009	ANDIFES	P	DF	Centro-Oeste	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior	1	53045009001P3
2	33138010	EAESP/FGV	P	SP	Sudeste	ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO	2	33138010001P0
3	33014019	FGV-SP	P	SP	Sudeste	FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/SP	3	33014019003P3
4	32049013	FJP	E	MG	Sudeste	FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (ESCOLA DE GOVERNO)	4	32049013001P5
5	53019016	IDP	P	DF	Centro-Oeste	INSTITUTO BRASILENSE DE DIREITO PÚBLICO	5	53019016002P5
6	53001010	UNB	F	DF	Centro-Oeste	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	6	53001010102P0
7	33002010	USP	E	SP	Sudeste	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	7	33001010016P7
8	24001015	UFPB/J.P.	F	PB	Nordeste	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA	8	33002010232P8
9	32004010	UFLA	F	MG	Sudeste	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	9	24001015079P3
10	42002010	UFESM	F	RS	Sul	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	10	32004010024P0
11	33001014	UFSCAR	F	SP	Sudeste	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	11	42002010050P6
12	33009015	UNIFESP	F	SP	Sudeste	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	12	33001014046P3
13	30001013	UFES	F	ES	Sudeste	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	13	33009015081P4
14	15001016	UFPA	F	PA	Norte	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	14	30001013045P9
15	23001011	UFRN	F	RN	Nordeste	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	15	15001016073P0
16	32010010	UFVJM	F	MG	Sudeste	UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	16	23001011057P7
17	28001010	UFBA	F	BA	Nordeste	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	17	32010010042P4
18	32002017	UFV	F	MG	Sudeste	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	18	28001010052P2
19	31011012	FGV/RJ	P	RJ	Sudeste	FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/RJ	19	28001010020P3
20							20	32002017029P5
21							21	31011012014P0

Fontes: Adaptado de Avaliação Trienal 2013 e Quadrienal-2017, CAPES (2017; 2018)

Legendas:

Curso Nivel: D: doutorado; M: mestrado acadêmico; MP: mestrado profissional e M/D: Mestrado/doutorado acadêmico integrados.

IES por Status Jurídico: P: privado; E: estadual; F: federal

TCC por curso: M e MP: Dissertação; D: Teses*

ANEXO A – Continuação.

Sigla IES	Nome do PPG	Área Básica	Ano de Recomendação	Nota de Recomendação	Ano de início do curso	Nível
ANDIFES	Administração Pública em Rede Nacional	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2013	3	2014	MP
EAESP/FGV	Gestão e Políticas Públicas	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2008	2008 = 4	2009	MP
FGV-SP	Administração Pública e Governo	ADMINISTRAÇÃO	2002	(M)1998 = 4 (D) 2001=4	1990 (M)/ 2002(D)	M/D
FJP	Administração Pública	ADMINISTRAÇÃO	1999	1998 = 3	1995	M
IDP	Administração Pública	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2015	3	2016	MP
UNB	Gestão Pública	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2013	3	2013	MP
	Administração	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1976/2004	(M)1998 = 3 (D) 2004=4	1978 (M)/2006(D)	M/D
USP	Gestão de Políticas Públicas	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2012	3	2013	M
UFPB/J.P.	Gestão Pública e Cooperação Internacional	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2015	3	2016	M
UFLA	Administração Pública	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2011	3	2011	MP
UFMS	Gestão de Organizações Públicas	ADMINISTRAÇÃO	2010	3	2011	MP
UFSCAR	Gestão de Organizações e Sistemas Públicos	ADMINISTRAÇÃO	2012	3	2013	MP
UNIFESP	Gestão de Políticas e Organizações Públicas	ADMINISTRAÇÃO	2012	3	2013	MP
UFES	Gestão Pública	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2010	3	2011	MP
UFPA	Gestão Pública	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2011	3	2012	MP
UFRN	Gestão Pública	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2011	3	2011	MP
UFVJM	Administração Pública	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2015	3	2016	MP
UFBA	Administração	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1988	2004=5	1988	MP
	Administração	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1983/1993	(M)1998 = 5/ (D) 1998=5	1984 (M)/1993(D)	M/D
UFV	Administração	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2004/2014	(M)2004 = 3/ (D) 2014=4	2005 (M)/2016 (D)	M/D
FGV/RJ	Administração	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2011	4	2012	MP

ANEXO A – Continuação.

Sigla IES	QI. PPG	Nome do PPG	Nível	Dissertações e Teses* defendidas por ano e IES							Total (D;M;M/D; MP)	Total MP	População Alvo
				2017	2013	2014	2015	2016	2017	2018			
ANDIFES	1	Administração Pública em Rede Nacional	MP	2	0	0	3	97		100	100	-	
EAESP/FGV	2	Gestão e Políticas Públicas	MP	4	30	25	30	25		110	110	-	
FGV-SP	3	Administração Pública e Governo	M/D	6	M=16/D=03	M=16/D=12	M=13/D=10	M=10/D=15		95	-	-	
FJP	4	Administração Pública	M	3	20	14	16	18		68	-	-	
IDP	5	Administração Pública	MP	3	0	0	0	0		0	0	-	
UNB	6	Gestão Pública	MP	3	0	0	8	20		28	28	28	
	7	Administração	M/D	5	M=17/D=06	M=08/D=14	M=19/D=08	M=34/D=14		120	-	-	
USP	8	Gestão de Políticas Públicas	M	3	0	0	4	11		15	-	-	
UFPP/JP	9	Gestão Pública e Cooperação Internacional	M	3	0	0	0	0		0	-	-	
UFLA	10	Administração Pública	MP	3	26	1	21	14		62	62	62	
UFSM	11	Gestão de Organizações Públicas	MP	3	21	25	14	30		90	90	90	
UFSCAR	12	Gestão de Organizações e Sistemas Públicos	MP	3	-	-	20	19		39	39	39	
UNIFESP	13	Gestão de Políticas e Organizações Públicas	MP	1	-	-	22	0		22	22	-	
UFES	14	Gestão Pública	MP	3	19	20	35	28		102	102	102	
UFPA	15	Gestão Pública	MP	3	0	12	8	34		54	54	54	
UFRN	16	Gestão Pública	MP	4	4	21	0	15		40	40	-	
UFVJM	17	Administração Pública	MP	3	0	0	0	0		0	0	0	
UFBA	18	Administração	MP	4	7	36	22	15		80	80	-	
	19	Administração	M/D	5	M=12/D=10	M=11/D=12	M=09/D=12	M=09/D=11		86	-	-	
UFV	20	Administração	M/D	4	M=19/D=0	M=14/D=0	M=18/D=0	M=16/D=0		67	-	-	
FGV/RJ	21	Administração	MP	4	2	39	55	48		144	144	-	
Total Geral										1322	871	375	

ANEXO B – POPULAÇÃO E AMOSTRA ESTRATIFICADA PROPORCIONAL

Tamanho Mínimo da Amostra		
Estimação de Média		
Tamanho da População	375	
Desvio Padrão	10	
Erro Amostral	2	
Nível de Confiança	95%	
Tamanho da Amostra Global	76	
Número de estratos		
	4	
Estrato 1:	102	27%
Estrato 2:	39	10%
Estrato 3:	152	40%
Estrato 4:	82	22%
Resultados:		
Estrato : 1	Tamanho da amostra = 21	
	3 9 12 13 22 23 25 26 28 40	
	51 52 53 58 60 61 66 84 85 87	
	97	
Estrato : 2	Tamanho da amostra = 8	
	4 8 11 18 21 26 32 39	
Estrato : 3	Tamanho da amostra = 31	
	9 10 12 16 19 24 39 42 43 47	
	49 50 61 78 80 85 88 97 100 101	
	104 107 113 114 121 125 129 133 137 139	
	144	
Estrato : 4	Tamanho da amostra = 16	
	8 13 15 24 34 37 42 43 48 56	
	59 60 65 75 79 81	

Fonte: Cálculo a partir Software SEStat.Net
<http://www.sestatnet.ufsc.br/cgi-bin/TaEstM.cgi>

ANEXO C – RELAÇÃO DAS DISSERTAÇÕES, NO QADRIENIO 2013-2016, DA ÁREA DE AVALIAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (...), DA CAPES

ANO BASE	IES SIGLA	TRABALHO DE CONCLUSÃO E ORIENTADOR PRINCIPAL	E1
2013	UFES	DETERMINANTES DA TRANSPARENCIA DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS (JOSE ELIAS FERES DE ALMEIDA)	1
2013	UFES	LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS - INSTRUMENTO LEGAL DE PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO DA AQUISIÇÃO DE BENS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES (SONIA MARIA DALCOMUNI)	2
2013	UFES	AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFES UTILIZANDO O MÉTODO SERVQUAL (TERESA CRISTINA JANES CARNEIRO)	3
2013	UFES	UMA ANÁLISE ESTATÍSTICA DOS FATORES DE EVASÃO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO PRESENCIAL DA UFES (GUTEMBERG HESPANHA BRASIL)	4
2013	UFES	ACESSIBILIDADE E LONGITUDINALIDADE NO PRE-NATAL: ANÁLISE DE UM GRUPO DE PUERPERAS ATENDIDAS NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CASSIANO ANTONIO DE MORAES (FRANCISCO LUIZ ZAGANELLI)	5
2013	UFES	DIAGNÓSTICO SOCIAL E DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS CATADORES DE RESÍDUOS VINCULADOS ÀS ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA - ES (RODRIGO DE ALVARENGA ROSA)	6
2013	UFES	A TRANSPARENCIA COMO FERRAMENTA DE AMPLIAÇÃO DO CARÁTER DEMOCRÁTICO NOS CONSELHOS UNIVERSITÁRIOS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (MARGARETH VETIS ZAGANELLI)	7
2013	UFES	COMPLICAÇÕES PERINATAIS NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CASSIANO ANTONIO DE MORAES: UMA QUESTÃO DE IDADE? (FRANCISCO LUIZ ZAGANELLI)	8
2013	UFES	O RESTAURANTE CENTRAL COMO MECANISMO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UM ESTUDO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (ROSSANA FERREIRA DA SILVA MATTOS)	9
2013	UFES	RETENÇÃO DISCENTE NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAL DA UFES (TERESA CRISTINA JANES CARNEIRO)	10
2013	UFES	DISFUNÇÃO BUROCRÁTICA: UM ESTUDO DE CASO DO EXCESSO DE PAPEL NO DAOCs/UFES. (DIRCE NAZARE DE ANDRADE FERREIRA)	11
2013	UFES	A GESTÃO DA CAPACITAÇÃO BASEADA NA GESTÃO POR COMPETÊNCIA: UM ESTUDO DE VIABILIDADE DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CAPACITAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL NA UFES (MARILENE OLIVIER FERREIRA DE OLIVEIRA)	12
2013	UFES	DIAGNÓSTICO DO TRANSPORTE ESCOLAR RURAL PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES (RODRIGO DE ALVARENGA ROSA)	13
2013	UFES	RELAÇÕES INTERPESSOAIS E PODER E SEUS IMPACTOS NA CULTURA ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO DE CASO NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA AMBIENTAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (MARIA CRISTINA DADALTO)	14
2013	UFES	A PRINCIPALIDADE NO PROCESSO ELETRÔNICO ADMINISTRATIVO (DORA BERGER)	15
2013	UFES	MODELO MATEMÁTICO PARA APOIO À GESTÃO DA LOGÍSTICA DE EMPREGADOS DE PLATAFORMAS OFFSHORE DE EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO (RODRIGO DE ALVARENGA ROSA)	16
2013	UFES	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS NAS AQUISIÇÕES DE BENS: ESTUDO DE CASO DA POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO NO PERÍODO DE 2007 A 2012. (MARGARETH VETIS ZAGANELLI)	17

2013	UFES	PRINCIPIO DA EFICIENCIA NOS ATOS ADMINISTRATIVOS DE IMPERIO: O CASO DA DERD/UFES (DIRCE NAZARE DE ANDRADE FERREIRA)	18
2013	UFES	PLANEJAMENTO ESTRATEGICO: UM PROPOSTA PARA O CASO DA SECRETARIA DE ENGENHARIA, GESTAO PREDIAL E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DO PODER JUDICIARIO CAPIXABA (DUARTE DE SOUZA ROSA FILHO)	19
2014	UFES	CLIMA ETICO EM ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS: O MAPA DE UM HOSPITAL UNIVERSITARIO (JULIO CESAR POMPEU)	20
2014	UFES	CULTURA ORGANIZACIONAL E RELAÇÕES DE PODER: UMA ANÁLISE DE CASO DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (ROSSANA FERREIRA DA SILVA MATTOS)	21
2014	UFES	AValiação DE QUALIDADE DE CURSOS SUPERIORES NA MODALIDADE A DISTÂNCIA: UM ESTUDO NA SEAD/UFES (TACIANA DE LEMOS DIAS)	22
2014	UFES	FATORES QUE AFETAM A PERSISTÊNCIA DOS DISCENTES EM CURSOS SUPERIORES NA MODALIDADE A DISTÂNCIA (TERESA CRISTINA JANES CARNEIRO)	23
2014	UFES	CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE ESTRUTURA DE TRABALHO PARA MELHORIAS DE CURTO PRAZO EM AMBIENTES DE COMPRAS PUBLICAS (ROQUEMAR DE LIMA BALDAM)	24
2014	UFES	PERFIL DOS SERVIDORES DA UFES COM EMPRÉSTIMO CONSIGNADO (HELIO ROSETTI JUNIOR)	25
2014	UFES	A EFICIENCIA DO PREGAO ELETRONICO NO PROCESSO LICITATORIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO (DORA BERGER)	26
2014	UFES	ANÁLISE DOS DISCURSOS DE ATORES SOCIAIS SOBRE A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA (DUARTE DE SOUZA ROSA FILHO)	27
2014	UFES	RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE; GRI (GLOBAL REPORTING INITIATIVE) PARA A UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO: ESTUDO PROSPECTIVO SOBRE POSSIBILIDADES DE ADOÇÃO (SONIA MARIA DALCOMUNI)	28
2014	UFES	O INSTITUTO DA OUVIDORIA COMO INSTRUMENTO PARA A MELHORIA DA GESTAO PUBLICA UNIVERSITARIA: ESTUDO DE CASO DA OUVIDORIA GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO (MARGARETH VETIS ZAGANELLI)	29
2014	UFES	DESEMPENHO ACADEMICO E SISTEMA DE COTAS: UM ESTUDO SOBRE O RENDIMENTO DOS ALUNOS COTISTAS E NAO COTISTAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO (MARGARETH VETIS ZAGANELLI)	30
2014	UFES	LICITAÇÕES SUSTENTAVEIS: UM ESTUDO SOBRE A APLICAÇÃO DO DECRETO Nº 7.746/2012 NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES (SONIA MARIA DALCOMUNI)	31
2014	UFES	A EVASAO DISCENTE NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO UNIVERSITARIA: O CASO DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO E CIENCIAS CONTABEIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO. (MARGARETH VETIS ZAGANELLI)	32
2014	UFES	USABILIDADE E QUALIDADE DA INFORMAÇÃO: AVALIAÇÃO DO PORTAL DO ALUNO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO (TACIANA DE LEMOS DIAS)	33
2014	UFES	COMUNICAÇÃO INTERNA EM INSTITUIÇÕES PUBLICAS DE EDUCAÇÃO: AVALIAÇÃO DO INFORMATIVO DIGITAL DO INSTITUTO FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - IFES (MARIA CRISTINA DADALTO)	34
2014	UFES	MODERNIZAÇÃO DA CARREIRA DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE: CARTILHA DE ORIENTAÇÃO (MARISON LUIZ SOARES)	35
2014	UFES	PROPOSIÇÃO PARA ESTRUTURA DE PODER DE CONTROLE DA GESTÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO URBANO DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA À LUZ DA POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA (DUARTE DE SOUZA ROSA FILHO)	36
2014	UFES	CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO: ESTUDO SOBRE O PAPEL DA INSTITUIÇÃO NAS IMPLICAÇÕES DO USO DA MARGEM DE CONSIGNAÇÃO PELOS SERVIDORES PÚBLICOS (HELIO ROSETTI JUNIOR)	37

2014	UFES	REGULAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ESTUDO PROSPECTIVO SOBRE USO DE PSA PARA ESTÍMULO DE SUSTENTABILIDADE NA UFES (SONIA MARIA DALCOMUNI)	38
2014	UFES	AUDITORIA E GESTÃO: UM ESTUDO DE CASO DOS TRABALHOS AUDITORIAIS REALIZADOS NO IFES. (THALMO DE PAIVA COELHO JUNIOR)	39
2015	UFES	LICITAÇÕES PÚBLICAS: ANÁLISE DE PREÇOS PRATICADOS NAS LICITAÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (ROSSANA FERREIRA DA SILVA MATTOS)	40
2015	UFES	PRINCIPAIS ASPECTOS JURÍDICOS SOBRE A APOSENTADORIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS TITULARES DE CARGOS EFETIVOS E VITALÍCIOS: CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA VISUAL GRÁFICO (DORA BERGER)	41
2015	UFES	ESTUDO SOBRE A POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DE DIRETRIZES DE SUSTENTABILIDADE NAS LICITAÇÕES DE OBRAS DE EDIFICAÇÕES DO IFES - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO (SONIA MARIA DALCOMUNI)	42
2015	UFES	O CONTEXTO DA GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE MANTENA-MG (ROSSANA FERREIRA DA SILVA MATTOS)	43
2015	UFES	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS VITÓRIA, ES 2015 (MARILENE OLIVIER FERREIRA DE OLIVEIRA)	44
2015	UFES	O USO DE GEOINFORMAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA UNIVERSITÁRIA: ESTUDO DO CONTEXTO CAPACITANTE PARA O DESENVOLVIMENTO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO (TACIANA DE LEMOS DIAS)	45
2015	UFES	ANÁLISE DE ENVOLTÓRIA DE DADOS (DEA) PARA AVALIAÇÃO DE HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS DE MÉDIO PORTE (SIMONE DA COSTA FERNANDES)	46
2015	UFES	MODELO MATEMÁTICO E META-HEURÍSTICA SIMULATED ANNEALING PARA ELABORAÇÃO DE ROTEIROS TURÍSTICOS COM BASE NO TOURIST TRIP DESIGN PROBLEM (RODRIGO DE ALVARENGA ROSA)	47
2015	UFES	FLUXO DE CAIXA COMO ESTRATÉGIA DE CONTROLE DE CONTAS PESSOAIS: ESTUDO DE CASOS (HELIO ROSETTI JUNIOR)	48
2015	UFES	CONFLITOS ORGANIZACIONAIS: ESTUDO DE CASO NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CASSIANO ANTONIO MORAES - HUCAM (MARILENE OLIVIER FERREIRA DE OLIVEIRA)	49
2015	UFES	FINANÇAS PESSOAIS E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DOS SERVIDORES: UM ESTUDO APLICADO A UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO (HELIO ROSETTI JUNIOR)	50
2015	UFES	ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR: O PONTO DE VISTA DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS (MARILENE OLIVIER FERREIRA DE OLIVEIRA)	51
2015	UFES	O MOVIMENTO SINDICAL NA UFES: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DOS SERVIDORES TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS (DIRCE NAZARE DE ANDRADE FERREIRA)	52
2015	UFES	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: ANÁLISE DAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS DO GOVERNO FEDERAL PARA O PROGRAMA E SUAS CONDICIONALIDADES (HELIO ROSETTI JUNIOR)	53
2015	UFES	TRABALHADORES DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA CHRISTIANO DIAS LOPES FILHO: UM OLHAR SOB A PERSPECTIVA DA ERGONOMIA FRANCESA (SIMONE DA COSTA FERNANDES)	54
2015	UFES	CLIMA ORGANIZACIONAL NA GERÊNCIA DE CONTROLE AMBIENTAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS & GCA/IEMA (DIRCE NAZARE DE ANDRADE FERREIRA)	55
2015	UFES	EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE: UM ESTUDO DE CASO NO CAMPUS CARIACICA DO INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (DIRCE NAZARE DE ANDRADE FERREIRA)	56
2015	UFES	UMA PROPOSTA DE MUDANÇA ORGANIZACIONAL DAS SECRETARIAS DEPARTAMENTAIS DO CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO À LUZ DO PRINCÍPIO	57

		CONSTITUCIONAL DA EFICIÊNCIA (MARGARETH VETIS ZAGANELLI)	
2015	UFES	PREVISÃO DE DEMANDA EM REGISTROS DE PREÇOS: ANÁLISE DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RESTAURANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (HELIO ROSETTI JUNIOR)	58
2015	UFES	AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ACERCA DO ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA DA UFES: A PERCEÇÃO DE EGRESSOS DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO E FÍSICA (ROSSANA FERREIRA DA SILVA MATTOS)	59
2015	UFES	AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE TUTORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (OCTÁVIO CAVALARI JUNIOR)	60
2015	UFES	O DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DO USO DE DROGAS POR ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CASTELO/ES E A PREVENÇÃO PELO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA (ROGERIO ANTONIO MONTEIRO)	61
2015	UFES	AÇÕES AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA SUPERIOR:ANÁLISE DE RESULTADOS DE UMA TURMA DE COTISTAS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UFES (DIRCE NAZARE DE ANDRADE FERREIRA)	62
2015	UFES	DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DOS PACIENTES POTENCIAIS AOS CUIDADOS PALIATIVOS NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CASSIANO ANTÔNIO MORAES (HUCAM) (TERESA CRISTINA JANES CARNEIRO)	63
2015	UFES	VALORES ORGANIZACIONAIS E SUPORTE SOCIAL NO TRABALHO: A PERCEÇÃO DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES (MARILENE OLIVIER FERREIRA DE OLIVEIRA)	64
2015	UFES	DE PASSIVA A PROATIVA: UMA ABORDAGEM DA ATITUDE FRENTE À AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ; O CASO DO IFES CAMPUS LINHARES (DIRCE NAZARE DE ANDRADE FERREIRA)	65
2015	UFES	A EQUALIZAÇÃO FISCAL NA DISTRIBUIÇÃO DA COTA-PARTE DO ICMS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (JOSE ELIAS FERES DE ALMEIDA)	66
2015	UFES	PROPOSTA DE ESTRUTURA DE TRABALHO PARA AUMENTAR A EFICIÊNCIA DAS COMPRAS PÚBLICAS COMPARTILHADAS (ROQUEMAR DE LIMA BALDAM)	67
2015	UFES	RETENÇÃO DISCENTE NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE DO ESPÍRITO SANTO IMPLANTADOS A PARTIR DO REUNI (MARIA AUXILIADORA DE CARVALHO CORASSA)	68
2015	UFES	PROPOSTA DE MÉTODO PARA MENSURAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO SOBRE COMPRAS PÚBLICAS (ROQUEMAR DE LIMA BALDAM)	69
2015	UFES	OBSTÁCULOS À FORMAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO DA RETENÇÃO DISCENTE NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAL DO CENTRO DE ARTES DA UFES (GUTEMBERG HESPANHA BRASIL)	70
2015	UFES	A RETENÇÃO EM CURSOS DO CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UFES: UMA ANÁLISE DA PERCEÇÃO DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA (MARIA AUXILIADORA DE CARVALHO CORASSA)	71
2015	UFES	RETENÇÃO DISCENTE NO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS DA UFES: O CASO DOS CURSOS LETRAS-PORTUGUÊS E GEOGRAFIA (DIRCE NAZARE DE ANDRADE FERREIRA)	72
2015	UFES	O DESVIO DE FUNÇÃO NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE UMA AUTARQUIA FEDERAL (DIRCE NAZARE DE ANDRADE FERREIRA)	73
2015	UFES	REFLEXOS DA ABERTURA DE PROCESSOS DISCIPLINARES NA APURAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGOS PÚBLICOS NA UFES (DIRCE NAZARE DE ANDRADE FERREIRA)	74
2016	UFES	RELAÇÕES ENTRE AS TEORIAS E AS PRÁTICAS CURRICULARES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR - UM ESTUDO NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DA UFES (MARILENE OLIVIER FERREIRA DE OLIVEIRA)	75
2016	UFES	PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS: PROPOSTA DE GESTÃO A PARTIR DA AVALIAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E EXPERIÊNCIAS DISCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (TACIANA DE LEMOS DIAS)	76
2016	UFES	GEOINFORMAÇÃO E SETOR PÚBLICO: UMA AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA UTILIZANDO FERRAMENTAS DE MAPEAMENTO DA CIÊNCIA	77

		(TACIANA DE LEMOS DIAS)	
2016	UFES	MODELAGEM DE PROCESSOS EM ARQUITETURA E ENGENHARIA PARA REALIZAÇÃO DE PROJETOS E OBRAS PÚBLICAS (ROQUEMAR DE LIMA BALDAM)	78
2016	UFES	QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: UM ESTUDO NO NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UFES (TACIANA DE LEMOS DIAS)	79
2016	UFES	CARACTERIZAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS DO GERENTE DE PROJETOS NO SETOR PÚBLICO (TACIANA DE LEMOS DIAS)	80
2016	UFES	PROPOSTA DE MELHORIA DE GESTÃO DO CONHECIMENTO BASEADA NO MODELO DE BUKOWITZ E WILLIAMS: ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO (THALMO DE PAIVA COELHO JUNIOR)	81
2016	UFES	PROPOSTAS PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS EMPREGADOS DE UMA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE GRANDE PORTE (THALMO DE PAIVA COELHO JUNIOR)	82
2016	UFES	FATORES ASSOCIADOS AO PARTO CESARIANA NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CASSIANO ANTONIO MORAES (HUCAM) (FRANCISCO LUIZ ZAGANELLI)	83
2016	UFES	REFLEXÕES SOBRE AS PESSOAS LGBT NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS: A DIVERSIDADE SEXUAL NO DISCURSO INSTITUCIONAL DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO FEDERAL (MARILENE OLIVIER FERREIRA DE OLIVEIRA)	84
2016	UFES	A EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO, PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA: UMA ANÁLISE DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (OCTÁVIO CAVALARI JUNIOR)	85
2016	UFES	MODELO DE PROCESSO DE SOFTWARE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO: UMA FORMULAÇÃO BASEADA NO ARCABOUÇO LEGAL (THALMO DE PAIVA COELHO JUNIOR)	86
2016	UFES	PROPOSTA DE MANUAL DE PROCEDIMENTOS DE PAGAMENTO DOS AUXÍLIOS ESTUDANTIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (TERESA CRISTINA JANES CARNEIRO)	87
2016	UFES	PROPOSIÇÃO DE REQUISITOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS COMISSIONADOS: UM ESTUDO NA JUSTIÇA ELEITORAL - CASO TRE-ES (MARISON LUIZ SOARES)	88
2016	UFES	O PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE INCIDENTES DA ITIL: ESTUDO DE CASO DE UMA EMPRESA DO SETOR DE SANEAMENTO (THALMO DE PAIVA COELHO JUNIOR)	89
2016	UFES	ANÁLISE DOS IMPACTOS DA EBSEH NO DESEMPENHO DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS (JOSE ELIAS FERES DE ALMEIDA)	90
2016	UFES	DESEMPENHO DE UMA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA BASEADA EM INDICADORES DA ISO 11620: AÇÕES PARA MELHORIA DO DESEMPENHO E DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS (THALMO DE PAIVA COELHO JUNIOR)	91
2016	UFES	PREVISÃO DE DEMANDA EM REGISTRO DE PREÇOS: ANÁLISE DOS PROCESSOS DE COMPRAS DA REITORIA DO INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (HELIO ROSETTI JUNIOR)	92
2016	UFES	FEDERALISMO E TRIBUTAÇÃO: ANÁLISE DO IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE SOB A PERSPECTIVA DA REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS (JULIO CESAR POMPEU)	93
2016	UFES	A EXECUÇÃO DOS CONVÊNIOS DE FUNDO DE INFRAESTRUTURA (CT-INFRA) CELEBRADOS ENTRE A FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS (FINEP) E A UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES) SOB A ÓTICA DA EFICÁCIA (DORA BERGER)	94
2016	UFES	ANÁLISE DO USO DO RECURSO PROAP/CAPES NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM QUÍMICA E FÍSICA DA UFES NO PERÍODO DE 2010 A 2012 (MARGARETH VETIS ZAGANELLI)	95
2016	UFES	DIRETRIZES PARA A GESTÃO DE PROJETOS DE OBRAS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (TERESA CRISTINA JANES CARNEIRO)	96

2016	UFES	DIAGNÓSTICO DE NECESSIDADES CAPACITAÇÃO SERVIDORES (THALMO DE PAIVA COELHO JUNIOR)	97
2016	UFES	PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DE ESTUDANTE EGRESSO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO: DIAGNÓSTICO E PROPOSTA DE MELHORIAS EM SEUS INSTRUMENTOS (MARIA AUXILIADORA DE CARVALHO CORASSA)	98
2016	UFES	PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS EM RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS DE UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS (LOURENCO COSTA)	99
2016	UFES	GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS: ANÁLISE DOS ADITIVOS FINANCEIROS E TEMPORAIS NOS CONTRATOS DE OBRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO NO PERÍODO DE 2009 A 2015 (DUARTE DE SOUZA ROSA FILHO)	100
2016	UFES	ENTRE HISTÓRIAS E PERMANÊNCIAS: TRAJETÓRIAS DA VIDA ACADÊMICA DE ESTUDANTES NEGROS INGRESSOS NA UFES ATRAVÉS DO SISTEMA DE RESERVA DE VAGAS (DIRCE NAZARE DE ANDRADE FERREIRA)	101
2016	UFES	A INFLUÊNCIA DO MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA NA VIDA PROFISSIONAL, PESSOAL E ACADÊMICA DO EGRESSO (TACIANA DE LEMOS DIAS)	102

ANO BASE	IES SIGLA	TRABALHO DE CONCLUSÃO E ORIENTADOR PRINCIPAL	E2
2015	UFSCAR	O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NO MUNICÍPIO DE PIRACICABA: ENGAJAMENTOS E INTERAÇÕES DOS PRINCIPAIS ATORES IMOBILIÁRIOS (LUIZ FERNANDO DE ORIANI E PAULILLO)	1
2015	UFSCAR	SISTEMÁTICA DE SELEÇÃO DE SERVIDORES PARA AS FUNÇÕES DE CONFIANÇA, BASEADA NA ABORDAGEM DAS COMPETÊNCIAS (RONIBERTO MORATO DO AMARAL)	2
2015	UFSCAR	PROPOSTA METODOLÓGICA PARA ANÁLISE DOS RESULTADOS DE AVALIAÇÕES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO (MAURO ROCHA CORTES)	3
2015	UFSCAR	PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: A GESTÃO LOCAL NA IMPLANTAÇÃO DAS "HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL" (WAGNER DE SOUZA LEITE MOLINA)	4
2015	UFSCAR	REFLEXOS DA TERCEIRIZAÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL: ANÁLISE DE ELEMENTOS DO CONTRATO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS FRENTE À REFORMA DO ESTADO (ANA CLAUDIA NIEDHARDT CAPELLA)	5
2015	UFSCAR	GESTÃO PÚBLICA CONTEMPORÂNEA E A PRÁTICA ADMINISTRATIVA: ESTUDO DE CASO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO - IFSP (PEDRO JOSE FLORIANO RIBEIRO)	6
2015	UFSCAR	DESENVOLVIMENTO E CAPACIDADES ESTATAIS: UM ESTUDO DE CASO DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE SÃO CARLOS (VERA ALVES CEPEDA)	7
2015	UFSCAR	GESTÃO ESTRATÉGICA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) NO SERVIÇO PÚBLICO: ESTUDO DE CASO DO COMITÊ GESTOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP) (CAMILA CARNEIRO DIAS)	8
2015	UFSCAR	DINÂMICA DA PARTICIPAÇÃO EM ÓRGÃOS COLEGIADOS: ESTUDO DE CASO DO IFSULDEMINAS-CAMPUS MACHADO (MARIA TERESA MICELI KERBAUY)	9
2015	UFSCAR	ENVELHECIMENTO E GESTÃO PÚBLICA: O "ESTADO DA ARTE" NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA. (WILSON JOSE ALVES PEDRO)	10
2015	UFSCAR	A GESTÃO DO CONHECIMENTO NOS PROCESSOS DO DEPARTAMENTO DE ALMOXARIFADO DA UFSCAR (MANOEL FERNANDO MARTINS)	11
2015	UFSCAR	POLÍTICA LOCAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL: MAPEAMENTO DAS AÇÕES DO PARQUE TECNOLÓGICO E DA PREFEITURA MUNICIPAL NA CIDADE DE SÃO CARLOS (THALES HADDAD NOVAES DE ANDRADE)	12

2015	UFSCAR	BARREIRAS E POTENCIAIS FACILITADORES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE COMPRAS SUSTENTÁVEIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (SERGIO AZEVEDO FONSECA)	13
2015	UFSCAR	BASE REFERENCIAL PARA O POVOAMENTO DE REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS: COLETA AUTOMATIZADA DE METADADOS DA PLATAFORMA LATTES (RONIBERTO MORATO DO AMARAL)	14
2015	UFSCAR	UNIVERSIDADE, EXTENSÃO E SOCIEDADE: UM ESTUDO DAS AÇÕES NA ÁREA DA SAÚDE NA UFSCAR (2004/2014) (VERA ALVES CEPEDA)	15
2015	UFSCAR	REMOÇÃO E VIVÊNCIAS DE PRAZER-SOFRIMENTO DE SERVIDORES TÉCNICO- ADMINISTRATIVOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. (GLAUCO HENRIQUE DE SOUSA MENDES)	16
2015	UFSCAR	EVOLUÇÃO DA DEMANDA POR ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFSCAR EM FUNÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NOS ANOS DE 2007 A 2013 (MONICA FILOMENA CARON)	17
2015	UFSCAR	MAPEAMENTO DAS COMPETÊNCIAS DOS GESTORES NO PROCESSO DE GESTÃO DE CONTRATOS TERCEIRIZADOS: O CASO DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR (CRISTINA LOURENCO UBEDA)	18
2015	UFSCAR	ALINHAMENTO ENTRE CULTURA ORGANIZACIONAL E VALORES RELATIVOS AO TRABALHO EM UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (GLAUCO HENRIQUE DE SOUSA MENDES)	19
2015	UFSCAR	DIAGNÓSTICO PARA IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO (LUIZ CARLOS DE FARIA)	20
2016	UFSCAR	ATIVIDADES CURRICULARES DE INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS: PRÁTICAS E SIGNIFICADOS À LUZ DE PAULO FREIRE (MARIA CRISTINA COMUNIAN FERRAZ)	21
2016	UFSCAR	A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DE COMPUTAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (ICMC-USP), DE 2010 A 2014. (CAMILA CARNEIRO DIAS)	22
2016	UFSCAR	ATIVIDADES CURRICULARES DE INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (ACIEPES) COMO ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO CONTINUADA: UM ESTUDO DE CASO COM FORMAÇÃO MATEMÁTICA DE PROFESSORES POLIVALENTES NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS (MAURO ROCHA CORTES)	23
2016	UFSCAR	IMPLEMENTAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (RAPS) NA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SP (2010-2015) (CAROLINA RAQUEL DUARTE DE MELLO JUSTO)	24
2016	UFSCAR	REDES SOCIAIS E RECURSOS EM EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA: O CASO DAS EMPRESAS DA INCUBADORA SOFTNET. (MÁRIO SACOMANO NETO)	25
2016	UFSCAR	EQUIDADE DE GÊNERO NA CIÊNCIA? UM ESTUDO SOBRE AS PESQUISADORAS BOLSISTAS DE PRODUTIVIDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. (CAMILA CARNEIRO DIAS)	26
2016	UFSCAR	ESTUDO COMPARATIVO ENTRE A APLICAÇÃO DO NOVO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES (RDC) E A LEI DE LICITAÇÕES NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCAR (MANOEL FERNANDO MARTINS)	27
2016	UFSCAR	POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA REUNI NA UFSCAR NO PERÍODO DE 2007 A 2014 (ANA CLAUDIA NIEDHARDT CAPELLA)	28
2016	UFSCAR	O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL: ENTRE VIRTUDES E VICISSITUDES, IDENTIFICADAS E AVALIADAS NO CURSO DA UNESP DE ARARAQUARA (SERGIO AZEVEDO FONSECA)	29
2016	UFSCAR	AGENDA DE PESQUISA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA: FOCO NAS DEMANDAS DAS COMUNIDADES LOCAIS (WAGNER DE SOUZA LEITE MOLINA)	30
2016	UFSCAR	LICITAÇÃO PÚBLICA: ASPECTOS QUE INFLUENCIAM NO PROCESSO	31

		LICITATÓRIO (MONICA FILOMENA CARON)	
2016	UFSCAR	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL E A INTERIORIZAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO: TRAJETÓRIAS E LÓGICAS DA EXPANSÃO (JOELSON GONCALVES DE CARVALHO)	32
2016	UFSCAR	ANÁLISE DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NA CEAGESP: O CASO DO CEASA DE ARARAQUARA (SP) (ANDREA ELOISA BUENO PIMENTEL)	33
2016	UFSCAR	PROPOSTA E APLICAÇÃO DE UMA SISTEMÁTICA BASEADA NA GESTÃO DO CONHECIMENTO PARA A MELHORIA DO PROCESSO DE COMPRAS PÚBLICAS (RONIBERTO MORATO DO AMARAL)	34
2016	UFSCAR	DESCENTRALIZAÇÃO DA FUNÇÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCAR) (SERGIO AZEVEDO FONSECA)	35
2016	UFSCAR	PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE DESBASTE NO ACERVO DA BIBLIOTECA COMUNITÁRIA DA UFSCAR (NEOCLES ALVES PEREIRA)	36
2016	UFSCAR	VIDEOAULAS E SOFTWARE LIVRE: A RELAÇÃO ENTRE SOFTWARES, LABORATÓRIOS E A REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA (THALES HADDAD NOVAES DE ANDRADE)	37
2016	UFSCAR	APLICAÇÃO DA METODOLOGIA FMEA NA GESTÃO DE RISCO NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA UFSCAR (MANOEL FERNANDO MARTINS)	38
2016	UFSCAR	ANÁLISE DOS RECURSOS EM INCUBADORAS DE EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA (MÁRIO SACOMANO NETO)	39

ANO BASE	IES SIGLA	TRABALHO DE CONCLUSÃO E ORIENTADOR PRINCIPAL	E3
2013	UFLA	AVALIAÇÃO TRIENAL DA CAPES: UM ESTUDO DE CASO NO PROGRAMA DE MESTRADO EM PSICOLOGIA DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA (ANA ALICE VILAS BOAS)	1
2013	UFLA	BALANCED SCORECARD APLICADO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA PROPOSTA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA O DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (RENATA PEDRETTI MORAIS FURTADO)	2
2013	UFLA	AVALIAÇÃO DE PROGRAMA SOCIAL DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR: O NOVO ENEM NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (MOZAR JOSE DE BRITO)	3
2013	UFLA	A OUVIDORIA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA : A EXPERIÊNCIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS - MG (SILVIA HELENA RIGATTO)	4
2013	UFLA	EDUCAÇÃO PÚBLICA E SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO SOBRE A PERCEPÇÃO DOS ATORES DO CAMPUS ALTO PARAPEBA/UFESJ/MG (ANA ALICE VILAS BOAS)	5
2013	UFLA	AVALIAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS): UM ESTUDO FUNDAMENTADO NA PERCEPÇÃO DE DIFERENTES ATORES EM UM MUNICÍPIO DO SUL DE MINAS GERAIS (PATRICIA APARECIDA FERREIRA)	6
2013	UFLA	PERCEPÇÃO DE ASPECTOS ÉTICOS NO SERVIÇO PÚBLICO: UM ESTUDO DESCRITIVO SOB A ÓTICA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAVRAS - MG (MOZAR JOSE DE BRITO)	7
2013	UFLA	A COMUNICAÇÃO INTERNA EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES (ELIAS RODRIGUES DE OLIVEIRA)	8
2013	UFLA	GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA MICRORREGIÃO DE LAVRAS (JOSE ROBERTO PEREIRA)	9
2013	UFLA	MINISTÉRIO PÚBLICO, GESTÃO SOCIAL E OS CONSELHOS GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS (ROSA TERESA MOREIRA MACHADO)	10
2013	UFLA	A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ENSINO À DISTÂNCIA: O CASO DE DOIS CURSOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (PATRICIA APARECIDA FERREIRA)	11
2013	UFLA	O INTERESSE PÚBLICO NA GESTÃO DE PARCERIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (JOSE ROBERTO PEREIRA)	12

2013	UFLA	A JUDICIALIZAÇÃO NO CICLO DE POLÍTICA PÚBLICA: UM ESTUDO SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE GARANTIA DE TRATAMENTO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE LAVRAS - MG (RENATA PEDRETTI MORAIS FURTADO)	13
2013	UFLA	CAPACITAÇÃO E O PERFIL DOS SERVIDORES PÚBLICOS: UM ESTUDO DESCRITIVO DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL MINEIRA (ANA ALICE VILAS BOAS)	14
2013	UFLA	GESTÃO DA PARCERIA ENTRE UNIVERSIDADES E FUNDAÇÕES DE APOIO: O CASO FUNDECC/UFLA (ELIAS RODRIGUES DE OLIVEIRA)	15
2013	UFLA	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (JOSE ROBERTO PEREIRA)	16
2013	UFLA	SISTEMA DE CONTROLE INTERNO: ESTUDO DE CASO SOBRE UM INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA PERSPECTIVA DA EFICIÊNCIA DA GESTÃO (ELIAS RODRIGUES DE OLIVEIRA)	17
2013	UFLA	O REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO E A GOVERNANÇA PÚBLICA NO BRASIL (JOSE ROBERTO PEREIRA)	18
2013	UFLA	COMPRAS SUSTENTÁVEIS: UM ESTUDO SOBRE A ADEQUAÇÃO DE FORNECEDORES ÀS DEMANDAS DO SETOR PÚBLICO (ROSA TERESA MOREIRA MACHADO)	19
2013	UFLA	LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO E GOVERNANÇA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE LAVRAS: FATORES FAVORÁVEIS E LIMITANTES (JOSE ROBERTO PEREIRA)	20
2013	UFLA	MECANISMOS SOCIAIS, POLÍTICOS E JURÍDICOS DE CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SILVIA HELENA RIGATTO)	21
2013	UFLA	A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA): UMA PROPOSTA DE INFORMATIZAÇÃO (ROSA TERESA MOREIRA MACHADO)	22
2013	UFLA	POLÍTICA PÚBLICA DE ACESSO ABERTO À PRODUÇÃO CIENTÍFICA: O CASO DO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (PATRICIA APARECIDA FERREIRA)	23
2013	UFLA	AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (RENATA PEDRETTI MORAIS FURTADO)	24
2013	UFLA	PROJETO TÉCNICO-INSTITUCIONAL DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO CAMPUS PAMPULHA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (SILVIA HELENA RIGATTO)	25
2013	UFLA	ALTERAÇÕES EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE NATUREZA CONTINUADA: UMA DISCUSSÃO DA DETERMINAÇÃO DO VALOR INICIAL DO CONTRATO (SILVIA HELENA RIGATTO)	26
2014	UFLA	A GESTÃO DOS RESÍDUOS ELETROELETRÔNICOS NO BRASIL E NO MUNDO: LEGISLAÇÕES, PRÁTICAS E FORMAS DE COOPERAÇÃO INTERORGANIZACIONAIS (ROSA TERESA MOREIRA MACHADO)	27
2015	UFLA	TECNOLOGIA SOCIAL E GESTÃO SOCIAL: INTERFACES E CONEXÕES (JOSE DE ARIMATEIA DIAS VALADAO)	28
2015	UFLA	PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA REDUZIR O CONSUMO E GASTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COM ENERGIA ELÉTRICA (PAULO HENRIQUE DE SOUZA BERMEJO)	29
2015	UFLA	O PROCESSO DE CONTROLE DE CONCESSÃO DE CRÉDITOS ADICIONAIS PARA EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES: UM ESTUDO DE CASO (SILVIA HELENA RIGATTO)	30
2015	UFLA	DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A GESTÃO DE HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS CONTEMPLADOS NA LITERATURA DOS ÚLTIMOS 20 ANOS (VALERIA DA GLORIA PEREIRA BRITO)	31
2015	UFLA	INOVAÇÃO ABERTA NO SETOR PÚBLICO: SOLUÇÕES INOVADORAS PARA A REDUÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO DO BRASIL (PAULO HENRIQUE DE SOUZA BERMEJO)	32
2015	UFLA	MENSURAÇÃO DE EFICIÊNCIA NO SETOR PÚBLICO: ESTUDO DE CASO SOBRE O PROCESSO DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DO MINISTÉRIO DA	33

		EDUCAÇÃO (JOSE ROBERTO PEREIRA)	
2015	UFLA	DIMENSIONAMENTO DA ALOCAÇÃO DE VAGAS DE TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS (JOSE ROBERTO PEREIRA)	34
2015	UFLA	AVALIAÇÃO DO MÉTODO DE ANÁLISE DE SENTIMENTO EM MÍDIAS SOCIAIS APLICADO NA GESTÃO SOCIAL E POLÍTICA (PAULO HENRIQUE DE SOUZA BERMEJO)	35
2015	UFLA	A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E ACCOUNTABILITY SOCIAL À LUZ DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA (SILVIA HELENA RIGATTO)	36
2015	UFLA	¿INOVAÇÃO DE GESTÃO DO SETOR PÚBLICO: O CASO DAS COMPRAS PÚBLICAS GOVERNAMENTAIS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO¿ (SILVIA HELENA RIGATTO)	37
2015	UFLA	ESTRUTURA DE GOVERNANÇA COLABORATIVA EM PARQUES TECNOLÓGICOS NO BRASIL: UM ESTUDO MULTICASO (DANY FLAVIO TONELLI)	38
2015	UFLA	¿COMPRAS PÚBLICAS GOVERNAMENTAIS NO PACTO FEDERATIVO BRASILEIRO¿ (SILVIA HELENA RIGATTO)	39
2015	UFLA	AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS EM UNIVERSIDADES FEDERAIS: UM ESTUDO DO PROGRAMA REUNI (PATRICIA APARECIDA FERREIRA)	40
2015	UFLA	DESENVOLVIMENTO LOCAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA COMUNIDADES ATINGIDAS POR BARRAGENS: OCASO DA USINA HIDRELÉTRICA DO FUNIL (PATRICIA APARECIDA FERREIRA)	41
2015	UFLA	EDUCAÇÃO E AÇÃO DE GOVERNO: ANÁLISES DO ENSINO PÚBLICO BRASILEIRO (VALERIA DA GLORIA PEREIRA BRITO)	42
2015	UFLA	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DA UFLA: ASPECTOS HISTÓRICOS E RELACIONAIS SOB A ÓTICA DA TEORIA DE REDES COLABORATIVAS (MOZAR JOSE DE BRITO)	43
2015	UFLA	MODERNIZAÇÃO DA BUROCRACIA DAS COMPRAS PÚBLICAS : SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR (GUSTAVO MELO SILVA)	44
2015	UFLA	POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL: UMA ANÁLISE À LUZ DA TEORIA DO NOVO SERVIÇO PÚBLICO, DO GERENCIALISMO E DO REPUBLICANISMO (JOSE ROBERTO PEREIRA)	45
2015	UFLA	CROWDSOURCING DE IDEIAS PARA INOVAÇÕES NO SETOR PÚBLICO (PAULO HENRIQUE DE SOUZA BERMEJO)	46
2015	UFLA	IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UM ESTUDO DE TRÊS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR LOCALIZADAS NO SUL DE MINAS GERAIS (PATRICIA APARECIDA FERREIRA)	47
2015	UFLA	E-DEMOCRACY AND SOCIOPOLITICAL DIGITAL INTERACTIONS: ANALYSING CO-CREATION IN PUBLIC SECTOR INNOVATION (DANY FLAVIO TONELLI)	48
2016	UFLA	LEGITIMIDADE DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DOS COORDENADORES DE PROGRAMA (MOZAR JOSE DE BRITO)	49
2016	UFLA	GESTÃO DE IDEIAS PARA PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO (PAULO HENRIQUE DE SOUZA BERMEJO)	50
2016	UFLA	GESTÃO DA INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO: UM ESTUDO DE CASO NA REGIONAL CENTRO SUL DE MINAS DOS CORREIOS (ANA ALICE VILAS BOAS)	51
2016	UFLA	ACCOUNTABILITY NO CONTEXTO PARTIDÁRIO (ELOISA HELENA DE SOUZA CABRAL)	52
2016	UFLA	VALORES, CRENÇAS E COMPORTAMENTOS NAS AÇÕES E ATITUDES DOS INDIVÍDUOS DE CARÁTER AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE LAVRAS -MG (ELOISA HELENA DE SOUZA CABRAL)	53
2016	UFLA	PROGRAMA UM MILHÃO DE CISTERNAS RURAIS (P1MC): MUDANÇAS NO ACESSO À ÁGUA NO MUNICÍPIO DE PORTEIRINHA/MG (JOSE DE ARIMATEIA DIAS VALADAO)	54
2016	UFLA	DESCENTRALIZAÇÃO E FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS DE SAÚDE: UM	55

		ESTUDO DA CAPACIDADE INSTITUCIONAL ADMINISTRATIVA EM UM MUNICÍPIO DE MÉDIO PORTE DO SUL DE MINAS GERAIS (PATRICIA APARECIDA FERREIRA)	
2016	UFLA	ANÁLISE DOS GASTOS PÚBLICOS EM UM MUNICÍPIO DO SUL DE MINAS GERAIS (JOSE ROBERTO PEREIRA)	56
2016	UFLA	SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO: UM COMPÊNDIO DE SUA GÊNESE, EVOLUÇÃO E CARACTERÍSTICAS (VALERIA DA GLORIA PEREIRA BRITO)	57
2016	UFLA	COLETA SELETIVA E INCLUSÃO SOCIAL: DESAFIOS DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL NO SUL DE MINAS GERAIS (ROSA TERESA MOREIRA MACHADO)	58
2016	UFLA	INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS): UM ESTUDO DE CASO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DEL REI (MG) (GUSTAVO MELO SILVA)	59
2016	UFLA	UTILIZAÇÃO DE DESIGN THINKING E GESTÃO DE IDEIAS PARA INOVAÇÃO: ESTUDO DE CASO EM UMA ORGANIZAÇÃO PÚBLICA (ANDRE PIMENTA FREIRE)	60
2016	UFLA	AVALIAÇÃO DE SISTEMAS DE E-PARTICIPAÇÃO: UMA ABORDAGEM CENTRADA NO CIDADÃO (ANDRE PIMENTA FREIRE)	61
2016	UFLA	O QUE HÁ DE ERRADO COM A CORRUPÇÃO? REFLEXÕES SOBRE A PESQUISA E A PRÁTICA DA CORRUPÇÃO E CONTRIBUIÇÕES PARA O SEU ENSINO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (MOZAR JOSE DE BRITO)	62
2013	UFMS	GESTÃO DOS RESÍDUOS ELETRÔNICOS DA UFMS: VIABILIDADE E IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE RECICLAGEM. (MAURI LEODIR LOBLER)	63
2013	UFMS	A PADRONIZAÇÃO DE PROCESSOS EM COORDENAÇÕES DE CURSOS DE GRADUAÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL (GILNEI LUIZ DE MOURA)	64
2013	UFMS	ESTRATÉGIAS SISTÊMICAS PARA CRIAÇÃO DE UM SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO AMBIENTAL (SIGA) NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (DANIEL ARRUDA CORONEL)	65
2013	UFMS	AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DO SÍTIO DA RECEITA FEDERAL NA INTERNET: UM REFERENCIAL PARA PRÁTICAS DE E-GOV (MAURI LEODIR LOBLER)	66
2013	UFMS	RELAÇÃO ENTRE O MODELO DE GESTÃO DE PESSOAS AGENCY-COMMUNITY COM OS TIPOS DE VÍNCULOS COMPROMETIMENTO E ENTRINCHEIRAMENTO ORGANIZACIONAL (VANIA MEDIANEIRA FLORES COSTA)	67
2013	UFMS	A INTERNACIONALIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (VITOR FRANCISCO SCHUCH JUNIOR)	68
2013	UFMS	SATISFAÇÃO E DESEMPENHO DOS SERVIDORES TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR (PAULO SERGIO CERETTA)	69
2013	UFMS	APOSENTADORIA ¿COMO PRÊMIO¿ OU ¿COMO CASTIGO¿: AVALIANDO AS PECULIARIDADES DOS SERVIDORES DA UFMS (BRENO AUGUSTO DINIZ PEREIRA)	70
2013	UFMS	GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DO RIO GRANDE DO SUL (MARCIA ZAMPIERI GROHMANN)	71
2013	UFMS	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR (BRENO AUGUSTO DINIZ PEREIRA)	72
2013	UFMS	GESTÃO ORÇAMENTÁRIA: O CASO DA UFMS (KELMARA MENDES VIEIRA)	73
2013	UFMS	SISTEMA DE INFORMAÇÕES EM SAÚDE DO TRABALHADOR: UMA CONTRIBUIÇÃO AO DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR (LUIS FELIPE DIAS LOPES)	74
2013	UFMS	ORGANIZAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS DOCENTES DO CESH/UFMS EM UM REPOSITÓRIO DIGITAL (FLAVIA LUCIANE SCHERER)	75

2013	UFSM	INTERAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (CLANDIA MAFFINI GOMES)	76
2013	UFSM	CONCURSO PÚBLICO PARA DOCENTES DO MAGISTÉRIO SUPERIOR NA UFSM: OTIMIZANDO PROCESSOS (VANIA DE FATIMA BARROS ESTIVALETE)	77
2013	UFSM	PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO SERVIDOR TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO NA UFSM: UM INSTRUMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS (GILNEI LUIZ DE MOURA)	78
2013	UFSM	A ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS NO ÂMBITO DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR - IFES (MAURI LEODIR LOBLER)	79
2013	UFSM	FATORES INFLUENCIADORES NO DESEMPENHO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO FUNDAMENTAL: UMA ANÁLISE MULTICASOS (KELMARA MENDES VIEIRA)	80
2013	UFSM	O BEM-ESTAR NO TRABALHO E SUAS RELAÇÕES COM SUPORTE E COMPROMETIMENTO ORGANIZACIONAL AFETIVO: ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM) (MARCIA ZAMPIERI GROHMANN)	81
2013	UFSM	EXPLORANDO A JUSTIÇA ORGANIZACIONAL, BURNOUT E SAÚDE NOS SERVIDORES DA UFSM (LUCIANA FLORES BATTISTELLA)	82
2013	UFSM	REDUÇÃO DO DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS: ESTUDO EM UM RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO (GILNEI LUIZ DE MOURA)	83
2014	UFSM	MAPEAMENTO E GESTÃO DE PROCESSOS APLICADOS NA PRÓ-REITORIA DE INFRAESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (GILNEI LUIZ DE MOURA)	84
2014	UFSM	DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E PESSOAL DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DO CESH/UFSM, FRENTE AOS DESAFIOS DA EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA (LUCIA REJANE DA ROSA GAMA MADRUGA)	85
2014	UFSM	A SEGREGAÇÃO DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO COMO BASE PARA UMA PROPOSTA DE CAPACITAÇÃO (LUCIA REJANE DA ROSA GAMA MADRUGA)	86
2014	UFSM	ÉTICA EM PESQUISA NA ÁREA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS:UM ESTUDO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (VITOR FRANCISCO SCHUCH JUNIOR)	87
2014	UFSM	PRÁTICAS DE GESTÃO DO USO DE MATERIAL DE CONSUMO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (FLAVIA LUCIANE SCHERER)	88
2014	UFSM	CARACTERIZAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DO SISTEMA MUNICIPAL DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO ATRAVÉS DA APLICAÇÃO DO MODELO ECSI (PAULO SERGIO CERETTA)	89
2014	UFSM	VALORES ORGANIZACIONAIS E BEM-ESTAR NO TRABALHO: UM ESTUDO DE CASO EM UM HOSPITAL PÚBLICO DE ENSINO (VANIA DE FATIMA BARROS ESTIVALETE)	90
2014	UFSM	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA (VITOR FRANCISCO SCHUCH JUNIOR)	91
2014	UFSM	IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS ASSOCIADOS A ATERROS SANITÁRIOS (MARIVANE VESTENA ROSSATO)	92
2014	UFSM	VALIDAÇÃO DE UM INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE COORDENADORES DE CURSO PELA TEORIA DA RESPOSTA AO ITEM (IVAN HENRIQUE VEY)	93
2014	UFSM	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO DO PDI E OS PROJETOS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: ESTUDO NOS COLÉGIOS DA UFSM (CLANDIA MAFFINI GOMES)	94
2014	UFSM	HABITUS E EMPREENDEDORISMO LOCAL: O CASO DE PANAMBI-RS (FLAVIA LUCIANE SCHERER)	95
2014	UFSM	RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE: PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA PARA OS SERVIDORES DO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE SANTA MARIA (VANIA	96

		MEDIANEIRA FLORES COSTA)	
2014	UFSM	CERIMONIAL UNIVERSITÁRIO: SISTEMATIZAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (ANDRE ZANKI CORDENONSI)	97
2014	UFSM	A UTILIZAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO: UM OLHAR DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (FLAVIA LUCIANE SCHERER)	98
2014	UFSM	MOTIVAÇÃO E COMPROMETIMENTO ORGANIZACIONAL DOS SERVIDORES TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE, UFSM (MARCIA ZAMPIERI GROHMANN)	99
2014	UFSM	LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO LOTADOS NA PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM) (DANIEL ARRUDA CORONEL)	100
2014	UFSM	O PROCESSAMENTO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS: O CASO DOS DEPARTAMENTOS DIDÁTICOS DE UMA UNIVERSIDADE (VITOR FRANCISCO SCHUCH JUNIOR)	101
2014	UFSM	PADRONIZAÇÃO DE PROCESSOS E ROTINAS DO NÚCLEO DE CONTROLE E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE PAGAMENTO (GILNEI LUIZ DE MOURA)	102
2014	UFSM	EFICIÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRAS: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (PAULO SERGIO CERETTA)	103
2014	UFSM	PROPOSTA DE UM PROCESSO DE REMOÇÃO A PEDIDO PARA OS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (VANIA MEDIANEIRA FLORES COSTA)	104
2014	UFSM	QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR NO TRABALHO: A AUTOPERCEPÇÃO DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM UMA UNIVERSIDADE FEDERAL (LUCIA REJANE DA ROSA GAMA MADRUGA)	105
2014	UFSM	O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO DOS SERVIDORES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA (VANIA DE FATIMA BARROS ESTIVALETE)	106
2014	UFSM	GOVERNANÇA CORPORATIVA EM ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS: O CASO DAS PREFEITURAS DA MESORREGIÃO CENTRO OCIDENTAL RIO-GRANDENSE (KELMARA MENDES VIEIRA)	107
2014	UFSM	AS DECISÕES ESTRATÉGICAS E A INFLUÊNCIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO FORMAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE SANTIAGO/RS (MAURI LEODIR LOBLER)	108
2015	UFSM	INTERAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA: UMA ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DOS GRUPOS DE PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (CLANDIA MAFFINI GOMES)	109
2015	UFSM	A ADOÇÃO DE ILHAS IMPRESSÃO COMO UMA PRÁTICA SUSTENTÁVEL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (FLAVIA LUCIANE SCHERER)	110
2015	UFSM	GESTÃO POR PROCESSOS EM ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS: ANÁLISE DOS PROCESSOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO CIVIL NA UFSM (MARCIA ZAMPIERI GROHMANN)	111
2015	UFSM	CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA E A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO: O CASO DA UFSM E DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES DE SANTA MARIA (EUGENIO DE OLIVEIRA SIMONETTO)	112
2015	UFSM	QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: SUBSÍDIOS PARA UM PLANO DE MELHORIA EM FUNÇÃO DA PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES ATIVOS DA UFSM (VANIA DE FATIMA BARROS ESTIVALETE)	113
2015	UFSM	ASPECTOS AVALIATIVOS QUE COMPÕEM OS INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA ANÁLISE COMPARATIVA COM FOCO NO CORPO DISCENTE DA UNIPAMPA (PAULO SERGIO CERETTA)	114
2015	UFSM	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE DOS MOTIVOS QUE LEVARAM AO DESLIGAMENTO DE UM NO GRUPO DE BENEFICIÁRIOS NO MUNICÍPIO DE SANTO ANGELO/RS (REISOLI BENDER FILHO)	115
2015	UFSM	ANÁLISE DO PROCESSO LICITATÓRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE	116

		PASSO FUNDO (REISOLI BENDER FILHO)	
2015	UFSM	DESENVOLVIMENTO DE UM MODELO GERENCIAL PARA DESTINAÇÃO SUSTENTÁVEL DE BENS PATRIMONIAIS INSERVÍVEIS EM IFES (MARIVANE VESTENA ROSSATO)	117
2015	UFSM	O COMPORTAMENTO EMPREENDEDOR DE DIRETORES DA UFSM E SUA PERCEPÇÃO QUANTO À UNIVERSIDADE EMPREENDEDORA (ITALO FERNANDO MINELLO)	118
2015	UFSM	A CONTRIBUIÇÃO DOS CRITÉRIOS DE EXCELÊNCIA NA GESTÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO (ALBERTO SOUZA SCHMIDT)	119
2015	UFSM	A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO SOB A PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA (BRENO AUGUSTO DINIZ PEREIRA)	120
2015	UFSM	A RELAÇÃO ENTRE A MOTIVAÇÃO E DESEMPENHO ESCOLAR EM ALUNOS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM ESTUDO NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PADRE GABRIEL BOLZAN (LUCIANA FLORES BATTISTELLA)	121
2015	UFSM	AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA CAPACITAÇÃO DE COLABORADORES NA SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DOS RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS DA UFSM DISSERTAÇÃO DE MESTRADO TIANE TAMBARA SIMÕES SANTA MARIA, RS, BRASIL 2015 (LUIS FELIPE DIAS LOPES)	122
2016	UFSM	PROPOSTA DE UM SISTEMA DE BUSINESS INTELLIGENCE PARA SUPORTE À GESTÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA (DEBORA BOBSIN)	123
2016	UFSM	PROCESSO DE INCUBAÇÃO, CARACTERÍSTICAS EMPREENDEDORAS E APRENDIZAGEM EMPREENDEDORA: UMA PERSPECTIVA INTERATIVA (ITALO FERNANDO MINELLO)	124
2016	UFSM	COMPORTAMENTO ECOLÓGICO DA COMUNIDADE ESCOLAR DO COLÉGIO MILITAR DE SANTA MARIA (LUCIA REJANE DA ROSA GAMA MADRUGA)	125
2016	UFSM	O PORTAL UFSM NA PERSPECTIVA DOS ACADÊMICOS: UMA AVALIAÇÃO EM SEIS DIMENSÕES (DEBORA BOBSIN)	126
2016	UFSM	PROPOSTA DE CAPACITAÇÃO EM GESTÃO AMBIENTAL PARA SERVIDORES DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR (MARCELO TREVISAN)	127
2016	UFSM	PROPOSTA DE INSTRUMENTOS SIMPLIFICADOS PARA AVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA COM BASE NO GESPÚBLICA E FNQ/PGQP (ALBERTO SOUZA SCHMIDT)	128
2016	UFSM	AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA DIREÇÃO DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM) (DANIEL ARRUDA CORONEL)	129
2016	UFSM	A RACIONALIDADE ADMINISTRATIVA E AS DISFUNÇÕES NA RELAÇÃO COM FORNECEDORES: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (FERNANDO DO NASCIMENTO LOCK)	130
2016	UFSM	ANÁLISE DO PLANO DE PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA (VANIA MEDIANEIRA FLORES COSTA)	131
2016	UFSM	O MAPEAMENTO DOS PROCESSOS ORÇAMENTÁRIOS DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM) (REISOLI BENDER FILHO)	132
2016	UFSM	CONTRIBUIÇÕES PARA A GESTÃO DOS MESTRADOS PROFISSIONAIS: IDENTIFICAÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS (BRENO AUGUSTO DINIZ PEREIRA)	133
2016	UFSM	CONTROLE SOCIAL: UMA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO METODOLÓGICA PARA O ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA (LUIS FELIPE DIAS LOPES)	134
2016	UFSM	PLANEJAMENTO DOS GASTOS PÚBLICOS: O CASO DOS DEPARTAMENTOS DIDÁTICOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (FERNANDO DO NASCIMENTO LOCK)	135
2016	UFSM	MODELAGEM DE UM SISTEMA DE GESTÃO PARA A SUSTENTABILIDADE DO CONHECIMENTO EM UNIVERSIDADES: UM DESENHO PARA O GABINETE DE PROJETOS DA UFSM CAMPUS PALMEIRA DAS MISSÕES	136

		(VITOR FRANCISCO SCHUCH JUNIOR)	
2016	UFSM	PARCERIA DOS EMPRÉSTIMOS ENTRE AS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS DA CIDADE DE FREDERICO WESTPHALEN (GILNEI LUIZ DE MOURA)	137
2016	UFSM	ANÁLISE DA GESTÃO DO CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO DE LIMPEZA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (REISOLI BENDER FILHO)	138
2016	UFSM	EMERGÊNCIA DO CONCEITO DE UNIVERSIDADE VERDE NA UFSM, CAMPUS FREDERICO WESTPHALEN (LUCIA REJANE DA ROSA GAMA MADRUGA)	139
2016	UFSM	O APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO AOS DEPARTAMENTOS DIDÁTICOS EM UMA UNIVERSIDADE: O CASO DA SECRETARIA UNIFICADA DOS DEPARTAMENTOS ¿ SUDEP/UFSM ¿ CAMPUS FREDERICO WESTPHALEN (VITOR FRANCISCO SCHUCH JUNIOR)	140
2016	UFSM	AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NO ESPAÇO UNIVERSITÁRIO: UMA ANÁLISE SOBRE A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA DO CAMPUS DA UFSM/PALMEIRA DAS MISSÕES ¿ RS (MARCELO TREVISAN)	141
2016	UFSM	A INFLUÊNCIA DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO EMPREENDEDORAS SOBRE AS CARACTERÍSTICAS EMPREENDEDORA DOS ALUNOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (ITALO FERNANDO MINELLO)	142
2016	UFSM	PROPOSTA DE AÇÕES DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO PARA A UNIDADE UNIVERSITÁRIA DESCENTRALIZADA DA UFSM ¿ CAMPUS FREDERICO WESTPHALEN (VANIA MEDIANEIRA FLORES COSTA)	143
2016	UFSM	O TRABALHO DO PEDAGOGO NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (MARCIA ZAMPIERI GROHMANN)	144
2016	UFSM	EFEITO DO TRABALHO NO DESEMPENHO DE ALUNOS NO ENADE (PAULO SERGIO CERETTA)	145
2016	UFSM	EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFSM: PROPOSTAS PARA ELABORAÇÃO DE UM INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO (ALBERTO SOUZA SCHMIDT)	146
2016	UFSM	PROPOSTA PARA A REESTRUTURAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DOS CÂMPUS FORA DE SEDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (GILNEI LUIZ DE MOURA)	147
2016	UFSM	A PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DA UFSM, CAMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN, QUANTO AOS IMPACTOS GERADOS PELOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO DA INSTITUIÇÃO NA ATIVIDADE LABORAL (DANIEL ARRUDA CORONEL)	148
2016	UFSM	ESTUDO SOBRE A PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES ACERCA DA COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL DO CESNORS (FLAVIA LUCIANE SCHERER)	149
2016	UFSM	USABILIDADE DAS BASES DE DADOS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: O CASO DA UFSM ¿ CAMPUS FREDERICO WESTPHALEN (VITOR FRANCISCO SCHUCH JUNIOR)	150
2016	UFSM	LIMITES, ESTRATÉGIAS E PERCEPÇÃO DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA ¿ O CASO DO CESNORS (LUIZ FELIPE DIAS LOPES)	151
2016	UFSM	PROPOSTA DE UM MODELO DE FERRAMENTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) QUE AUXILIE NO PROCESSO DE COMPRAS DA UFSM (BRENO AUGUSTO DINIZ PEREIRA)	152

ANO BASE	IES SIGLA	TRABALHO DE CONCLUSÃO E ORIENTADOR PRINCIPAL	E4
2015	UNB	"COMPARAÇÃO DO PERFIL E DA SITUAÇÃO ENTRE O ALUNO EVADIDO E O EGRESSO DA FACULDADE UNB/PLANALTINA - FUP." (ALEXANDRE NASCIMENTO DE ALMEIDA)	1
2015	UNB	"GESTÃO POR PROCESSOS ORGANIZACIONAIS NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: ESTUDO DE CASO." (JONILTO COSTA SOUSA)	2
2015	UNB	"O EMPREGO DA TEORIA AGENTE/PRINCIPAL PARA DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DE BENS MÓVEIS NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA." (ANDRE NUNES)	3
2015	UNB	"AVALIAÇÃO E PROPOSTA DE INDICADORES: A CONTRIBUIÇÃO DO	4

		ENADE NA GESTÃO DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS." (ALEXANDRE NASCIMENTO DE ALMEIDA)	
2015	UNB	"A COMISSÃO DE ÉTICA COMO PRÁTICA EDUCATIVA: O CASO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA." (ANDREA DE OLIVEIRA GONCALVES)	5
2015	UNB	"COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL INTEGRADA NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: UM ESTUDO DE CASO." (MARIO LUCIO DE AVILA)	6
2015	UNB	"AÇÕES AFIRMATIVAS PARA A POPULAÇÃO NEGRA EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO: APROFUNDANDO A QUESTÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA." (ANDREA DE OLIVEIRA GONCALVES)	7
2015	UNB	"20 ANOS DEPOIS DO PLANO MARE: A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA." (ANDREA DE OLIVEIRA GONCALVES)	8
2016	UNB	AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS PRINCIPAIS CURSOS FIC PRONATEC DO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA: BENCHMARKING COM CURSOS TÉCNICOS DE LONGA DURAÇÃO (ALEXANDRE NASCIMENTO DE ALMEIDA)	9
2016	UNB	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL: PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NA ESTRUTURA DA SECRETARIA DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA CAMPUS PLANALTINA (JONILTO COSTA SOUSA)	10
2016	UNB	AVALIAÇÃO E IMPORTÂNCIA DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA ¿ UNB (ALEXANDRE NASCIMENTO DE ALMEIDA)	11
2016	UNB	GERENCIAMENTO DE PROCESSOS: PROPOSTA DE MELHORIA DE DESEMPENHO ORGANIZACIONAL DO IFB CAMPUS SAMAMBAIA (JONILTO COSTA SOUSA)	12
2016	UNB	PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL: UMA PROPOSTA PARA ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO PELOS INSTITUTOS FEDERAIS (ALEXANDRE NASCIMENTO DE ALMEIDA)	13
2016	UNB	PERCEPÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS: A VISÃO DOS ESTUDANTES DA FACULDADE UNB PLANALTINA À LUZ DA METODOLOGIA COMMON ASSESSMENT FRAMEWORK - CAF (ANDREA DE OLIVEIRA GONCALVES)	14
2016	UNB	A QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO: O CASO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO (ANDRE NUNES)	15
2016	UNB	AVALIAÇÃO DE IMPACTO DA FORMAÇÃO TÉCNICA PARA INSERÇÃO DOS ALUNOS EGRESSOS DO CAMPUS BRASÍLIA NO MUNDO DO TRABALHO (LUIZ HONORATO DA SILVA JUNIOR)	16
2016	UNB	PNAES: UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA (ANDREA DE OLIVEIRA GONCALVES)	17
2016	UNB	ECONOMICIDADE E EFICIÊNCIA TEMPORAL ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS (ANDRE NUNES)	18
2016	UNB	PROCESSO HISTÓRICO DE CRIAÇÃO E EXPANSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO - CAMPUS PATOS DE MINAS (MARIO LUCIO DE AVILA)	19
2016	UNB	SATISFAÇÃO COM O TRABALHO E COMPROMETIMENTO ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO DE CASO COM OS SERVIDORES DOCENTES E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS DO IFPA ¿CAMPUS SANTARÉM (LUIZ HONORATO DA SILVA JUNIOR)	20
2016	UNB	O PERFIL DO ALUNO REINTEGRADO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: UMA ANÁLISE POR MEIO DA REGRESSÃO LOGÍSTICA. (LUIZ HONORATO DA SILVA JUNIOR)	21
2016	UNB	FERRAMENTAS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO: UMA APLICAÇÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA (ANDRE NUNES)	22
2016	UNB	ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE POR SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS QUE POSSUEM PLANOS PRIVADOS DE SAÚDE (MARIA RAQUEL GOMES MAIA PIRES)	23
2016	UNB	CONCURSO PÚBLICO EXECUTADO PELO CESPE/CEBRASPE: UM ESTUDO	24

		SOBRE A OFERTA DE ESPAÇO FÍSICO PÚBLICO DISPONÍVEL NO DISTRITO FEDERAL (ANDREA DE OLIVEIRA GONCALVES)	
2016	UNB	PLANO DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS PARA UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DE GOIÁS (LUCIJANE MONTEIRO DE ABREU)	25
2016	UNB	EXEQUIBILIDADE DAS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO DA REGIÃO NORTE DO BRASIL (LUCIJANE MONTEIRO DE ABREU)	26
2016	UNB	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: FATORES FACILITADORES E DIFICULTADORES EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO (JONILTO COSTA SOUSA)	27
2016	UNB	PERFIL E EMPREGABILIDADE DOS EGRESSOS DOS CAMPI AGROPECUÁRIOS DE COLORADO DO OESTE E ARIQUEMES DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA (ALEXANDRE NASCIMENTO DE ALMEIDA)	28
2014	UFPA	POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES PARA AS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (JOSE HEDER BENATTI)	29
2014	UFPA	GESTÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ-PA: PERSPECTIVAS E DESAFIOS (LEILA MARCIA SOUSA DE LIMA ELIAS)	30
2014	UFPA	AValiação DO CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICOADMINISTRATIVOS (THIAGO DIAS COSTA)	31
2014	UFPA	CLIMA ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO REALIZADO NA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ/SEDE (SEDUC-PA/SEDE) (CARLOS ANDRE CORREA DE MATTOS)	32
2014	UFPA	AValiação DA POLÍTICA PÚBLICA DE AÇÃO AFIRMATIVA NA UFPA: ANÁLISE DO DESEMPENHO DAS COTAS SOCIAIS NO CAMPUS BELÉM (PA) (MARINA YASSUKO TOMA)	33
2014	UFPA	COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA A GESTÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. (THIAGO DIAS COSTA)	34
2014	UFPA	GESTÃO EM SAÚDE: PROPOSTA DE CONTROLE DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR EM CENTRO CIRÚRGICO DE UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO (ADAGENOR LOBATO RIBEIRO)	35
2014	UFPA	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO MARAJÓ: UM ESTUDO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS REUNI, PARFOR, UAB E PROUNI NO MUNICÍPIO DE BREVES (PA), NO PERÍODO DE 2009 A 2013. (MARINA YASSUKO TOMA)	36
2014	UFPA	SISTEMA DE APOIO A DECISÃO DA GESTÃO MUNICIPAL ; SADGM: SOFTWARE GERENCIAL PARA A MELHORIA DA TOMADA DE DECISÃO NOS MUNICÍPIOS COM ATÉ 50.000 HABITANTES DO NORDESTE PARAENSE. (JOSE PONT VIDAL)	37
2014	UFPA	GESTÃO DA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA CIDADE UNIVERSITÁRIA PROF. JOSÉ DA SILVEIRA NETTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (JOSE ALMIR RODRIGUES PEREIRA)	38
2014	UFPA	QUALIDADE EM SERVIÇOS DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: UMA INVESTIGAÇÃO ENTRE OS DOCENTES DE PÓS-GRADUAÇÃO A PARTIR DA MATRIZ IMPORTÂNCIA X DESEMPENHO (CARLOS ANDRE CORREA DE MATTOS)	39
2014	UFPA	¿GESTÃO DA CAPACITAÇÃO COM BASE EM COMPETÊNCIAS: PROPOSTA DE METODOLOGIA DE DIAGNÓSTICO DE NECESSIDADES DE CAPACITAÇÃO POR COMPETÊNCIAS PARA OS CAMPI DO INTERIOR DA UFPA¿ (THIAGO DIAS COSTA)	40
2015	UFPA	GESTÃO DA QUALIDADE: UM ESTUDO BASE NA AVALIAÇÃO DOS PACIENTES DE UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO EM BELÉM DO PARÁ. (CARLOS ANDRE CORREA DE MATTOS)	41
2015	UFPA	PROPOSTA DE AÇÕES CAPACITAÇÃO TÉCNICA PARA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CURUÇÁ/PA, INHANGAPI/PA E TERRA ALTA/PA. (ROSANA PEREIRA FERNANDES)	42
2015	UFPA	O MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS NA ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS DA FUNDAÇÃO HEMOPA BELÉM/PA (THIAGO DIAS COSTA)	43

2015	UFPA	APLICATIVO DE GESTÃO PARA HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS (AGHU): USABILIDADE SOB A ÓTICA DOS USUÁRIOS DE UM HOSPITAL PÚBLICO DE BELÉM DO PARÁ (ADAGENOR LOBATO RIBEIRO)	44
2015	UFPA	DESENVOLVIMENTO DE TRILHAS DE APRENDIZAGEM POR MEIO DA METODOLOGIA DE DECOMPOSIÇÃO COMPORTAMENTAL: ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (THIAGO DIAS COSTA)	45
2015	UFPA	O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BENEVIDES-PA: PROCESSO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO (ROSANA PEREIRA FERNANDES)	46
2015	UFPA	GESTÃO DE PROCESSO DE COMPRAS NA UFPA: O PARADIGMA DA EFICIÊNCIA NA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, COM FINANCIAMENTO DA CAPES (JOSE HEDER BENATTI)	47
2015	UFPA	GOVERNANÇA TERRITORIAL: DIRETRIZES PARA O FORTALECIMENTO DO NÚCLEO GESTOR DA PESCA DO RIO CANATICU, MUNICÍPIO DE CURRALINHO (ROSANA PEREIRA FERNANDES)	48
2016	UFPA	O PROCESSO DE REALIZAÇÃO DE PLANOS DE DESENVOLVIMENTO DAS UNIDADES DA UFPA: UMA ANÁLISE DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO CAMPUS DO MARAJÓ ; BREVES 2012-2015 (ADAGENOR LOBATO RIBEIRO)	49
2016	UFPA	AVALIAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS GERENCIAIS DESCRITAS PELO GESTCOM PARA A UFPA COM AS COMPETÊNCIAS DE GESTÃO EXTRAÍDAS DO CRITÉRIO GOVERNANÇA DO MODELO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO PÚBLICA (THIAGO DIAS COSTA)	50
2016	UFPA	CULTURA E MUDANÇA ORGANIZACIONAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO BELÉM (CARLOS ANDRE CORREA DE MATTOS)	51
2016	UFPA	SISTEMA DE CONTROLE INTERNO COMO ELEMENTO ESTRATÉGICO PARA O FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO DE CASO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (CARLOS ANDRE CORREA DE MATTOS)	52
2016	UFPA	A ARTICULAÇÃO ENTRE A POLÍTICA DE MERENDA ESCOLAR E A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE BREVES (INDIO CAMPOS)	53
2016	UFPA	PERSPECTIVAS SUSTENTÁVEIS NAS COMPRAS GOVERNAMENTAIS: UM ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA BELÉM - PA 2016 (ADAGENOR LOBATO RIBEIRO)	54
2016	UFPA	GESTÃO EDUCACIONAL NO CONTEXTO RURAL: IMPLICAÇÕES PARA O DESEMPENHO ESTUDANTIL NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA RIBEIRINHA NO MUNICÍPIO DE BREVES (PA), DE 2010 A 2014 (INDIO CAMPOS)	55
2016	UFPA	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A DINÂMICA MIGRATÓRIA RURAL ; URBANA: O CASO DO MUNICÍPIO DE BAGRE/PARÁ (SIMAIA DO SOCORRO SALES DAS MERCES)	56
2016	UFPA	VIOLENCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER E ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO PARÁ: A DEFESA E ASSISTÊNCIA INTERDISCIPLINAR AO ;HOMEM AGRESSOR; PELO NEAH ; SÍMBOLO OU POLÍTICA PÚBLICA DE PREVENÇÃO DE DELITOS (JOSE PONT VIDAL)	57
2016	UFPA	A CONSOLIDAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS FEDERAIS: O CASO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO ITABOCAL, MUNICÍPIO DE MÃE DO RIO, PARÁ. (PONCIANA FREIRE DE AGUIAR)	58
2016	UFPA	O CONTROLE INTERNO DO ESTADO DO PARÁ NA PERSPECTIVA DO APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA E DO ENFRENTAMENTO DA CORRUPÇÃO (FABIO CARLOS DA SILVA)	59
2016	UFPA	CONTROLE DAS POLÍTICAS DE SANEAMENTO BÁSICO NO PARÁ: A ATUAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 11.445/2007 (JOSE ALMIR RODRIGUES PEREIRA)	60
2016	UFPA	GESTÃO DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA CAPTAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS PARA O SETOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE BELÉM/PA (JOSE ALMIR RODRIGUES PEREIRA)	61
2016	UFPA	RESISTÊNCIA À MUDANÇA ORGANIZACIONAL: UMA INVESTIGAÇÃO EM	62

		UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR (CARLOS ANDRE CORREA DE MATTOS)	
2016	UFPA	MODELO DE AVALIAÇÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS MUNICIPAIS DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO (JOSE ALMIR RODRIGUES PEREIRA)	63
2016	UFPA	MUDANÇA ORGANIZACIONAL NA UFPA: INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS NO PROCESSO ELEITORAL PARA DIRIGENTES DAS UNIDADES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS. (MARINA YASSUKO TOMA)	64
2016	UFPA	A GESTÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UM ESTUDO DE CASO NA UFPA (JOSE PONT VIDAL)	65
2016	UFPA	MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS DOS SECRETÁRIOS DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO, VIA ANÁLISE DE PROCESSOS (THIAGO DIAS COSTA)	66
2016	UFPA	AVALIAÇÃO DAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA EM POLÍTICA PÚBLICA: UM ESTUDO DE CASO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, RELATIVA AO ENSINO MÉDIO, DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ (EDUARDO JOSE MONTEIRO DA COSTA)	67
2016	UFPA	INDICADORES DE PERMANÊNCIA E DE DESEMPENHO DOS ALUNOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, NO CAMPUS DE BELÉM: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE COTISTAS E NÃO COTISTAS INGRESSANTES NO PERÍODO DE 2009 A 2011; (MARINA YASSUKO TOMA)	68
2016	UFPA	ANÁLISE DE UM MODELO DE DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DA UFPA COM ÊNFASE NA GESTÃO POR COMPETÊNCIAS (THIAGO DIAS COSTA)	69
2016	UFPA	INDICADORES DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BREVES: UMA ANÁLISE SOBRE O ENSINO FUNDAMENTAL A PARTIR DA VISÃO DE PROFESSORES DE PORTUGUÊS E MATEMÁTICA (MARINA YASSUKO TOMA)	70
2016	UFPA	AVALIAÇÃO DO CLIMA ORGANIZACIONAL NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BREVES (ADAGENOR LOBATO RIBEIRO)	71
2016	UFPA	FILOSOFIA DE POLÍCIA COMUNITÁRIA EM LOCALIDADES RIBEIRINHAS: REALIDADES E PERSPECTIVAS NO MARAJÓ OCIDENTAL (LIGIA TEREZINHA LOPES SIMONIAN)	72
2016	UFPA	ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MAIS MÉDICOS NO MUNICÍPIO DE BREVES - ESTADO DO PARÁ (ADAGENOR LOBATO RIBEIRO)	73
2016	UFPA	VIOLÊNCIA NA ESCOLA E EFEITOS NA APRENDIZAGEM: PERCEPÇÕES DE ALUNOS E DE PROFESSORES DE ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE BREVES, PARÁ (SIMAIA DO SOCORRO SALES DAS MERCES)	74
2016	UFPA	O CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BREVES E O DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA FORMAÇÃO DO CAPITAL HUMANO E DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO CAMPUS (ADAGENOR LOBATO RIBEIRO)	75
2016	UFPA	O PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO E O RETORNO SOCIAL GERADO POR ESTA POLÍTICA EDUCACIONAL EM BREVES (PONCIANA FREIRE DE AGUIAR)	76
2016	UFPA	EFETIVIDADE DO PLANO DO MARAJÓ: UMA ANÁLISE DO EIXO INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO (FABIO CARLOS DA SILVA)	77
2016	UFPA	EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA: UM ESTUDO NO ASSENTAMENTO ILHA DOS MACACOS DO MUNICÍPIO DE BREVES-PARÁ (PONCIANA FREIRE DE AGUIAR)	78
2016	UFPA	GOVERNANÇA DOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE BREVES: IMPACTOS SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS - PERÍODO DE 2000 A 2015 (FABIO CARLOS DA SILVA)	79
2016	UFPA	EFETIVIDADE DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DIREITOS HUMANOS	80

		DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM BREVES ; PARÁ (LIGIA TEREZINHA LOPES SIMONIAN)	
2016	UFPA	EDUCAÇÃO DO CAMPO E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO A PARTIR DA CASA FAMILIAR RURAL DA RESERVA EXTRATIVISTA MAPUÁ, MUNICÍPIO DE BREVES, ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ, ESTADO DO PARÁ (FABIO CARLOS DA SILVA)	81
2016	UFPA	VARIÁVEIS RELACIONADAS À ROTATIVIDADE DOS SERVIDORES PÚBLICOS EM UMA IFE NO INTERIOR DO PARÁ (THIAGO DIAS COSTA)	82

Fonte: Adaptado de Avaliação Quadrienal-2017, CAPES (2018).